

Departamento Nacional de Produção Mineral

DNPM 2004

Anos de Mineração e Desenvolvimento Sustentável

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2004



BRASÍLIA - DF

 **DNPM**
Departamento Nacional de Produção Mineral

Ministério de
Minas e Energia

 **BRASIL**
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM

Corpo de Dirigentes do DNPM

Diretor-Geral (DIRE): Eng. Miguel Antonio Cedraz Nery

Diretor-Geral Adjunto (DIAD): Geól. João César de Freitas Pinheiro

Diretor de Administração Geral (DIADM): Eng. Maurício Theodosio M. Marques

Diretor de Planejamento e Arrecadação (DIPAR): Adm. Marco Antônio V. Moreira

Diretor de Outorga e Cadastro Minério (DICAM): Adv. Roberto da Silva

Diretor de Fiscalização (DIFIS): Geól Walter Lins Arcoverde

Diretor de Desenvolvimento e Economia Mineral (DIDEM): Geól Antônio Fernando da Silva

Chefe de Gabinete (GABIN): Geóg. Paulo Guilherme Tanus Galvão

Procuradora Jurídica (PROJUR): Adv. Ana Salett Marques Gulli

Auditoria Interna (AUDIN): Econ. Franz Vargas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Exercício 2004

O **Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM**, autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral supervisionar as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional.

Missão

Gerir o patrimônio mineral brasileiro de forma sustentável, utilizando instrumentos de regulação em benefício da sociedade.

Visão

Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência capaz de gerir o patrimônio mineral de forma sustentável no interesse da nação.

Estrutura Regimental

O DNPM tem a seguinte estrutura organizacional (Aprovada pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, DOU de 24/03/2003):

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral:

- a) Gabinete; e
- b) Procuradoria Jurídica;

II - órgãos seccionais:

- a) Auditoria Interna;
- b) Diretoria de Administração Geral; e
- c) Diretoria de Planejamento e Arrecadação

III - órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro;
- b) Diretoria de Fiscalização; e
- c) Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral; e

IV - órgãos descentralizados: Distritos.

1º Distrito no Estado do Rio Grande do Sul

2º Distrito no Estado de São Paulo

3º Distrito no Estado de Minas Gerais

4º Distrito no Estado de Pernambuco

5º Distrito no Estado do Pará

6º Distrito no Estado de Goiás

7º Distrito no Estado da Bahia

8º Distrito no Estado do Amazonas

9º Distrito no Estado do Rio de Janeiro

10º Distrito no Estado do Ceará

11º Distrito no Estado de Santa Catarina

12º Distrito no Estado do Mato Grosso

13º Distrito no Estado do Paraná

14º Distrito no Estado do Rio Grande do Norte

15º Distrito no Estado da Paraíba

16º Distrito no Estado do Amapá

17º Distrito no Estado do Tocantins

18º Distrito no Estado de Sergipe

19º Distrito no Estado de Rondônia

20º Distrito no Estado do Espírito Santo

21º Distrito no Estado do Piauí

22º Distrito no Estado do Maranhão

23º Distrito no Estado do Mato Grosso do Sul

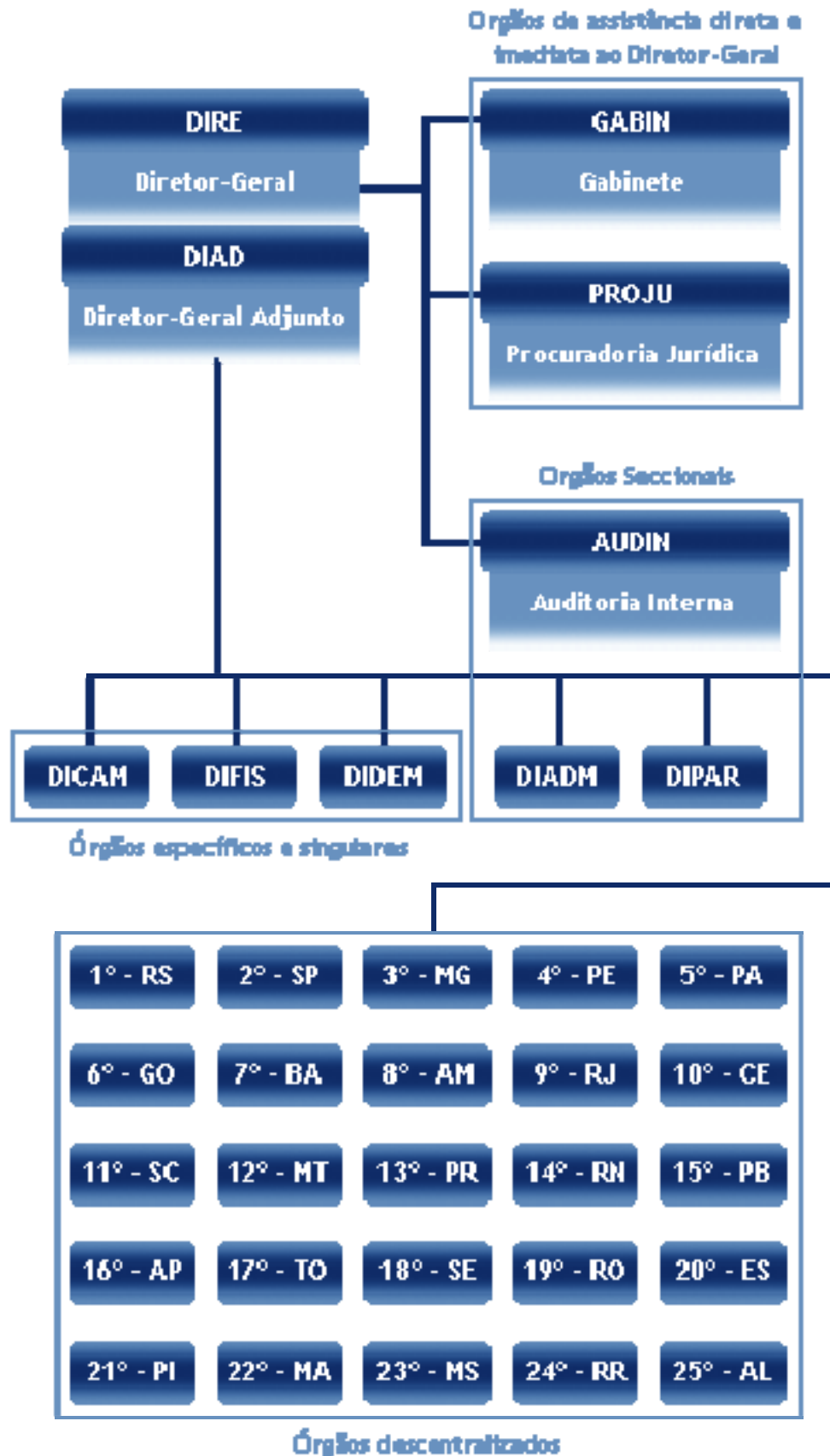
24º Distrito no Estado de Roraima

25º Distrito no Estado de Alagoas

Observações:

- O Estado do Acre está subordinado ao 19º Distrito localizado em Rondônia e,
- O Distrito Federal ao 6º Distrito localizado em Goiás.

ORGANOGRAMA DO DNPM



Introdução

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM foi criado como órgão central de direção superior em 1934 e transformado em Autarquia em 1994. Dentre as suas principais atribuições, podem-se elencar: promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral; assegurar o acesso ao bem mineral, por meio da outorga de títulos autorizativos para a exploração e o aproveitamento de substâncias minerais no país; controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe a legislação; fiscalização e controle da arrecadação de taxas, emolumentos e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM; proteção do patrimônio fossilífero, dentre outras.

Após a sua autarquização, que demandou cerca de dois anos entre a tramitação do projeto de lei no congresso Nacional até a sanção presidencial, nos dois mandatos governamentais seguintes priorizou-se a rediscussão do modelo de gestão com propostas de criação de uma nova instituição que viesse a substituir o DNPM, ao invés de se prover aquela recém-criada, aprofundando um processo de obsolescência institucional e de perda de credibilidade aos investidores e agentes econômicos.

A situação encontrada pela atual direção, no ano de 2003, primeiro ano desta Gestão, revelava graves dificuldades que comprometiam o próprio cumprimento das atribuições da Autarquia, tais como, defasagem tecnológica, sistema de outorga inconsistente e vulnerável. Também, a Autarquia encontrava-se com um quadro funcional deficitário e mal remunerado, não estruturado em Carreiras, não realizando de concurso público há pelo menos vinte anos, inexistência de Regimento Interno ou de estrutura adequada necessidade do Órgão de realizar sua missão institucional.

Tendo, o Governo Federal, adotado medidas que resultaram no saneamento da economia do país, a atividade produtiva voltou a crescer como há muito tempo não se via. Os últimos dados do IBGE informam que a economia brasileira cresceu, em 2004, a uma taxa de 5,2%, em relação a 2003. Já a produção industrial acumulou um aumento de 8,3%, o maior dos últimos 18 anos. Destaca-se ainda o elevado índice registrado no subsetor insumos industriais básicos com crescimento de 16,2%, impulsionado, principalmente, pela produção de minério de ferro.

Em 2004, a extração de minérios ferrosos cresceu 11% e a extração de minerais não ferrosos alcançou o índice de 17,2%, notadamente com a entrada em operação da Mina de Cobre do Sossego, no Estado do Pará, em julho/2004. A

indústria extrativa de carvão mineral, por sua vez, cresceu 6,6%, a extração de minerais não-metálicos cresceu 6,4%. Estes dois subsetores da Indústria Extrativa Mineral cresceram abaixo do índice geral da “produção industrial”, que foi de 8,3%. O crescimento médio da indústria mineral da ordem de 8% e do setor de rochas ornamentais e de revestimento em torno de 7%.

Num quadro de crescimento da indústria mineral, desde o início da gestão desta Diretoria, buscou-se estruturar o Órgão gestor dos bens minerais, visando dotar o país de vantagens comparativas e competitivas em um cenário de reorientação de fluxos de capitais, dirigidos à investimentos em mineração. Desta forma, foram adotadas medidas, no sentido de se implementar um processo de modernização administrativa e tecnológica na gestão dos bens minerais, que permitisse dar agilidade, transparência, e segurança jurídica aos atos de outorga minerais. O resgate da Autarquia e o seu fortalecimento a partir da valorização institucional e funcional do Órgão, também têm sido alvo da atual gestão, metas essas que estão em franco processo de implantação. As dificuldades encontradas por conta de um processo de sucateamento imposto à Autarquia, pelos governos anteriores, exigiram desta Direção ações de impacto visando o seu resgate imediato junto aos órgãos integrantes da Administração pública Federal. Foram então estabelecidas metas, objetivando o processo de estruturação do DNPM, focando-se, assim, na Modernização Administrativa, Modernização Tecnológica e da Gestão e Valorização Institucional e Funcional.

Para cumprir tais metas, trabalhou-se muito desde o início de 2003, planejando e reorientando procedimentos dos atos de outorga, da fiscalização da atividade de mineração e bem como na arrecadação das receitas da Autarquia, o que permitiu, ainda no primeiro ano da Gestão, alcançar indicadores bastante positivos, a exemplo do aumento da arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM que saltou de R\$ 186 milhões em 2002 para R\$ 297 milhões em 2003, atingindo R\$ 326 milhões em 2004, o que corresponde a um incremento acumulado de 75,3%. Aquele foi, de fato, um ano em que, ao mesmo tempo, se buscou atender as demandas, prover a Autarquia de estrutura mínima e definir plano para a sua estruturação definitiva. Plantada as sementes em 2003, último ano do PPA - 2000-2203- “Avança Brasil”, e já tendo iniciado diversas ações estruturantes, no ano de 2004 já se trabalhou no novo PPA 2004-2007- “Brasil: um país de todos”.

Dentre as principais mudanças entre ambos PPAs sob o encargo do DNPM, destaca-se a fusão de dois Programas finalísticos, “Desenvolvimento do Setor Mineral” e “Mineração e Meio Ambiente”, em um único: “Mineração e Desenvolvimento Sustentável”. Além disso, foi inserido no Programa “Gestão da Política Mineral”. a ação “Modernização Tecnológica e da Gestão”, localizada no âmbito da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, mas executada pelo próprio DNPM.

Assim, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o DNPM - órgão gestor do patrimônio mineral do país, viu a sua importância ser reconhecida. Ao invés de ser extinto, foi efetivamente fortalecido. A sua estruturação como instituição moderna mereceu uma ação orçamentária no PPA 2004-2007, exclusivamente para este fim, com o que está sendo possível destinar recursos financeiros anuais para investimento e custeio no projeto da ordem de R\$ 14 milhões anuais. Com a modernização institucional, pretende-se fortalecer e garantir a presença eficaz do Órgão em todo o Brasil, estimular os níveis de investimentos em pesquisa mineral na geração de novas jazidas e de investimento produtivos que aumente o produto mineral bruto, que eleve o saldo da balança comercial e que seja geradores de emprego e renda; fortalecer o setor mineral brasileiro estimulando o seu crescimento de forma sustentável; viabilizar a consolidação de informações sobre a realidade da mineração brasileira; aumentar o conhecimento do subsolo brasileiro.

Pretende-se, ainda, proporcionar agilidade, transparência e segurança jurídica nos atos de outorgas minerais, simplificando os procedimentos burocráticos e aumentando o poder de fiscalização da Autarquia. Para que se possa atingir esses objetivos, tem sido introduzindo tecnologia de informação como mola-mestra de trabalho. Para tanto, implantamos uma Rede Corporativa de Informática, com a interligação de todos os Distritos à Sede, que desse suporte a instalação e operação de sistemas computacionais integrados, os quais paulatinamente estamos introduzindo nos nossos procedimentos. Já estão desenvolvidos e em operação 52 programas computacionais de fabricação própria, o que tem contribuído para melhorar todos os processos de gestão e para atender a cada uma das áreas da Autarquia.

Vinculado à referida Ação do PPA 2004-2007, foi definido um Plano de Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM, com o que vem sendo possível a estruturação física e material da Autarquia, com a aquisição de vários equipamentos de informática e de suporte à fiscalização, além da contratação de serviços voltados para a melhoria do desempenho institucional. Merece destaque a implantação da Rede DNPM, de dados e voz, que possibilitou a interligação da Autarquia, Sede-DF e seus 25 Distritos em todo o Brasil, incluindo os escritórios regionais de Criciúma/SC, Itaituba/PA e Governador Valadares/MG, do Museu de Ciências da Terra/RJ e do Museu do Crato/CE.

A implantação da Rede corporativa representou um marco divisor no processo de estruturação da Autarquia, permitindo uma comunicação direta entre suas unidades via Intranet garantindo maior agilidade, redução de custos, eficiência e segurança das informações. Para a implantação desta rede foi contratado o SERPRO para trabalhar na elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, bem como na concepção de um novo modelo de dados para o DNPM com previsão de conclusão em 2005. Para dar suporte físico e esses sistemas, vários investimentos foram feitos no ano de 2004, resultando na

aquisição de novos computadores (*desk-tops* e *note-books*), máquinas fotográficas digitais, servidores de rede, novos *softwares*, GPS, adquirindo novos veículos para trabalho em campo, potencializando as ações de fiscalização. Foram adquiridos 390 computadores de mesa (*desktop*), 6 computadores servidores de dados/aplicativos, 75 computadores portáteis (*notebooks*), 41 camionetes para os trabalhos de campo e 10 veículos para a cidade, para atender todas as unidades regionais, fortalecendo assim as ações de fiscalização.

O processo de modernização implementado e ainda em curso permitiu que o DNPM começasse a reverter o quadro de desgaste, cumprindo, minimamente, sua missão institucional, vinda a dar respostas à sociedade com agilidade, transparência, eficiência e eficácia. Com essa estruturação mínima, a Autarquia reconquistou sua credibilidade, repassando ao investidor externo e interno confiança e segurança nos processos de outorga. Fazer, minimamente, a lição, ainda não é tudo. A revisão dos macro-processos da Autarquia, com a adoção de novos procedimentos baseados na utilização de tecnologia da informação é sem dúvidas a grande tarefa e o grande desafio.

Nesta perspectiva, está sendo concluída a formatação do projeto conceitual da nova sistemática de outorga, com o que será possível implantar no DNPM, até meados de 2006, a outorga de alvarás de pesquisa, *on line* pela internet e em tempo real. Objetivando viabilizar essa nova Sistemática de Outorga, o processo de estruturação e modernização do DNPM continua, tendo sido para tanto, contratada uma Instituição especializada para realizar os estudos e fazer o detalhamento do projeto básico. Para a realização do Projeto, foi feita uma licitação em que se contratou a Fundação Instituto de Administração - FIA, vinculada à Universidade de São Paulo, para desenvolver o trabalho de consultoria dessa nova sistemática de outorga e definir os detalhes para sua concretização, incluindo o desenvolvimento de um protótipo do sistema que realizará o procedimento por meio da Internet.

A nova sistemática deverá conter aspectos tais como: novo sistema de controle de áreas, alterações no código de mineração necessárias, com vistas a modernizar e simplificar as outorgas minerais, visando desburocratizar os procedimentos, minimizar os conflitos, aumentar a segurança e imprimir maior transparência aos procedimentos dessas outorgas. Atualmente, estão sendo ultimadas a depuração e a unificação da operação do Cadastro Mineiro, principal programa de controle dos títulos de outorga, fase necessária para dar consistência e segurança ao futuro sistema.

Pela nova sistemática, os requerimentos de áreas para pesquisa mineral serão feitos de forma *on-line* pela Internet com a outorga de alvarás em tempo real em áreas livres, e sem quaisquer restrições parciais (ambiental, faixa de fronteira, ou outras). Nesses casos, haverá a necessidade de consultas a outros órgãos. Entendemos que a nova Sistemática de Outorga, que está no escopo do Projeto de Modernização, irá permitir fazer com que a análise crítica dos requerimentos de

pesquisa venha ser feita por inteligência artificial de forma objetiva, permitindo que a inteligência humana, esta que é a mais nobre seja canalizada para as análises subjetivas necessárias nos processos de fiscalização.

A tendência é de que seja eliminada a figura do indeferimento de plano, pois o sistema não permitirá a entrada de processos que guardem algum nível de inconsistência. Cabe ressaltar que a modernização da sistemática de outorga só será realidade se houver modificação na Lei. Conquanto o Código de Mineração possua uma boa estrutura, alguma modificação se fará necessária pela excessiva carga burocrática que ele revela, impondo um nível de engessamento muito grande a ação do DNPM. Assim, trabalhou-se, também, na perspectiva de se fazer algumas adequações da legislação, mas nada que subverta o status atual dos títulos minerários. Apenas aspectos que tornem o texto da lei atual, para que consigamos aumentar a segurança jurídica dos atos de outorgas minerais e introduzir tecnologia da informação nos procedimentos.

Também, estará se iniciando, a partir de julho de 2005, o desenvolvimento de um outro projeto que é da Modernização da Gestão, com o que todos os demais macro-processos vinculados às atribuições da Autarquia estarão sendo redesenhados e reestruturados com vistas a avançarmos para um padrão de excelência institucional.

Na linha de modernização institucional, o sítio do DNPM na Internet foi totalmente reestruturado, sendo dotado atualmente de um visual moderno e com atualização dinâmica, tornando-se hoje uma referência em confiabilidade e credibilidade para a comunidade acadêmica, para o público usuário e para todo o setor mineral brasileiro. Ainda no tocante a modernização tecnológica e da gestão, vale destacar o trabalho de levantamento de toda a infra-estrutura de Tecnologia da Informação em todo o Brasil, realizada com o apoio de instituição especializada e as várias obras de reforma predial, empreendidas em diversos distritos com destaque para o 5º Distrito do Pará, em vias de inauguração e para o Projeto Básico de reforma do edifício-sede em Brasília já finalizado, aguardando dotação orçamentária para iniciar a obras.



A nova página

Também, em 2004, foi desenvolvido o Sistema de Planejamento do DNPM – SISPLAN, objetivando atender uma necessidade da Autarquia de planejar, acompanhar e controlar toda a execução orçamentária e financeira de todos os programas de trabalho, otimizando os mecanismos de planejamento e acompanhamento da execução.

O SISPLAN é alimentado pelas Diretorias e pelos Distritos da Autarquia cujas informações são analisadas e aprovadas em função dos limites orçamentários e condensados no referido Sistema. O SISPLAN trabalha de forma integrada com Sistemas do Governo Federal, como o SIAFI e está sendo estruturado para trabalhar em conjunto com o SISCONTA, do TCU.

Unidade	Versão	Encerramento	Análise	N.Projetos	Vlr. Plan.	Comando
SEDE - DF	3	24/05/2005 17:22:00 DNPM\Liane	não analisado	68	14.845.620,53	Cancela Encerramento Analisa
1º Distrito - RS	3	07/06/2005 10:22:00 DNPM\Liane	não analisado	19	376.625,68	Cancela Encerramento Analisa
2º Distrito - SP	3	16/05/2005 16:10:00 DNPM\Liane	não analisado	12	461.941,53	Cancela Encerramento Analisa
3º Distrito - MG	3	19/05/2005 15:53:00 DNPM\Liane	não analisado	18	643.598,71	Cancela Encerramento Analisa
4º Distrito - PE	3	16/05/2005 16:11:00 DNPM\Liane	não analisado	39	540.556,36	Cancela Encerramento Analisa
5º Distrito - PA	3	24/05/2005 17:22:00 DNPM\Liane	não analisado	22	595.969,05	Cancela Encerramento Analisa
6º Distrito - GO	3	19/05/2005 16:15:00 DNPM\Liane	não analisado	53	456.905,94	Cancela Encerramento Analisa
7º Distrito - BA	3	19/05/2005 16:00:00 DNPM\Liane	não analisado	14	587.074,89	Cancela Encerramento Analisa
8º Distrito - AM	3	17/05/2005 20:24:00 DNPM\Liane	não analisado	24	349.757,34	Cancela Encerramento Analisa
9º Distrito - RJ	3	19/05/2005 15:59:00 DNPM\Liane	não analisado	25	898.784,57	Cancela Encerramento Analisa
10º Distrito - CE	3	04/05/2005 10:40:00 DNPM\Liane	não analisado	36	455.970,77	Cancela Encerramento Analisa
11º Distrito - SC	3	24/05/2005 17:22:00 DNPM\Liane	não analisado	19	398.825,21	Cancela Encerramento Analisa
12º Distrito - MT	3	16/05/2005 16:12:00 DNPM\Liane	não analisado	15	291.681,04	Cancela Encerramento Analisa
13º Distrito - PR	3	24/05/2005 17:22:00 DNPM\Liane	não analisado	23	259.865,00	Cancela Encerramento Analisa

Exemplo de tela do SISPLAN

Entre as metas estabelecidas para estruturação da Autarquia, no tocante à valorização funcional e institucional, foram instituídos o Plano de Carreiras com cargos para serem providos por concurso público para futuros ingressantes e o Plano Especial de Cargos para os atuais servidores do DNPM, com aprovação da Lei nº 11.046 de 27 de dezembro de 2004. A Lei assegurou, ainda, que os efeitos financeiros decorrentes da implantação do Plano Especial de Cargos vigorassem a partir de 1º de julho de 2004.

Em decorrência da lei 11.046/2004, foi concluída proposta, e encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo Ministério de Minas e Energia, para realização de concurso público para provimento de 300 vagas, a ser realizado no já no presente exercício de 2005. No que tange à capacitação de pessoal muito tem sido feito também, reciclando pessoal, abrindo novas perspectivas para o nosso corpo técnico e administrativo, oferecendo cursos de atualização permanente dirigido à diversas áreas.

O DNPM tem, ainda, participado ativamente das discussões internas do Governo sobre a questão da regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, que prevê a atividade de mineração em terras indígenas. Como fruto dessas discussões, oportunamente, o Governo deverá encaminhar Projeto de Lei ao Congresso Nacional sobre o assunto. Também o DNPM tem participado das discussões internas do Governo sobre a questão da atividade de mineração em Faixa de Fronteira, para o que se tem a perspectiva de que venham ocorrer alterações na legislação para que se permita a atração de investimentos nessas áreas sem, contudo comprometer-se a soberania nacional.

Quanto à questão ambiental, em março deste ano, DNPM e IBAMA assinaram uma Portaria conjunta com o com o objetivo de constituir grupo de trabalho sobre mineração e meio ambiente para propor diretrizes inter-institucionais visando compatibilizar as exigências ambientais à realidade da mineração brasileira, e desobstruir eventuais entraves. O intuito é a aproximação das duas Autarquias, tanto do ponto de vista do conhecimento de suas respectivas culturas no trato da questão mineral e ambiental, quanto na soma de esforços em áreas estratégicas como a fiscalização, a capacitação, a normatização, o desenvolvimento sustentável, bem como na solução de casos específicos de conflitos relacionados aos licenciamentos ambientais para as empresas de mineração. Desde então, esse grupo tem tido reuniões regulares e trabalhado firmemente com este objetivo.

Nesses dois anos e seis meses, muito foi feito pelo órgão. O DNPM está sendo efetivamente modernizado e fortalecido como instituição pública de fomento ao setor mineral, numa perspectiva de resgate do papel ativo do Estado brasileiro na gestão de seus recursos minerais, que são bens da União.

Principais Atividades

Dando continuidade aos trabalhos regidos pelo Código de Mineração e sua Legislação Complementar, durante o ano 2004, o Diretor-Geral do DNPM, aprovou, dentre todos os atos assinados, os aqui enumerados, que têm seu conteúdo voltado diretamente para a normatização da atividade mineral, uniformização de procedimentos e publicados no Diário Oficial da União. Naturalmente não estão aqui listados os atos de ordem estritamente administrativa.

Portaria Nº 19, de 09/01/2004, DOU de 12/01/2004 - Institui a nova versão do Relatório Anual de Lavra - RAL em meio eletrônico (RAL 2004), de uso obrigatório e exclusivo para a declaração dos dados referentes ao Ano-Base 2003 pelos detentores de Títulos de Lavra ou por seus arrendatários, bem como titulares de Alvarás de Pesquisa objetos de Guia de Utilização vigentes no Ano-Base 2003.

Portaria Nº 044, de 11/02/2004, DOU de 13/02/2004 - Institui, alternativamente, à assinatura manuscrita, a assinatura eletrônica de alvarás de pesquisa outorgados pelo DNPM.

Portaria Nº 54, de 18/02/2004, DOU de 19/02/2004 – Dispõe sobre o aquífero de Caladas Novas e Rio Quente.

Portaria Nº 152, de 23/03/2004, DOU de 24/03/2004 - institui o Certificado de Classificador de Rochas Ornamentais e de Revestimento.

Portaria Nº 178, de 12/04/2004, DOU de 13/04/2004 Estabelece o procedimento para outorga e transformação do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira.

Portaria Nº 194, de 07/05/2004, DOU de 10/05/2004 - disciplina e uniformiza os procedimentos a serem observados na fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM

Portaria Nº 236, de 16/06/2004, DOU de 18/06/2004 - Altera a Tabela anexa à Portaria DNPM no 367, de 27 de agosto de 2003.

Portaria Nº 262, de 07/07/2004, DOU de 26/07/2004 – dispõe sobre Área de Garimpagem Rio Madeira

Portaria Nº 245, de 07/07/2004, DOU de 09/07/2004 – dispõe sobre Área de Garimpagem Rio Madeira II

Portaria Nº 259, de 16/07/2004, DOU de 20/07/2004 Institui a Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral - DIPEM.

Portaria Nº 304, de 08/09/2004, DOU de 09/12/2004 - Atualiza os valores em Real de emolumentos, taxa anual por hectare e multas, e estabelece os valores de serviços prestados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

Portaria Nº 323, de 15/09/2004, DOU de 16/09/2004 – aprova a atualização do Manual de Procedimentos para Cobrança da Taxa Anual por Hectare, Multa sobre a TAH e Multas específicas aplicadas pela inobservância da Legislação Minerária.

Portaria Nº 347, de 29/09/2004, DOU de 01/10/2004 - Delega competência do Diretor-Geral ao Diretor de Administração Geral, ao Diretor de Outorga e Cadastro Mineiro e aos Chefes dos Distritos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Portaria Nº 378, de 16/11/2004, DOU de 06/12/2004 - estabelece os critérios para fixação dos valores das vistorias realizadas pelo DNPM.

Portaria Nº 382, de 02/12/2004, DOU de 03/12/2004 - declara suspensos a partir de 20 de outubro de 2004 os prazos previstos na legislação minerária que venceriam entre 20 de outubro e 05 de dezembro de 2004 e dá outras providências.

Portaria Nº 392, de 21/12/2004, DOU de 22/12/2004 – revisa e atualiza a Portaria nº 40, de 10 de fevereiro de 2000.

Circular Nº 1, de 08/12/2004, DOU de 09/12/2004 - Informa aos titulares de Alvarás de Pesquisa, prazo para pagamento de Taxa Anual por Hectare.

Foram concedidas, durante o exercício de 2004, mais de duzentas audiências a parlamentares, prefeitos de municípios brasileiros, representantes de tribos indígenas, garimpeiros, delegações de empresários brasileiros e de vários países, membros do corpo diplomático credenciados no Brasil, com o objetivo de analisar e encaminhar a melhor solução dos vários problemas apresentados, ou conflitos de interesse. Diversas delegações de empresários estrangeiros têm procurado o DNPM, certos de que o Brasil possui grande potencial de competitividade e de vantagens comparativas perante outros países, a exemplo de investidores canadenses, chineses, australianos, ingleses, alemães e italianos, dentre outros.

A Diretoria participou de inúmeros eventos do setor mineral, proferindo conferências em Congressos, Simpósios, associações de produtores minerais etc. No âmbito interno, proferiu discursos/palestras: na 17ª Feira Internacional do Mármore e Granito (Vitória – ES; Fevereiro); no seminário “A importância da mineração no desenvolvimento sustentável da região do Tapajós” (Itaituba – PA;

Março); no 9º Congresso Brasileiro de Municípios (Salvador – BA, Abril), na entrega do título “Empresas do setor mineral” – Revista Brasil Mineral (São Paulo – SP, Abril), no I Simpósio brasileiro de exploração mineral (Ouro Preto – MG, Maio), no Amazontech (Cuiabá – MT, Agosto), na posse da ABEM (Salvador – BA, Agosto), na 18ª Feira internacional do mármore e granito de Cachoeiro de Itapemirim (Agosto), no lançamento do Plano Diretor da Região Metropolitana de Curitiba (Curitiba – PR, Setembro), no 13º Congresso da Indústria de Águas Minerais (Águas de Lindóia – SP, Setembro), na Presidência da República (Brasília – DF, Outubro), no “Seminário Internacional de Agregados” (Campinas – SP, Outubro), no 42º Congresso Brasileiro de Geologia (Araxá – MG, Outubro), na 61ª SOEAA (São Luiz – MA, Novembro).

No âmbito externo, participou como membro da delegação brasileira em viagem ao Canadá, Província do Quebec para conhecer o sistema de outorga e as soluções do governo do Quebec para resolver os conflitos de sua implantação e discutir acordo de cooperação técnica (Maio).

No ano de 2004, o DNPM firmou Acordo de Cooperação Técnica para fiscalização da CFEM, com os seguintes municípios: Maceió (AL), Alagoinhas (BA), Caetité (BA), Canaã dos Carajás (PA), Almeirim (PA), São Geraldo do Araguaia (PA), Rio de Janeiro (RJ), Santa Gertrudes (SP), Santana de Parnaíba (SP) e Peixe (TO). Também firmou Acordo de Cooperação Técnica com o mesmo objetivo com o Estado de Minas Gerais, representado pelas Secretarias da Fazenda e de Desenvolvimento Econômico.

A Diretoria Adjunta realizou cerca de três dezenas de viagens para atender demandas municipais relacionadas com outorgas, fiscalização, arrecadação, estudos e planejamento da mineração brasileira. Foram visitados os seguintes locais: Vitória –ES, Belo horizonte – MG ,Campina Grande – PB, Coromandel – MG , Cuiabá – MT, São Paulo – SP, Imperatriz – MA, Teresina – PI , Porto Velho – RO ,Curitiba – PR , São Lourenço – MG, Macapá – AP e Canadá.

Nas audiências da Diretoria Adjunta, os temas de maior relevância foram os seguintes: Mineração e Meio Ambiente, Garimpo, Mineração em Terras Indígenas, Aumento da produção de Níquel e cobre, Certificado Kimberley – Diamante, CFEM, Água Mineral, Sindicato de trabalhadores do Setor Mineral, Capacitação de Pessoal, Comissão de Ética, Sindicâncias, Convênios, Fundo Setorial de Mineração – CT Mineral, Empresas de Consultorias e Serviços, Entidades de Classe do Setor Mineral, Faixa de Fronteira, Sistemas Estaduais de Mineração, Mármore e Granitos, Mineração Cidadã, Mineração Subaquática, Minério de Ferro, Modernização Tecnológica do DNPM, Auditorias, Planejamento Estratégico, Regimento Interno do DNPM, Relações Internacionais, Assistência Administrativa aos Distritos do DNPM.

Outorga de Títulos Minerários e o Cadastro Mineiro

1. A ação de outorga

Dentro do PPA (Plano Plurianual 2004 – 2007), A Ação Outorga de Direitos Minerários enquadra-se no Programa Desenvolvimento da Produção Mineral e tem como produtos:

Descrição do Produto	Nome/Unidade do Produto Proposto
Títulos Minerários: Alvarás de Pesquisa, Portarias de Lavra, , Registros de Licença e de Extração, Permissões de Lavra Garimpeira, Grupamento Mineiro.	Título emitido.

2. Objetivos e Metas

Esta ação tem como objetivo viabilizar o acesso a áreas para pesquisa e o aproveitamento dos recursos minerais da União, de forma racional, através de uma gestão transparente, dentro de padrões legais e técnicos normativos, propiciando a devida segurança jurídica e o fomento à atividade, bem como dos meios de fiscalização e controle por parte do poder concedente quanto aos aspectos sócioambientais envolvidos.

A ação é desenvolvida para dar cumprimento a legislação vigente que regula o acesso à pesquisa e à lavra de bens minerais da União aos detentores de direitos minerários.

As principais metas operacionais traçadas para o ano de 2004 foram:

- Emissão de 14.000 Títulos Minerários;
- Continuação da depuração na base de dados do Cadastro Mineiro;
- Implementação do Manual de Procedimentos Técnicos de Outorga de Títulos e Gestão Processual;
 - Controle de áreas mais eficiente e transparente em Sistema de Informações Geográficas, continuação da implementação/Utilização de bases cartográficas digitais e georeferenciadas em escalas compatíveis, acopladas aos overlays das poligonais do controle de áreas.
 - Incremento dos dados auxiliares de controle de área digitais, georeferenciados (APA, reservas indígenas, gasoduto, barragens, etc);
 - Maior controle no trâmite de processos;
 - Relatórios gerenciais periódicos padronizados gerados eletronicamente;

3 – Atividades Realizadas / Resultados

O processo de outorga inicia-se após o recebimento do requerimento nos protocolos das Unidades Regionais do DNPM, em seguida o mesmo é analisado nos aspectos técnicos, jurídicos e administrativos. São emitidos pareceres encaminhando-o para sua aprovação ou indeferimento pela autoridade competente, para posterior publicação oficial e elaboração dos respectivos registros dos Títulos Minerários emitidos, prorrogados e transferidos, que são os produtos finalísticos das atividades da DICAM.

A meta física estabelecida para 2004 foi de 14.000 Títulos Minerários emitidos, entre Alvarás de Pesquisa, Portarias de Lavra, Registros de Licença, Registros de Extração, Permissões de Lavra Garimpeira não tendo sido consideradas, as renovações de Alvarás de Pesquisa, Relatórios Finais de Pesquisa aprovados, cessões de direitos e os indeferimentos.

Foi concluído o processo de depuração no banco de dados do sistema Cadastro Mineiro dos seguintes Distritos: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, totalizando 16 Distritos depurados. Foram adotadas as seguintes providências nos Distritos depurados:

- Organização do arquivo físico, objetivando a guarda de processos de mineração.
- Instalação de Softwares (base cartográfica digital, referentes a malha municipal, unidades de conservação, terras indígenas, faixa de fronteiras, reservas garimpeiras, etc) e treinamento de servidores do Distrito para implementação da depuração no banco de dados.
- Treinamento de pessoal para a utilização do sistema de informação geográfica, para consultas e geração de mapas e para utilização dos programas do SICOPTec

3.1 - Títulos Minerários Emitidos

No decorrer do ano de 2004 foram analisados 15.620 processos com vista a outorga de títulos minerários. Deste conjunto 12.928 foram aprovados e emitidos títulos em nome de seus titulares, os 2.692 restantes foram indeferidos por não terem, de alguma forma, cumprido com exigências técnicas ou documentais estabelecidas no Código de Mineração.

Tendo em vista que estava programada a emissão de 14.000 para o ano de 2004, os números nos mostraram que 92,34% da meta foi atingida, porém se considerarmos a análise efetuada pelos técnicos em processos que pleitearam esses títulos, a produção ultrapassa a previsão em cerca de 10% .

Deve ser ainda levado em consideração a paralisação dos trabalhos de outorga em consequência da greve geral do DNPM, ocorrida durante todo o mês de novembro, o que contribuiu para a diminuição do número de títulos publicados.

Atos Publicados	Total
PORTARIAS DE LAVRA	335
PORTARIAS DE LAVRA RETIFICADAS	36
ALVARÁS	10.925
ALVARÁS RETIFICADOS	134
PRORROG. ALVARÁ (1 ANO)	111
PRORROG. ALVARÁ (2 ANOS)	85
PRORROG. ALVARÁ (3 ANOS)	535
REL. APROV.ART.30, INCISO I	986
REL. NEGADO ART.30 INCISO II	1.646
PERM.LAVRA GARIMPEIRA	99
INDEFERIMENTOS	2.863
ÁREAS DISPONÍVEIS(ART.26)	10.068
RECONSIDERA INDEFERIMENTO	223
RENÚNCIA ALVARÁ	1.333
HOMOLOGA DESISTÊNCIA	3.308
DECLARAÇÃO DE PRIORIDADE	564
CESSÃO DIREITOS APROVADAS	3.234
CESSÕES NEGADAS	110
REGISTROS DE EXTRAÇÃO	86
REGISTROS DE LICENÇA	1.312

3.2 - Depuração na Base de Dados do Cadastro Mineiro

Considerando que o principal instrumento para elaboração do seu produto Títulos Minerários concedidos são as informações do Cadastro Mineiro, foi dada continuidade no processo de depuração do banco de dados, cuja metodologia vem sendo consolidada desde o ano de 2001, a partir de um projeto piloto realizado em cooperação com o 6º Distrito (Goiás).

Para isto foi designada uma comissão e equipes formadas especialmente para a consecução deste objetivo.

Juntamente com a metodologia gerada, foram feitas melhorias no sistema eletrônico de verificação de consistência e crítica de eventos e de vários outros dados do processo, incluindo também um sistema de verificação de pendências processuais, de análises espaciais de interferências e outros aspectos, utilizando um sistema GIS (Sistema de Informações Geográficas).

No processo de depuração, todos os processos de um distrito são verificados fisicamente, após verificação eletrônica da consistência dos dados, da devida correção da base do Cadastro Mineiro e a indicação de todas as pendências e demandas processuais a serem sanadas pelo distrito.

Durante o ano de 2004 o número de Distrito depurados elevou-se à 16 com os trabalhos desenvolvidos nos Distritos de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso.

Nos sete Distritos acima citados, alvo da depuração de 46.810 processos foi feita, principalmente, a verificação dos eventos processados e respectivas poligonais, conforme discriminação abaixo:

Distrito	Proc.ativos	Proc.inativos	Total
Pernambuco	674	5.030	5.704
Paraíba	1.274	4.581	5.855
Rio Grande do Norte	1.113	3.914	5.027
Sergipe	251	988	1.239
Alagoas	141	730	871
Mato Grosso do Sul	789	6.574	7.363
Mato Grosso	2.347	18.404	20.751
Total			46.810

3.3- Instalação do Sicoptec nos Distritos

Procedeu-se nos mesmos Distritos relacionados no item 3.2, a instalação do SICOPTec, que consiste na utilização de programas de informática que permitem acompanhar o andamento dos processos nas citadas unidades regionais do DNPM, exceção feita ao estado de Mato Grosso do Sul. Nas unidades dos estados de Sergipe e Alagoas, avançou-se para uma interligação pioneira do sistema com a Sede, para observação de desempenho para futura expansão do sistema entre todas os Distritos e Brasília.

Técnicos de cada um dos citados Distritos foram treinados para a utilização dos programas na implantação do SICOPTec.



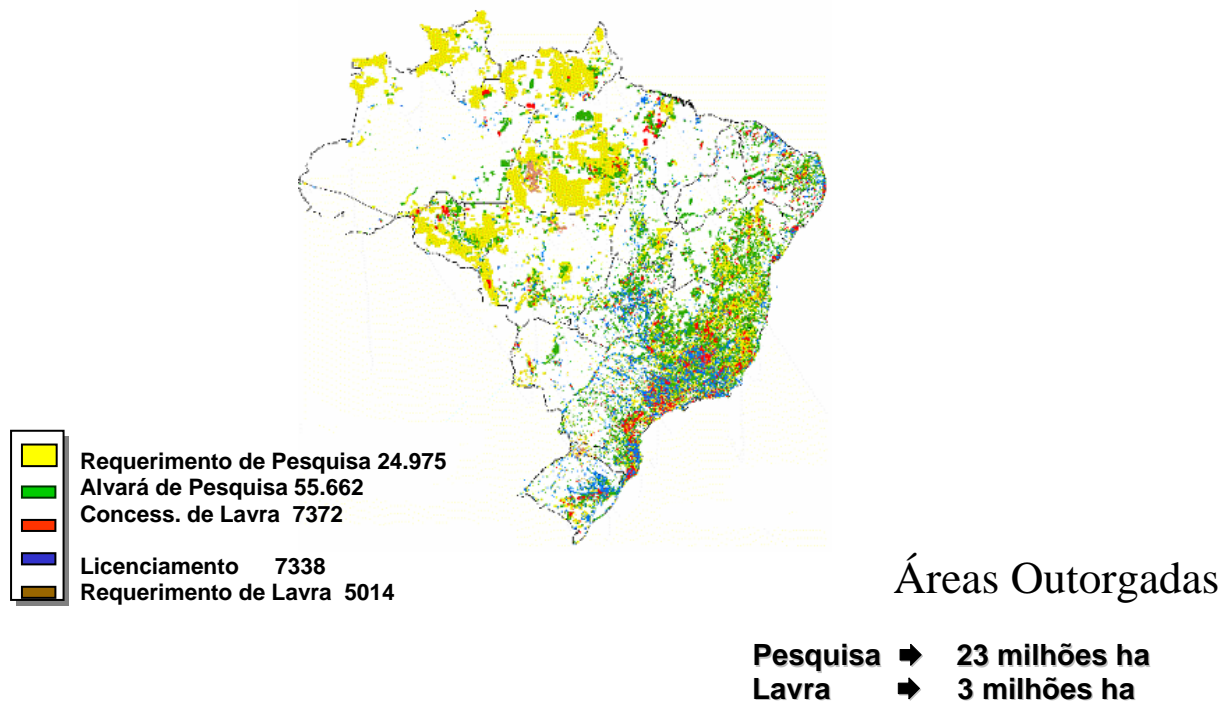
Tela do SICOPTec

3.4 - Interligação em Rede dos Distritos com a Sede

As 25 Unidades Regionais do DNPM passaram a partir do ano 2004 a construir uma rede nacional interligada *on-line* a Sede. Este sistema permitiu não só a agilização do gerenciamento e comunicação interna da instituição, como

também, a interligação de 11 Distritos com o Banco de Dados do Cadastro Mineiro existente na Sede, visando a obtenção de uma Base de Dados única.

Distribuição das áreas outorgadas pelo DNPM



Fomento e Economia Mineral

Com efeito, na perspectiva da consecução dos macro-objetivos de Política Pública Mineral espelhada nos Programas inseridos na concepção do PPA 2004-2007 — é que a DIDEM se empenhou na coordenação e execução das Ações (Atividades e Projetos) com a finalidade de gerar e disponibilizar uma variedade expressiva de produtos de Economia Mineral, capaz de atender às demandas da sociedade e do sistema de planejamento em todos os níveis da administração pública, sinalizando oportunidades de investimentos para o desenvolvimento do setor mineral brasileiro.

Enfim, procura-se consolidar elementos demonstrativos de execução orçamentária afins aos Programas do PPA 2004-2007, que evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos nas Ações-DIDEM, sob a ótica dos princípios da racionalidade e da simplificação do exame e do julgamento das tomadas e prestações de contas, bem da avaliação de desempenho de gestão do DNPM.

PLANO PLURIANUAL 2004-2007 – BRASIL UM PAÍS DE TODOS

I. PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL (1069)

I.1- Objetivos e Metas

- **Órgão Responsável:** Ministério de Minas e Energia (MME)
- **Objetivo:** Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de mineração.
- **Público Alvo:** Governo
- **Ação:** Estudos para o Planejamento do Setor Mineral (U394A)
- **Localizador:** Nacional
- **Produto:** Estudo realizado
- **Modalidade de Implementação:** Direta
- **Unidade Responsável:** Departamento Nacional de Produção Mineral
- **Meta Física:** 01 Estudo
- **Meta Física Realizada:** 03
- **Meta Financeira:** R\$ 500.000,00 (redimensionada, em função do contingenciamento, para R\$ 150.000,00)
- **Meta Financeira Realizada:** R\$ 147.873,00 (\cong 98,58%)

I.2) Execução, Avaliação e Medidas para Saneamento de Desfunções Estruturais

A *Ação Estudos para o Planejamento do Setor Mineral* está inserida no Programa Gestão da Política Mineral, da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SMG/MME), sob responsabilidade de execução do DNPM, tem por objetivo acompanhar, consolidar indicadores estatísticos e desenvolver análise econômica mineral.

Portanto, a coordenação da Ação é de competência da DIDEM e a responsabilidade de execução das atividades e projetos, compartilhadas com os Distritos Estaduais do DNPM e, eventualmente, com parcerias interinstitucionais. O processo de levantamento, sistematização de dados e subseqüentes análises minero-econômicas, são desenvolvido diretamente pela DIDEM e Distritos, entretanto, para determinados estudos específicos tem-se buscado parcerias (ACT¹s ou Convênios) ou contratação de serviços de consultoria.

Importa enfatizar que, dentro deste contexto, a *Ação Estudos para o Planejamento do Setor Mineral* contempla estudos ordinários (Informe Mineral, Sumário Mineral, Anuário Mineral Brasileiro-AMB, Balanço Mineral do Brasil

¹ ACTs: Acordos de Cooperação Técnicas.

etc.), com periodicidades semestrais, anuais e quinquenais. A meta física foi re-programada para cinco estudos, com a finalidade de melhor instrumentar o alcance do objeto da Ação.

Com efeito, a partir da execução de 92,2% do orçamento disponível (R\$ 150.000,00), pode-se destacar as seguintes realizações no âmbito da Ação em 2004:

- **Sumário Mineral–2004:** 24ª ed., nas versões português e inglês. A publicação contém estudos de 52 (cinquenta e duas) substâncias minerais, que representam mais de 90% do valor da produção mineral brasileira. A divulgação dos estudos deu-se pela *Internet* (Portal-DNPM) e mídia eletrônica (mini-CDs; tiragem de 2.000 unidades). Infelizmente a greve dos servidores do DNPM, deflagrada em outubro-2004, comprometeu o processo licitatório para efeito de contratação de serviços mídia impressa do SM-2004.

- **Informe Mineral - 2004:** Foram elaboradas 2 (duas) edições do IM – 2004. A primeira, *Especial* – alusiva aos 70 Anos do DNPM – teve divulgação pelo Portal-DNPM e a partir de edições em mídias eletrônica (mini-CDs; 2.000 unidades) e impressa (10.000 volumes), em abril e junho de 2004. A 2ª edição, cujo estudo se ateve ao desempenho da Economia Mineral do País, no 1º semestre-2004, foi disponibilizado apenas na Internet, face às implicações da greve dos servidores.

Importa destacar ainda — não obstante o impacto negativo da greve dos servidores no final do ano — o desenvolvimento continuado do *Sistema de Gestão da Produção Mineral (SisMine)*, logrando-se a conclusão dos subsistemas e rotinas abaixo:

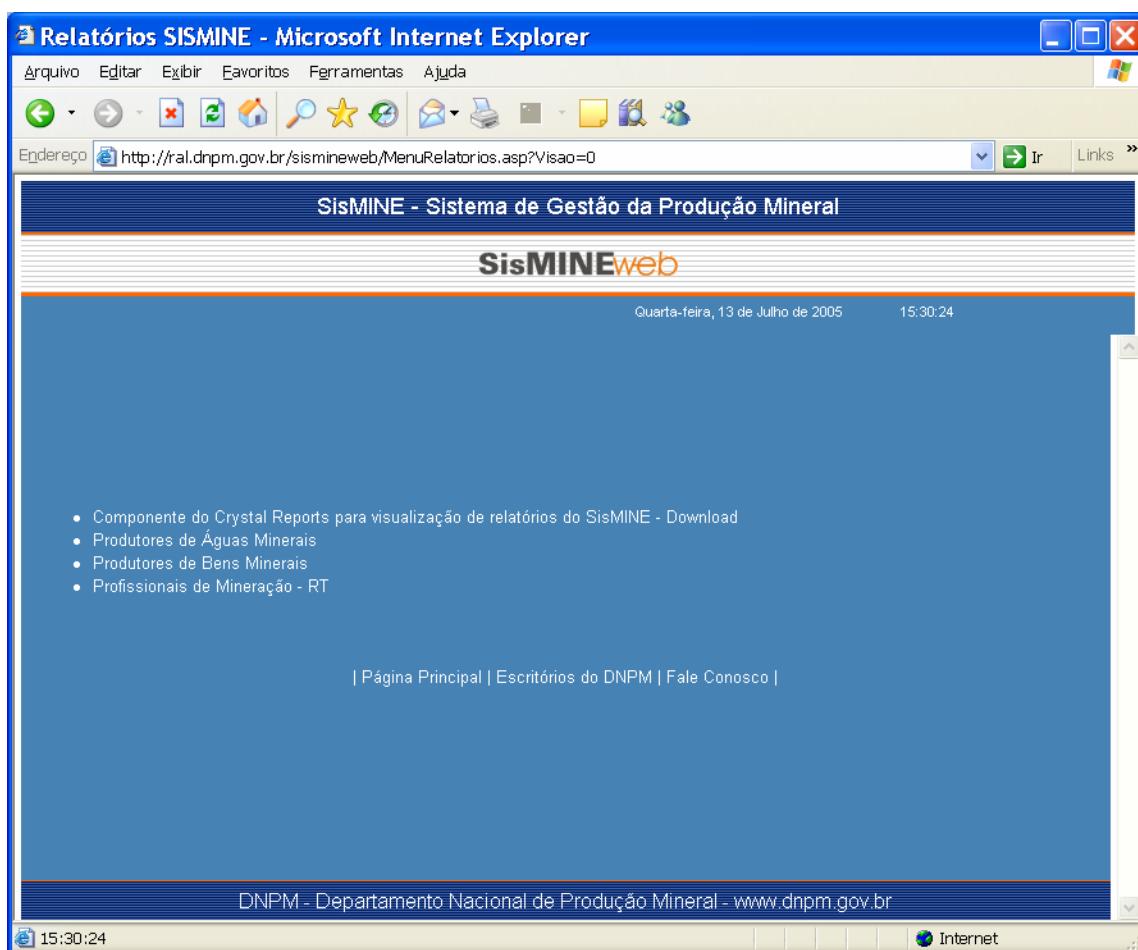
I – Aplicativo Anuário Mineral Brasileiro (AMB)

1. Definição e Implementação de funcionalidades no Aplicativo AMB que permitem:

- 1.1. Alteração, inclusão e exclusão de substância AMB, minério e produto beneficiado, com crítica de unidade;
- 1.2. Alteração da Unidade da Federação e Município;
- 1.3. Inclusão ou exclusão de usina (mesmo inclusão de primeira usina em RAL);
- 1.4. Inclusão de Produto Beneficiado também para RALs sem movimentação beneficiada;
- 1.5. Limitar a inclusão de Produto Beneficiado às substâncias AMB correspondentes;
- 1.6. A inclusão ou exclusão de RAL.

2. Definição e Implementação de críticas nos dados atualizados do Aplicativo AMB, com a finalidade de evitar possíveis inconsistências na base de dados;
3. Implementação de ajustes no Aplicativo AMB, para que possa ser acessado pelos Distritos diretamente na base Brasil;
4. Desenvolvimento de rotinas para atualização automática do Aplicativo AMB, tanto para a sede quanto para distritos;
5. Instalação do Aplicativo AMB em 11 Distritos, para acesso direto na base Brasil;
6. Definição e implementação de rotina de migração dos dados do SisMine para a base de dados do AMB, com opção para:
 - 6.1. Apenas migrar RALs inexistentes na base de dados do AMB (não retificadores), por ano e/ou CNPJ/CPF;
 - 6.2. Apresentar lista de RALs retificadores, por ano e/ou CNPJ/CPF;
 - 6.3. Migrar apenas RALs já existentes na base de dados do AMB (retificadores), por ano e/ou CNPJ/CPF;
7. Desenvolvimento de rotina de controle dos usuários para acesso ao AMB, com níveis variados de permissão;
8. Desenvolvimento de rotina de acesso às tabelas do aplicativo AMB;
9. Desenvolvimento de rotinas de migração de reservas entre os anos-base (em desenvolvimento);
10. Acompanhamento do projeto de criação da arte do AMB;
11. Definição de regras, ajustes, desenvolvimento e testes de Relatórios Gerenciais, para crítica da base de dados do AMB;
12. Definição de regras, ajustes, desenvolvimento e testes de relatórios do AMB;
13. Definição e desenvolvimento de funcionalidade que torna o cálculo automático do teor, para Reserva e Produção Mineral;
14. Ajustes e correções em diversas tabelas do AMB;

15. Definição de regras para consolidação e apresentação dos dados de produção (bruta e beneficiada) na publicação AMB;
16. Migração dos dados de Reservas Minerais do SisRalc ano-base 2000 para o SISMINE – AMB;
17. Definição e implementação de procedimentos para cálculo e apresentação de dados de produção e reserva, quando houver diferença de unidades entre as substâncias agrupadas e agrupadoras;
18. Prosseguimento na depuração da base de dados do AMB;
19. Ajustes no formulário de Dados Arbitrados de forma a permitir selecionar qualquer substância AMB e informar os dados para a Substância AMB ou Agrupadora AMB; e informar o TOTAL ou apenas o AJUSTE.

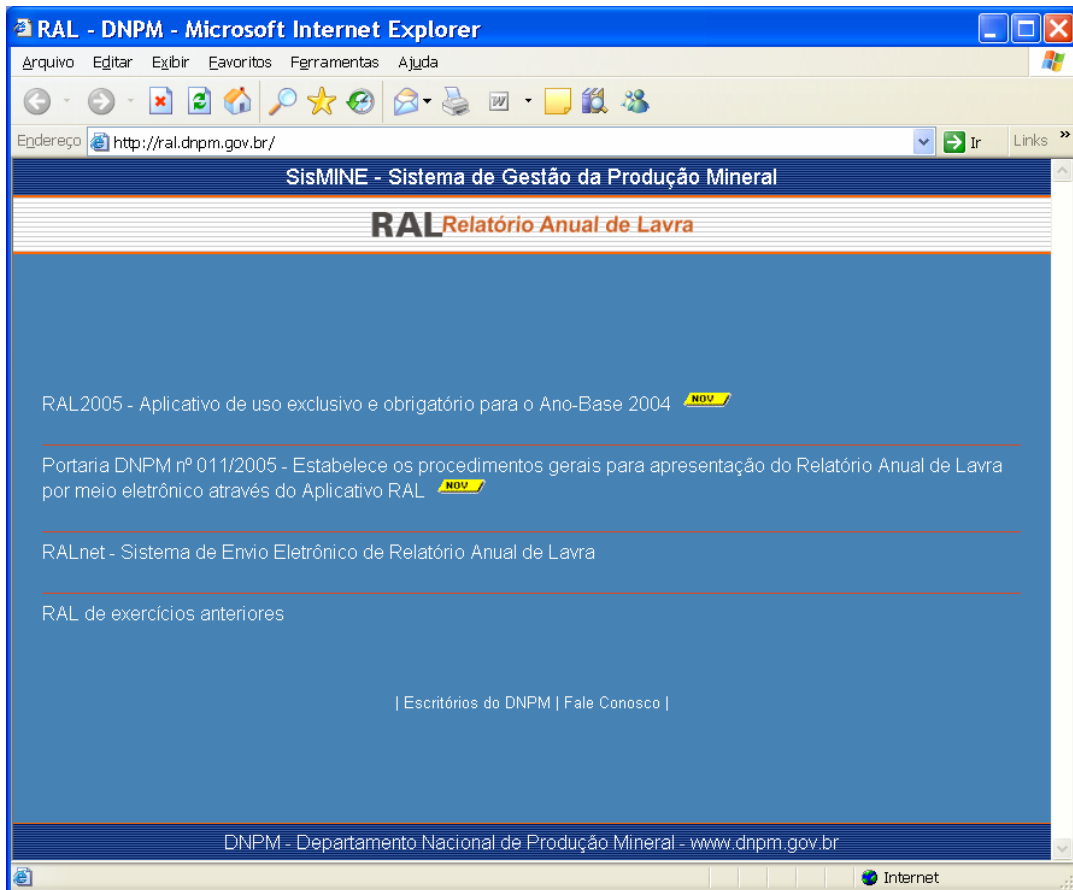


Uma tela do SisMINEweb

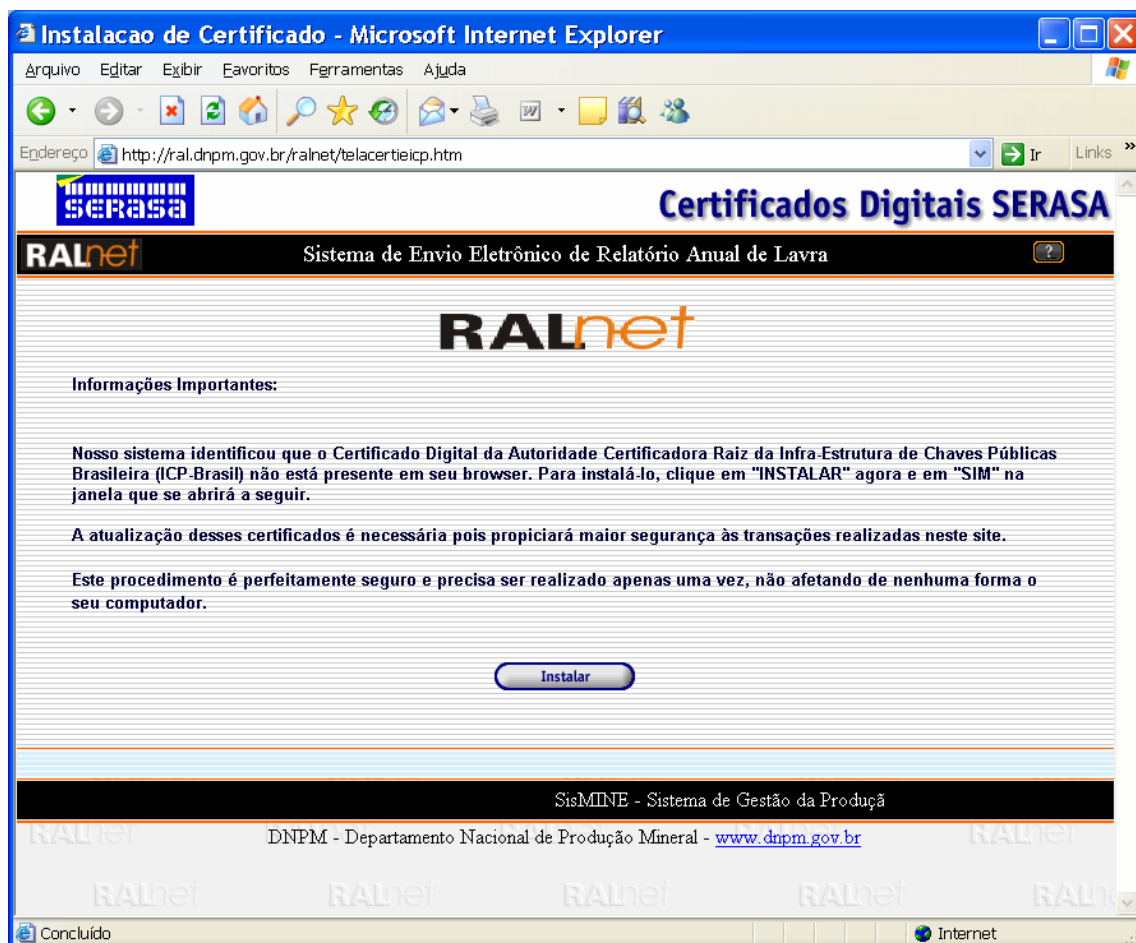
II – Aplicativo RAL2004 e RALnet

1. O aplicativo Ral2004 foi disponibilizado na internet;

2. Atendimento aos usuários do RAL e RALnet por e-mail e telefone, durante o período de declaração do Relatório Anual de Lavra: janeiro, fevereiro e março;
3. Ajustes e testes gerais no aplicativo RAL2004 para correção de erros detectados;
4. Ajustes no aplicativo RALnet para correção de problemas apresentados durante o período de entrega de RALs;
5. Definição e ajustes no Aplicativo Ral2004, para liberação da versão 2005;
6. Formação do processo licitatório para gravação do CD-ROM do Ral2004;
7. Distribuição dos CDs gravados do aplicativo Ral2004 para todos os Distritos;
8. Realização de Treinamento sobre Relatório Anual de Lavra (aplicativo RAL2004), na sede do DNPM em Brasília, no período de 11 a 14/02/2004, para técnicos dos Distritos-DNPM, por agentes multiplicadores do quadro da Autarquia;
9. Renovação do Certificado Digital de assinatura de código adquirido do SERASA para o RALnet;



Tela do RAL na internet



Tela do RALNet

III – Visualizador de RAL2004

1. Desenvolvimento e liberação do aplicativo Visualizador do RAL2004, com inclusão de novos recursos para que seja informado o nome do técnico responsável pela análise do RAL e seu Distrito de lotação, bem como de campo para informar o *status* do RAL (Não Analisado (*default*) / Analisado e Aceito / Analisado e Aceito (com observações) / Analisado e Não Aceito) e Em Análise: a ser selecionado pelo usuário;
2. Distribuição da base com aproximadamente 5.000 RALs ano-base 2003 recebidos pelo DNPM, segundo o distrito responsável, para ser utilizado pelo aplicativo Visualizador do RAL2004;
3. Gravação de 25 CD-ROMs, um para cada distrito, com a base de RALs de responsabilidade e o aplicativo Visualizador do RAL2004;
4. Criação de novo usuário para permitir alterar a tela de comentários/exigências. O já existente passou a ter apenas acesso de leitura nesta tela.

IV – SisMINEweb – Sítio eletrônico do SisMINE

1. Manutenção na página do SisMINEweb, para correção de erros detectados pelos gestores e distritos;
2. Atualização periódica das bases de dados do Visualizador de RALs, segundo o distrito de responsabilidade;
3. Confeccção de consultas diversas na base de dados do SisMINE, para atender solicitações internas e externas;
4. Criação de duas páginas para acompanhamento de recebimento de RALs, apresentando a quantidade diária e os detalhes destes RALs;
5. Definição e elaboração, juntamente com a DIFIS, de metodologia e recursos para serem utilizados na Campanha RAL 2004;
6. Tornou-se disponível, com acesso restrito ao DNPM, para uso da Campanha RAL 2004, os seguintes *links* que contêm recursos de utilização obrigatória:

- **Aplicativos e Componentes**
 - Componente do *Crystal Reports* para visualização de relatórios do SisMINE - *Download*
 - RAL - Relatório Anual de Lavra e RALnet
 - Visualizador do RAL
 - **Catálogo de endereços (para mala direta, e-mail e carta)**
 - Declarantes de RAL's
 - Executores de lavra (terceiros)
 - Proprietários de usinas de beneficiamento
 - Representantes legais
 - RT pela elaboração de RALs
 - RT pela execução de lavra
 - Todos
 - Complexos de envase e/ou balneários
 - Declarantes de RAL (simplificado)
 - Minas e usinas
 - Produtores de águas minerais
 - Produtores de bens minerais
 - Profissionais de mineração

- **Suporte Técnico-Administrativo de Recebimento e Análise de RALs**
 - Extratos ABC para priorização de análise de RALs (arquivos em html)
 - Relação dos RALs a serem analisados por Distrito (arquivos em Excel)
 - Procedimentos administrativos para autuação e notificação pela ausência ou entrega fora do prazo
 - Modelos para Ano-Base 2001
 - Modelos para Ano-Base 2002
 - Modelos para Ano-Base 2003
 - Guias de Utilização
 - Manifestos de Mina e Concessões de Lavra
 - Permissões de Lavra Garimpeira
 - Registros de Licenciamento com PAE
 - Registros de Licenciamento sem PAE
 - Todos
 - Modelos de extratos das Autuações e Notificações para publicação no DOU
 - Planilha de acompanhamento e controle das autuações - arquivos em Excel
 - Relação de processos DNPM que não apresentaram RAL e procedimentos administrativos para Autuação-Notificação automatizados
 - Links de controle e acesso aos recibos de entrega de RAL
 - Controle de recebimento diário
 - Recibos de entrega
 - Relação de processos DNPM com RALs apresentados
 - Situação Operacional de Títulos de Lavra
 - Responsabilidade Técnica
 - Elaboração de RAL e Execução de Lavra (detalhado)
 - Elaboração de RAL e Execução de Lavra (simplificado/estatístico).

Com o advento do SisMine, e a partir dos Relatórios Anuais de Lavra devidamente consistidos, tornou-se possível a consolidação dos dados estatísticos da economia mineral brasileira, os quais são

A Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral desenvolveu com suporte da Assessoria de TI o ***Sistema DIPEM*** – *Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral, on line*, disponibilizada no Portal-DNPM, tornando-a obrigatória às pessoas físicas e jurídicas detentoras de Alvarás de Pesquisa Mineral no País. Compete destacar a importância da DIPEM, não só com banco-de-dados de indicadores de investimento para estudos de Economia Mineral, mas, sobretudo como importante instrumento de controle, planejamento e gestão de ações finalísticas do DNPM (fiscalização, fomento etc.).

Importa enfatizar que, não obstante a natural resistência a mudanças de postura e cultural, apresentadas pelo meio minero-empresarial, a implantação da DIDEM pode ser considerada como um verdadeiro avanço no processo de *Modernização da Gestão do Recursos Minerais do Brasil*. A propósito de resposta e resultados, registraram-se 3.543 declarações de investimentos em 2004 enviadas, com investimentos da ordem de R\$ 275 milhões, referentes ao ano base-2003.

Finalmente, compete destacar e consolidar os números dos não menos importantes trabalhos de rotinas, referentes às anuências prévias do DNPM, para fins de disciplinamento e estatística de importação de amianto e, mais recentemente, para exportação e importação de diamantes brutos², conforme o *Kimberley Process Systeme*, utilizando como instrumento controle o SISCOMEX e o SISBACEM.

ANUÊNCIAS PARA IMPORTAÇÃO DE CRISOTILA - 2004 (Por Empresa Importadora)

EMPRESAS	QUANTIDADE (t)	VALOR (dólares) *
DOX	7,20	9,527.60
IMBRALIT	19.982,75	5,849,830.74
MULTILIT	18.490,40	4,342,756.80
NOVASA	239,43	284,786.68
TOTAL	38,719.78	10,486,901.82

* dólares americanos e canadenses.

ANUÊNCIAS PARA EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES - 2004

NCMs	QUANTIDADE (ct)	VALOR (US\$)
7102.10.00	173,368.74	14,287,077.98
7102.21.00	32,593.16	6,508,290.00
7102.31.00	5,873.69	926,270.00
TOTAL	211,835.59	21,721,637.98

ANUÊNCIAS PARA IMPORTAÇÃO DE DIAMANTES EM 2004 por NCM

NCMs	QUANTIDADE (ct)	VALOR (US\$)
7102.10.00	-	-

² Lei nº 10.743, DOU de 10.10.2003 - Institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos, e dá outras providências.

7102.21.00	2,256.37	38,097.78
7102.31.00	6,433.00	578,132.00
TOTAL	8,689.37	616.229.78

II. PROGRAMA: MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (1069)

II.1- Objetivos e Metas

II.1.1 Identificação dos Programas e Ações

PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- AÇÃO 0391 227 – Difusão de Tecnologia na Mineração
Atividade: 0391 227 0001 – Difusão de Tecnologia na Mineração – Nacional

- AÇÃO 03914396 – Avaliação de Distritos Mineiros
Atividade: 0391 4396 0001 - Avaliação de Distritos Mineiros - Nacional

OPERAÇÕES ESPECIAIS

- OE - 0391 0706 – Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe
Atividade: 0391 0706 0001 - Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe – Nacional

- OE - 0391 0714 – Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica do Museu de Ciências da Terra
Atividade: 0391 0706 0001 - Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica do Museu de Ciências da Terra – Nacional

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

- AÇÃO 0167 4891 – Pesquisa de Depósitos Fossilíferos
Atividade: 0167 4891 0001 - Pesquisa de Depósitos Fossilíferos – Nacional

II.1.2 Objetivo

PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento da produção mineral

AÇÃO 0391 227 – Difusão de Tecnologia na Mineração

- Objetivo específico: Planificar ações para o aproveitamento sustentável dos recursos minerais

AÇÃO 0391 4396 – Avaliação de Distritos Mineiros

- Objetivo específico: Realizar projetos de exploração mineral

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

- Objetivo Geral: Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro

AÇÃO 0167 4891 – Pesquisa de Depósitos Fossilíferos

- Objetivo específico: Preservação de depósitos fossilíferos.

OPERAÇÕES ESPECIAIS

OE - 0391 0706 – Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe

- Objetivo específico: Suporte técnico e científico

OE - 0391 0714 – Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica do Museu de Ciências da Terra

- Objetivo específico: Suporte técnico e científico

II.1.3 INDICADORES DO PROGRAMA

PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indicador: a) Número-Índice da Produção Mineral; b) Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral.

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

Indicador: Taxa de preservação de bens imóveis edificados do Patrimônio Histórico-Cultural tombados pela União.

II.1.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LDO/2004

PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AÇÃO 0391 227 – Difusão de Tecnologia na Mineração

Meta física: 2

Produto: Empreendimento atendido

AÇÃO 0391 4396 – Avaliação de Distritos Mineiros

Meta física: 2

Produto: Distrito avaliado

OE - 0391 0706 – Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe

Meta física: 1

Produto: Centro apoiado

OE - 0391 0714 – Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica do Museu de Ciências da Terra

Meta física: 1

Produto: Centro apoiado

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

AÇÃO 0167 4891 – Pesquisa de Depósitos Fossilíferos

Meta física: 1

Produto: Depósito pesquisado

II.1.5 ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO

PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AÇÃO 0391 227 – Difusão de Tecnologia na Mineração

Parâmetro: Empreendimento atendido

Meta física realizada: 2

Meta Financeira:: Custeio: R\$ 580.448,00 (redimensionada, em função do contingenciamento, para R\$ 120.000,00);

Investimento: R\$ 41.731,00

Meta financeira realizada: Custeio: R\$ 332.902,00 (177,5% superior, reflexo positivo do descontingenciamento).

AÇÃO 0391 4396 – Avaliação de Distritos Mineiros

Parâmetro: Distrito avaliado

Meta física realizada: 4

Meta Financeira: R\$ 350.000,00 (redimensionada, em função do contingenciamento, para R\$ 120.000,00)

Meta financeira realizada: R\$ 198.381,00 (?)

OE - 0391 0706 – Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe

Parâmetro: Centro apoiado

Meta física realizada:1

Meta financeira realizada: R\$ 0,00

OE - 0391 0714 – Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica do Museu de Ciências da Terra

Parâmetro: Centro apoiado

Meta física realizada:1

Meta financeira realizada: R\$ 0,00

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

AÇÃO 0167 4891 – Pesquisa de Depósitos Fossilíferos

Parâmetro: Depósito pesquisado

Meta física realizada: 1

Meta financeira realizada: R\$ 48.633,00

II.1.6 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AÇÃO 0391 227 – Difusão de Tecnologia na Mineração

“Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Curitiba/PR-PDM/RM CURITIBA” – Concluído e publicado o Relatório Final do PDM de Curitiba/PR (texto explicativo e mapas). Foram empregadas técnicas modernas de planejamento e gerenciamento da atividade de mineração na Região Metropolitana de Curitiba, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG), em tempo real. Foram gerados cadastro e mapa do potencial mineral com dados informativos sobre a distribuição espacial do processo produtivo, associado ao depósito mineral.

Como decorrência do PDM/RM CURITIBA, o DNPM deverá continuar os trabalhos, através de convênio de cooperação técnica com a Minérios do Paraná S. A. – MINEROPAR. O objetivo é priorizando áreas para o gerenciamento de distritos mineiros e de difusão de tecnologia mineral-ambiental. O PDM/RM

CURITIBA teve sua execução por um período de 2 (dois) anos – 2002 – 2003, com relatório final entregue em março/2004.

“Desenvolvimento de um Sistema de Controle de Emissão de Mercúrio nas Casas Compradoras de Ouro – Município de Itaituba/PA. Concluído o projeto conceitual de construção de um protótipo para captação e recuperação de mercúrio volatilizado, durante o processo de fusão e purificação do ouro nas lojas compradoras. A finalidade é controlar a poluição mercurial em ambientes urbanos. São parceiros do DNPM a Secretaria de Minas e Meio Ambiente de Itaituba – SEMMA, a Prefeitura do Município de Itaituba e a Universidade Federal do Pará/Instituto de Química.

AÇÃO 0391 4396 – Avaliação de Distritos Mineiros

O desempenho da Ação “Avaliação de Distritos Mineiros” tem sido, nos últimos anos, fortemente comprometido, em razão do contingenciamento de recursos orçamentário e financeiro, não raro além de 70%. Sendo assim, a cada exercício, essa situação vem impossibilitando o alcance pleno de execução das metas previstas. Por essa razão, tem-se concentrado mais nas atividades de escritório, priorizando-se a continuidade dos projetos/estudos em fase de conclusão, e de menor demanda financeira, postergando-se, portanto, a execução de novos projetos da programação aprovada.

Aqui, destaca-se a relação dos projetos/estudos, iniciados antes de 2004, e que foram efetivamente finalizados com a entrega do respectivo Relatório Técnico, no presente exercício.

a) Distrito Mineiro Chapada do Araripe/CE

Sistematização e integração de dados geológicos dos depósitos minerais e fossilíferos. Além da representação em mapa de escala adequada, com indicação das áreas de pesquisa e lavra, objetivando otimizar a atividade de fiscalização (Relatório Técnico: texto explicativo e mapas).

b) Distrito Mineiro Paragominas/PA

Estudos sobre os controles e modelos de depósitos minerais de emprego imediato na construção civil (areia, seixo, argila e saibro), objetivando a avaliação de metodologia de exploração racional e ambientalmente sustentável (Relatório Técnico: texto explicativo e mapas).

c) Distrito Mineiro Grande Belém/PA

Estudos sobre os controles e modelos de depósitos minerais de emprego imediato na construção civil (areia, seixo, argila e saibro), objetivando a avaliação

de metodologia de exploração racional e ambientalmente sustentável (Relatório Técnico: texto explicativo e mapas).

d) Distritos Mineiros do Estado do Pará” - Documento diagnóstico que identifica e caracteriza os distritos mineiros do estado do Pará (Relatório Técnico: texto explicativo e mapas).

e) OE - 0391 0706 – Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe

O desempenho desta Ação, no presente exercício, foi fortemente comprometido em razão do contingenciamento em 90% dos recursos orçamentário e financeiro aprovados.

Aliado a essa situação destaca-se o fato do CPCA não ser entidade jurídica, o que impossibilitou a transferência da diferença disponível não-contingenciada. Como OE (Operação Especial), não foi possível ao DNPM repassar diretamente os recursos de tal Ação. Por outro lado, a tentativa de viabilizar o apoio ao CPCA, mediante Convênio entre o DNPM e a Fundação da Universidade do Vale do Cariri, para a qual seriam transferidos tais recursos, também não se concretizou.

O DNPM manteve apoio de infra-estrutura para o desenvolvimento de ação de execução direta (material de consumo, diária e material permanente), direcionado para atividades de coleta e cadastro de fósseis oriundo da Chapada do Araripe –CE e também o atendimento do público em geral, de pesquisadores e de estudantes da rede municipal de ensino. O DNPM alocou recursos financeiros das Ações Difusão de Tecnologia na Mineração e Pesquisa de Depósitos Fossilíferos para cumprimento da meta física realizada.

OE - 0391 0714 – Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica do Museu de Ciências da Terra

O desempenho desta Ação, no presente exercício, foi fortemente comprometido em razão do contingenciamento em 90% dos recursos orçamentário e financeiro aprovados.

Aliado a essa situação, deve-se ressaltar o fato de que a classificação de tal ação como OE (Operação Especial) não permite o uso dos recursos diretamente pelo DNPM em apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica Museu Ciência da Terra. Daí a tentativa de viabilizar a transferência da diferença disponível não-contingenciada à Associação Amigos do Museu Ciência da Terra, que como entidade jurídica pode receber tais recursos e prestar todo o apoio ao Museu MCT. Porém, devido a entraves burocráticos, não se concretizou. As ações desenvolvidas pelo MCT foram de atendimento a pesquisadores, a estudantes da rede de ensino municipal e ao público em geral, incluindo palestras educativas

sobre a paleontologia. O DNPM alocou recursos financeiros das Ações Difusão de Tecnologia na Mineração e Pesquisa de Depósitos Fossilíferos para cumprimento da meta física realizada.

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

AÇÃO 0167 4891 – Pesquisa de Depósitos Fossilíferos

Concentração dos trabalhos nas atividades de escritório concernentes a: 1. Curadoria de fósseis e organização de coleções do Museu de Ciências da Terra-MCT; 2. Manutenção da Exposição “No Tempo dos Dinossauros; 3. Análise de solicitações e conseqüentes autorizações para a coleta de fósseis; 4. Atendimento à Procuradoria Geral da República, a respeito da proteção dos depósitos fossilíferos; 5. Análise de sugestões às propostas de legislação sobre proteção de fósseis e de depósitos fossilíferos; 6. Em elaboração o cadastro de descrição de localidades fossilíferas brasileiras, com ações voltadas para o sítio paleontológico de Santa Maria (RS); e 7. Cursos de treinamento e reciclagem direcionados aos técnicos do DNPM envolvidos com a proteção dos depósitos fossilíferos.

Com relação ao Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (CPCA), as ações foram direcionadas para o acompanhamento da atividade de mineração na Chapada do Araripe visando à coleta, cadastro e armazenamento de fósseis; apoio a pesquisadores e a estudantes da rede municipal.

II.1.8 MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AÇÃO 0391 227 – Difusão de Tecnologia na Mineração

A previsão da meta física inicial sofreu alteração em decorrência do Decreto nº 4.992/2004 (contingenciamento). Assim sendo, deu-se o início a mais um projeto e priorizou-se a continuidade dos projetos em andamento no Exercício 2003, o que permitiu a realização da meta física de 02 (dois) Projetos.

AÇÃO 0391 4396 – Avaliação de Distritos Mineiros

A previsão da meta física inicial sofreu alteração em decorrência do Decreto nº 4.992/2004 (contingenciamento). Assim sendo, priorizou-se a continuidade dos projetos em andamento no exercício 2003, o que permitiu a realização da meta física de 04 (quatro) Projetos.

OE - 0391 0706 – Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe

O contingenciamento orçamentário da Ação, determinado pelo Decreto 4.992/04 foi de 90% do total previsto para 2004, comprometendo sobremaneira o desempenho da Ação. Assim, procurou-se assegurar o cumprimento da meta física foi com recursos financeiros das Ações Difusão de Tecnologia na Mineração e Pesquisa de Depósitos Fossilíferos.

OE - 0391 0714 – Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica do Museu de Ciências da Terra

O contingenciamento orçamentário da Ação, determinado pelo Decreto nº 4.992/04, foi de 70% do total previsto para 2004. Com efeito, acarretou implicações de redefinição da programação de atividades, tomando por base o remanescente orçamentário de R\$ 15.000,00. Não obstante as limitações orçamentárias impostas pela medida de contingenciamento, o cumprimento da meta física foi assegurada com recursos financeiros das Ações Difusão de Tecnologia na Mineração e Pesquisa de Depósitos Fossilíferos.

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

AÇÃO 0167 4891 – Pesquisa de Depósitos Fossilíferos

A meta prevista para 2004 não foi cumprida na sua plenitude, em razão do contingenciamento dos recursos orçamentário e financeiro que alcançou o percentual de 50%.

Priorizaram-se ações/atividades de menor dispêndio financeiro, o que foi alcançado direcionando os trabalhos nas atividades de escritório (curadoria de fósseis; manutenção de exposição paleontológica; análise de solicitações para a coleta de fósseis; cadastro de descrição de localidades fossilíferas brasileiras, com ações voltadas para o sítio paleontológico de Santa Maria (RS); cursos de treinamento e reciclagem).

II.1.8 RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

Coordenadores das AÇÕES/ATIVIDADES: Geólogo Emanuel Teixeira de Queiroz - Líder de Grupo de Desenvolvimento e Tecnologia Mineral e Francisco José Sadeck - Orientador de Equipe de Desenvolvimento e Tecnologia Mineral.

II.1.9 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS – CONVÊNIO DNPM – ADIMB

TIPO	CÓDIGO SIAF/SIASG	IDENT.	OBJETO	DATA	VALOR	VLR. TRANSF.
Convênio de 15/10/02		Termo Aditivo nº 01/02	Caracterização de Depósitos Mi-		474.912,00	

CONTRAPARTIDA	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO
237.456,00	01387084/0001-20	70% das atividades realizadas



ECONOMIA MINERAL BRASILEIRA

Influência dos Bens Minerais na Economia 2004



Fonte: DNPM/DIDEM, IBGE, BACEN.



Fiscalização da Mineração

Ação FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA

1 - Objetivo

Fiscalizar e controlar a atividade mineral através de trabalhos de inspeção de campo e análises de documentos técnicos.

É dada prioridade para as áreas com potencial para geração de novas jazidas e minas, áreas com indícios de irregularidades no aproveitamento de bens minerais; bem como para as ações de solução de conflitos em regiões de maior concentração da atividade minerária.

Dentre outros critérios, são avaliadas áreas com relatórios finais de pesquisa apresentados, as regiões de grande concentração de atividades e aquelas objeto de denúncias feitas pelo Ministério Público e outras entidades. Todo o planejamento busca a otimização da aplicação de recursos públicos e maior retorno social.

A atividade de fiscalização abrange todos os procedimentos em campo, ou seja, aqueles realizados nas áreas onde existem atividades de mineração e, também, os procedimentos de suporte operacional, tais como: elaboração e implantação de normas técnicas, manuais de procedimentos, relatórios de gerenciamento e controle e análise da qualidade dos trabalhos realizados.

Ação MONITORAMENTO e CONTROLE de AQUÍFEROS, de ÁGUAS MINERAIS e TERMAIS

1 - Objetivo

Planejamento da gestão sustentável dos recursos hídricos subterrâneos, visando o uso racional e a proteção das águas minerais dos aquíferos dos seguintes distritos hidrominerais: termal de Lagoa Santa/GO, Circuito das Águas/MG, Circuito das Águas/SP e Grande São Paulo.

Ação MONITORAMENTO AMBIENTAL da MINERAÇÃO

1 - Objetivo:

Acompanhar projetos em desenvolvimento de recuperação ambiental realizado por empresas de mineração e em regiões onde existem Termos de Ajuste de Conduta.

A ação foi desenvolvida através da implantação e acompanhamento de projetos voltados ao monitoramento de parâmetros ambientais, executado pelo próprio DNPM ou em convênio com entidades locais.

Ação FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA

Parâmetro de Avaliação da Ação de Fiscalização:

Foi adotado como parâmetro de avaliação das atividades de fiscalização, o número de empreendimentos a serem fiscalizados (número de áreas vistoriadas), subentendendo-se que, uma área fiscalizada tem seu processo/projeto de mineração no DNPM totalmente saneado, ou seja, levantadas em escritório as pendências processuais existentes e, no ato da vistoria, levantadas outras pendências técnicas observadas “in loco”, passa a ser exigido do empreendedor as providências necessárias ao seu saneamento.

Como resultado da implementação da ação, busca-se otimizar o aproveitamento dos bens minerais, coibir a prática de lavra ambiciosa dentro dos distritos mineiros selecionados e daqueles escolhidos por motivo de denúncias, ou seja, evitar o mau aproveitamento das jazidas, patrimônio da União, alcançar a diminuição da ocorrência de acidentes de trabalho e a minimização de impactos ambientais causados pela mineração.

ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO

Ação FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA

1 - Produto:

Empreendimento mineiro fiscalizado, que significa atividades conduzidas de forma racional, sem dilapidar o patrimônio público mineral, bem como a coibição da prática de lavra clandestina, buscando a regularização dessas atividades perante a legislação mineral, em harmonia com o meio ambiente, garantindo a segurança e saúde do trabalhador.

2 - Orçamento da Ação:

A dotação orçamentária aprovada, para o ano de 2004, foi de R\$ 2.033.000,00.

Dispêndios da Ação - orçamentário:

Atividades de Distritos:	R\$ 785.254,00
Atividades de suporte:	R\$ 1.056.571,90
Atividades de Arrecadação:	<u>R\$ 189.297,74 (1)</u>

Subtotal: R\$ 2.031.123,64

Saldo = 2.033.000,00 – 2.031.123,64 = R\$ 1.876,36

(1) Essa atividade se refere a trabalhos realizados pela Diretoria de Planejamento e Arrecadação.

Do total das atividades de suporte, foram gastos R\$ 648.000,00 através de convênio com a Fundação Gorceix, da Universidade Federal de Ouro Preto, visando dar assessoria técnica à Diretoria de Fiscalização. Essa assessoria envolveu trabalhos de diagnósticos, levantamentos e cadastramentos de áreas com atividade minerária informal visando sua regularização, e análises de documentos e inspeções técnicas em áreas de mineração. Esse convênio teve também a preocupação de fortalecimento do DNPM em áreas sensíveis e em atividades especializadas tais como a assessoria na fiscalização e controle da mineração na região carbonífera do Sul de Santa Catarina. Tal região é motivo de sentença judicial que determina que a União promova a recuperação ambiental de regiões mineradas antes de 1972. Por tal fato, o DNPM é demandado para inúmeras ações de monitoramento e controle.

3 - Metas Físicas:

Para se definir as metas, levanta-se todo o universo a ser fiscalizado, que é o resultado do total de áreas com títulos minerários somado a uma estimativa de denúncias (atividade irregular de mineração) feita com base em anos anteriores. Desse universo, são definidas as prioridades a serem atendidas, tais como: passivo de relatórios de pesquisa a serem vistoriados, áreas onde existem conflitos, regiões de maior concentração de áreas e locais com alto índice de denúncias. Desse total, é estimado o que se pode efetuar levando-se em consideração a força de trabalho da Unidade e a possibilidade de se obter apoio técnico de servidores lotados em outros Distritos para atendimento de casos urgentes. Calculando-se, assim, a quantidade de áreas que se pode vistoriar no ano.

A meta física do ano de 2004, adotada para a ação, foi o resultado de cortes de orçamento na proposta inicial para essa Ação dentro do PPA, que tinha uma meta prevista para 6.500 áreas a serem fiscalizadas com um orçamento de cerca de R\$ 4.300.000,00, que foi reduzido a R\$ 2.033.000,00, resultando em uma meta de 3.000 áreas a serem fiscalizadas.

Metas alcançadas:

Durante o ano de 2004 foram fiscalizadas, através das atividades realizadas exclusivamente pelos Distritos do DNPM, 4.428 áreas com atividades de mineração, sendo 3.424 áreas com títulos minerários e 1.004 áreas com atividades irregulares de mineração.

Quadro de acompanhamento de metas:

MÊS	Previsto	Realizado	Acumulado	Percentual
JAN	5	54	54	1,80%
FEV	15	139	193	6,43%
MAR	310	602	795	26,50%
ABR	350	520	1315	43,83%
MAI	350	576	1891	63,03%
JUN	350	577	2468	82,27%
JUL	120	393	2861	95,37%
AGO	360	404	3265	108,83%
SET	360	457	3722	124,07%
OUT	380	350	4072	135,73%
NOV	300	44	4116	137,20%
DEZ	100	312	4428	147,60%
TOTAL	3000	4428	4428	147,60%

4 - Atividades Gerenciais e Operacionais do Programa Anual de Fiscalização do DNPM

O relatório a seguir corresponde ao gerenciamento do Programa de Fiscalização da Atividade Minerária desenvolvido através dos 25 (vinte e cinco) Distritos do DNPM.

Este controle é realizado mediante a autorização de etapas de fiscalização e descentralização de recursos, tendo por base programação apresentada anual e mensalmente pelas Unidades do DNPM.

Dentre as atividades desenvolvidas, podemos destacar:

1. Atualização das instruções básicas para a Fiscalização da Atividade Minerária que servem de orientação às ações a serem desenvolvidas pelos Distritos do DNPM;
2. Atualização e implementação do Relatório Gerencial Mensal de Fiscalização a ser apresentado pelos Distritos para controle da Diretoria de Fiscalização – DIFIS;
3. Análise e tramitação de processos com proposição de aprovação de Relatórios Finais de Pesquisa Mineral e tratamento estatístico de informações relativas às reservas aprovadas para aproveitamento do bem mineral pesquisado;

4. Descentralização e controle financeiro de todos os recursos enviados para as Unidades Regionais com a finalidade específica de aplicação na atividade de fiscalização, e recursos utilizados para suporte técnico às tarefas realizadas pela DIFIS;

5. Levantamento de todas as vistorias realizadas e tratamento estatístico das informações prestadas pelos Distritos, através dos Relatórios Gerenciais;

6. Elaboração da previsão orçamentária para o ano de 2005, no âmbito das atribuições da Diretoria de Fiscalização;

7. Suporte operacional aos Distritos do DNPM nos Estados de SP, MG, PA, PI, GO, BA, RJ, SC, AP, TO, SE, RO, ES, MA, RR e AL, visando a realização de vistorias e respectivos pareceres sobre Relatórios Finais de Pesquisa, Requerimentos de lavra e de guias de utilização, acompanhamento de lavra e atividades clandestinas;

8. Suporte á operação de redução do passivo processual no âmbito dos Distritos do DNPM, no concerne a análises de documentos técnicos diretamente à atividade de fiscalização;

9. Análises e pareceres sobre pedido de Concessão de Lavra em processos nos Distritos, além de estudos relativos a Suspensão de Trabalhos de Lavra, Renúncias a Títulos de Lavra, englobamentos de áreas, Grupamentos Mineiros, Consórcio de Mineração e outros.

10. Análise, avaliação e extração de dados para realização de estatísticas e orientação das atividades de fiscalização de mineração em cerca de 250 Relatórios Gerenciais Mensais de Fiscalização, apresentados pelos Distritos do DNPM;

11. Participação na Comissão Nacional do Setor Mineral e da Subcomissão para o Mármore e Granitos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

12. Coordenação, por parte do DNPM, das comissões que acompanham os Acordos de Cooperação Técnica DNPM/CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e DNPM/MTE;

13. Instalação de Grupos de Trabalho para elaboração de Manuais e Normas.

Além de dar apoio às atividades rotineiras da Diretoria de Fiscalização, tais como elaboração de pareceres, estudos técnicos, participação do Diretor em

eventos técnicos, atendimento ao público, entre outros, também se responsabiliza pelo controle orçamentário e financeiro dos programas afetos à Diretoria.

Dentre esses controles, está a descentralização de recursos referentes à atividade de fiscalização exercida pelos Distritos, além do estudo e tratamento de informações prestadas através dos Relatórios Gerenciais Mensais de Fiscalização.

Destaca-se nas atividades gerenciadas pela Diretoria de Fiscalização, as campanhas conjuntas com a FUNAI e Polícia Federal na região da reserva indígena do Pin Roosevelt visando a coibição de atividade garimpeira irregular de extração de diamantes.

Da mesma forma se atuou nos garimpos de Ouro Roxo, na região de Itaituba/PA e de ametistas no sul do Estado.

Ação MONITORAMENTO e CONTROLE de AQUÍFEROS, de ÁGUAS MINERAIS e TERMAIS (DIFIS).

1 - Aquíferos monitorados:

1) Aquífero Termal de Caldas Novas/GO, com a realização de 559 aferições dos níveis estático e dinâmico dos poços de água termal.

2) Aquífero do Circuito das Águas de São Paulo, com realização de 02 campanhas de fiscalização, controle e medição piezométrica em todas as empresas envasadoras da região.

3) Aquífero do Circuito das Águas de Minas Gerais, com realização de 02 campanhas de fiscalização, controle e medição piezométrica em todas as empresas envasadoras da região.

Foram, ainda, realizadas 135 vistorias de pesquisa e lavra de água mineral em diversos estados do Brasil. Tais vistorias permitem, além de se verificar o uso racional da águas, acompanhar e monitorar a evolução dos aquíferos com grande atividade de aproveitamento.

Dessa maneira, foram monitorados aquíferos nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Alagoas e Ceará.

O DNPM desenvolveu o acompanhamento de novos projetos em sua fase de pesquisa; a realização de vistorias em unidades de envase com concessões de lavra já outorgadas e em funcionamento; atividades de monitoramento de aquíferos com alta densidade de títulos minerários; ações com vistas a responder questionamentos sobre super exploração de aquíferos ainda não monitorados; averiguação de

denúncias de perfurações sem a devida licença do DNPM e que interferem com empreendimentos prioritários, alterando, com redução, sua vazão; aprovação de novos rótulos; averiguação de denúncias de engarrafamento e comercialização de águas sem a devida autorização do DNPM.

Ocorreu incremento do conhecimento geológico, hidrogeológico e do potencial dos Distritos hidrominerais, otimização do sistema de gerenciamento do DNPM no controle e preservação desses recursos hídricos. Disciplinamento do aproveitamento desses recursos.

Tal conhecimento permite a elaboração de planos racionais de uso dos aquíferos, de modo a preservar todas as atividades econômicas que dependem, direta ou indiretamente, do uso de águas subterrâneas.

Com o objetivo de credenciar novos laboratórios, além do LAMIN da CPRM, para análises químicas de água minerais, foi feita inspeção nas dependências do laboratório da Fundação de Ciência e Tecnologia -CIENTEC, em Porto Alegre, RS, verificando se aquele laboratório estaria aparelhado para a execução de estudos "in loco", objetivando agilizar a execução desses estudos, em função do aumento da demanda.

Celebração e execução de Convênio com a Fundação Instituto Tecnológico de Pernambuco -ITEP com o objetivo de aparelhar aquele laboratório e treinar seus técnicos, também no sentido de capacitá-lo a realizar estudos "in loco".

Dispêndio da ação : R\$ 96.633,88
Orçamento da ação : R\$ 150.000,00
Orçamento contingenciado : R\$ 50.000,00
Disponível no ano: R\$ 100.000,00

Saldo : R\$ 100.000,00 – R\$ 96.633,88= R\$ 3.366,12

Ação MONITORAMENTO AMBIENTAL da MINERAÇÃO (DIFIS)

1 - Projetos implantados:

Foram implantados 03 projetos de monitoramento, descritos abaixo:

1) Acompanhamento dos Trabalhos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas pela Atividade de mineração da Mina do Pitinga.

Objetivo: levantar e caracterizar as relações existentes entre as atividades de mineração e o meio ambiente, as alterações impostas pela atividade extrativa, as possíveis técnicas e procedimentos mitigatórios nos

processos de lavra e as modificações impostas ao habitat natural local e regional, no que tange às alterações sobre a biota, o solo, as águas e o ar.

2) Monitoramento Ambiental da Mineração de Argila nos Municípios de Iranduba e Manacapuru/AM.

Objetivo: monitorar, dar subsídios técnicos e fiscalizar as atividades de extração de argila, as relações com o meio ambiente, as modificações impostas pela atividade extrativa, técnicas e procedimentos mitigatórios, com o intuito de diminuir os danos ambientais e sua recuperação pelas empresas detentoras de direitos minerais.

3) Monitoramento Ambiental da Qualidade de Águas das Bacias Hidrográficas da Região Carbonífera do Sul de Santa Catarina.

Projeto realizado em convênio com a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina – SATC.

Objetivos: Monitoramento da qualidade das águas das bacias hidrográficas dos rios Araranguá, Tubarão e Urussanga. Gerar subsídios para avaliar a recuperação ambiental e estabelecer as cargas de poluição nos rios.

Termos de Ajuste de Conduta acompanhados:

Trata essa atividade do acompanhamento, por parte do DNPM, do cumprimento de acordos realizados entre Órgãos Ambientais locais e Ministérios Público Estadual e Federal, em que o Departamento, ou é partícipe direto dos acordos ou observador.

Canelinha/SC – produtores de agregados para construção civil.

Seropédica – Itajaí/RJ – produtores de areia para construção.

Santo Antonio de Pádua/RJ – produtores de pedra britada.

Pains/MG – produtores de calcário.

Coromandel/MG – produtores de diamantes.

Juína/MT – produtores de diamantes.

Cachoeirinha/RO – produtores de cassiterita.

Dispêndio da ação: R\$ 85.511,16

Orçamento da ação : R\$ 370.000,00

Orçamento contingenciado: R\$ 270.000,00

Orçamento descontingenciado: R\$ 30.000,00

Disponível no ano: R\$ 130.000,00

Saldo : R\$ 130.000,00 – R\$ 85.511,16 = R\$ 44.488,84

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

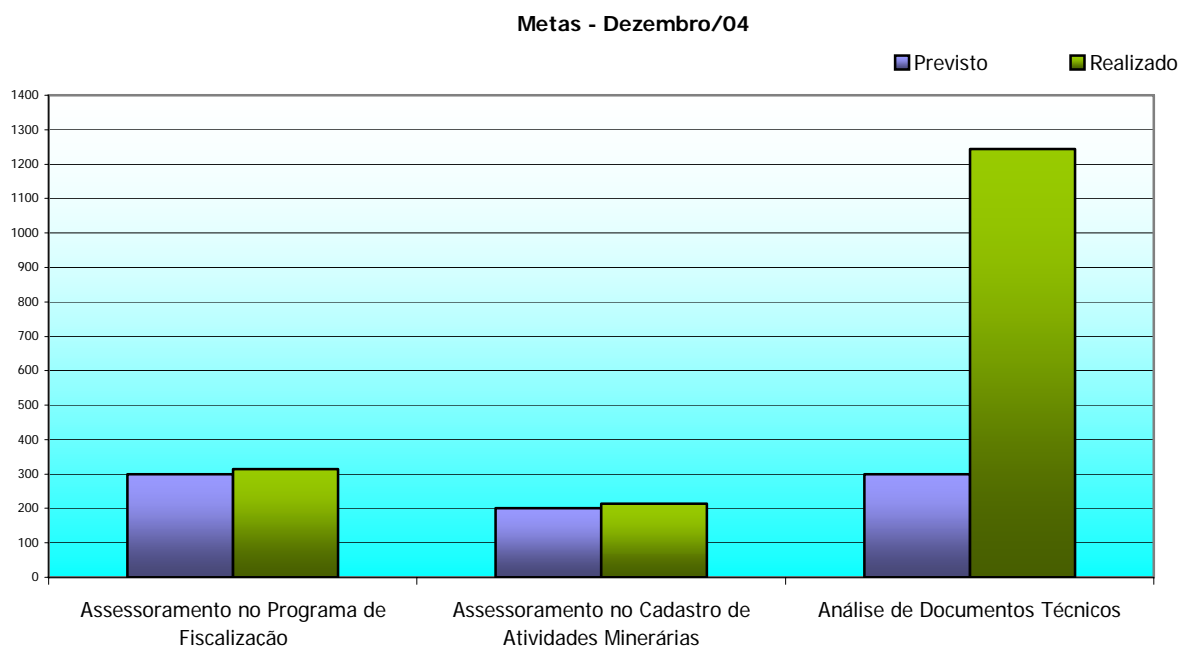
PROGRAMA 0391 – MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA (DIFIS)

RESULTADOS ALCANÇADOS E ÍNDICE DE DESEMPENHO

A par da descrição dos trabalhos realizados nos Distritos do DNPM conforme relatado anteriormente, chegamos aos seguintes resultados até dezembro de 2004:

MET A	ESPECIFICAÇÃO	Atividades	Quantidade prevista	Quantidade realizada	Percentual de desempenho
I	Assessoramento no Programa de Fiscalização	Vistorias em áreas de mineração	300	314	104,667%
II	Assessoramento no Cadastro das Atividades Minerárias	Cadastramento de atividades minerárias	200	223	115,00%
III	Análise de Documentos Técnicos	Análises de PAE, Relatórios, etc.	300	1243	414,33%



DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

2º Distrito do DNPM – São Paulo

As atividades no âmbito do presente Convênio no Estado de São Paulo (2º Distrito do DNPM) foram desenvolvidas principalmente com foco na redução do passivo processual, buscando minimizar o passivo de análise de processos minerários que impedem a continuidade das atividades minerais no Estado.

Assim, neste foco de redução do passivo processual as atividades dividiram-se em:

1) Análise de planos de pesquisa: Assessoria na análise dos planejamentos para pesquisa mineral apresentado quando dos requerimentos de pesquisa mineral para que sejam outorgados os Alvarás de Pesquisa. Neste âmbito foram analisados 253 planos de pesquisa.

2) Análise completa de processos minerários: Esta análise, mais criteriosa, buscou sanear os processos minerários ativos dentro do Estado, sendo que as análises subdividiram-se em:

- Análise de relatórios de pesquisa mineral;
- Análise de cumprimento de exigências;
- Análise de requerimento e renovação de registro de licença;
- Análise de Planos de Aproveitamento Econômico por ocasião dos requerimentos de Concessão de Lavra;
- Análise completa de processos para subsidiar resposta a Mandados de Segurança impetrados contra o 2º Distrito do DNPM;
- Análise de pedidos de prorrogação de prazo para cumprimento de exigências;
- Análise de pedidos de prorrogação de prazo de Alvarás de Pesquisa;
- Análise de pedidos de desistência de Alvarás de Pesquisa;
- Reavaliação de reservas minerais;
- Aditamento de substâncias minerais a Alvarás de Pesquisa ou Portarias de Lavra.

Esta atividade resultou em um total de 413 processos analisados, os quais encontram-se listado no anexo do presente relatório.

3) Inspeções técnicas de campo: Neste âmbito foram realizados 63 inspeções técnicas de campo com objetivos diversos, desde atendimento a solicitações de órgãos públicos a inspeções de relatórios de trabalhos de pesquisa

mineral apresentados por ocasião dos Alvarás de Pesquisa, além de inspeções de lavra objetivando adequá-las às Normas Reguladoras de Mineração (NRM).

Devido ao passivo processual encontrado no Distrito, não foram realizados cadastramentos de atividades de mineração, uma vez que, neste período, priorizou-se as demandas acima mencionadas.

O quadro resumo abaixo mostra os resultados alcançados durante o período de vigência do convênio:

META	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade realizada no período
I	Assessoramento no Programa de Fiscalização	67 inspeções técnicas de campo em diversas localidades
III	Análise de Documentos Técnicos	437 análises processuais completas
		294 análises de planos de pesquisa mineral

Além das ações baseadas no objeto do convênio, foram realizadas as seguintes atividades no 2º Distrito do DNPM:

- Elaboração de formulários digitais com base nos instrumentos de avaliação técnica de pesquisa e lavra desenvolvido pela Diretoria de Fiscalização do DNPM;
- Elaboração de mapas com coordenadas em UTM/UPS de forma a facilitar e agilizar o procedimento de inspeção técnica em campo;
- Elaboração de formulários digitais para análise de requerimentos de pesquisa mineral e requerimentos de registro e renovação de licença.

3º Distrito do DNPM – Minas Gerais

O prosseguimento dos trabalhos técnicos exercidos junto ao 3o DS/DNPM, dentro do Convênio do DNPM com a Fundação Gorceix, gerenciado pela Diretoria de Fiscalização do DNPM, abrangeu as seguintes atividades:

- Vistorias nas seguintes áreas de extração mineral e suas respectivas localidades:

Item	Cidade	Localidade	Objetivo da vistoria	Observações
1	Arcos	-	Denúncia de danos a propriedades causados por operação de detonação na extração de calcário	Exigência de laudo sismográfico, avaliação hidrogeológica e hidráulica.
2	Ouro Preto	APA das Andorinhas	Avaliação de passivo ambiental e condição de legalidade da lavra de quartzito	Auto de paralisação por falta de Guia de Utilização
3	Mariana	Ribeirão do Carmo	Lavra clandestina de ouro e avaliação de impacto ambiental	Auto de paralisação
4	Gouveia/Datas	-	Denúncia de invasão e lavra clandestina de quartzito	Auto de paralisação

5	Gouveia/Datas	-	Suspensão/prorrogação dos trabalhos de lavra de ouro e diamante	Deferimento do pedido
6	Sabará	-	Denúncia de danos a propriedades causados por operação de detonação em lavra de ouro e corte ilegal de madeira de lei	Exigências segundo NRM 16 e encaminhamento para IEF de matéria de sua competência
7	Nova Lima	-	Descomissionamento da Mina de Morro Velho	Exigências segundo NRM 20
8	Belo Horizonte	Região metropolitana	Mudança no PAE da Mina de Lagoa Seca – Magnesita	Exigência de projetos Art. CM
9	Belo Horizonte	-	Identificação, pesagem e fotografias de lotes de diamantes.	Certificação Kimberly
10	(*) Pains/Córrego Fundo	-	Acompanhamento de Geólogo da empresa CBE com vistas à cessão de áreas de calcário para Microminas	-
11	(**) Catas Altas da Noruega	-	Diagnóstico da APL de base mineral (esteatito)	Convênio CETEC/DNPM/CPRM /SEBRAE/IBEIDS
12	(**) Ouro Preto	Santa Rita	Diagnóstico da APL de base mineral (esteatito)	Convênio CETEC/DNPM/CPRM /SEBRAE/IBEIDS
13	(**) Mariana	Cachoeira do Brumado	Diagnóstico da APL de base mineral (esteatito)	Convênio CETEC/DNPM/CPRM /SEBRAE/IBEIDS
14	(***) Coromandel	-	Diagnóstico e interdições em áreas de garimpo de diamante	-

(*) Em contato com as empresas detentoras dos títulos minerários na região (CBE, Imerys e Curimbaba) ficaram acertadas as cessões parciais de direitos dos títulos para a Cooperativa denominada Microminas, onde os cooperados poderão regularizar suas atividades junto ao DNPM. As cessões de direitos serão averbadas com a participação do Ministério Público. Este trabalho compreende a continuação/conclusão dos trabalhos de cadastramento e diagnósticos efetuados no mês de fevereiro e apresentados no Relatório de abril/2004, fechando o Ciclo do Calcário segundo o cronograma abaixo:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – 3º DISTRITO

META	ESPECIFICAÇÃO	Atividades	Área de Atuação	Quant.	Indicador Físico
I	Diagnóstico da extração de lavra do calcário	Inspeções em áreas de mineração	Pains, Córrego Fundo e Arcos	37	Nº de depósitos inspecionados
II	Assessoramento no cadastramento técnico das atividades minerárias	Cadastramento das atividades minerárias	Pains, Córrego Fundo e Arcos	21	Nº de depósitos cadastrados
		Formulação de propostas para pequenos empreendimentos irregulares	Pains, Córrego Fundo e Arcos	16	Nº de depósitos cadastrados
III	Intervenção para cessão parcial de direito de títulos minerários	Reunião com titulares com vistas à cessão de uma área definida nas etapas anteriores	Belo Horizonte	12	Nº de cessões

Atividades desenvolvidas até abril de 2004

Atividades desenvolvidas até outubro de 2004

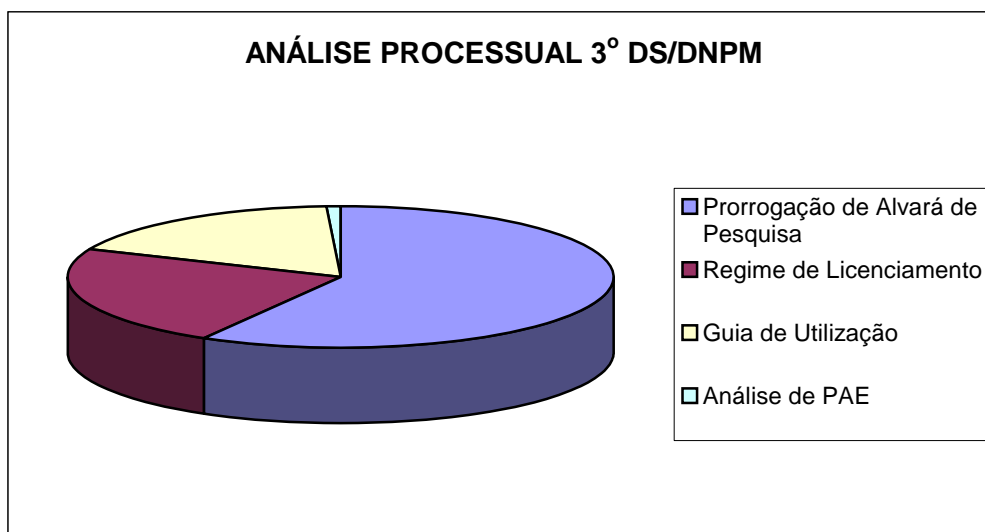
(**) Trabalho em parceria com diversas instituições – DNPM, CPRM, CETEC-MG, SEBRAE, CENTROCAPE, IBEIDS – cujo propósito é aplicação e validação de uma Rota Tecnológica na produção de artesanato de pedra sabão na região de Ouro Preto, Mariana e Catas Altas da Noruega, promovendo a sustentabilidade das operações de produção e a consolidação da atividade produtiva de artefatos de pedra sabão como geradora de emprego e renda. Neste Convênio, cabe ao 3º DS/DNPM:

- Proposição e discussão da Rota Tecnológica para estruturação de APL's de base mineral;
- Avaliação e otimização das medidas de controle ambiental na lavra, processamento e manufatura de pedra sabão;
- Levantamento dos títulos minerários na região compreendida pelos municípios de Ouro Preto, Mariana, e Catas Altas da Noruega;
- Articulação com os detentores de direitos minerários;
- Operacionalização do extencionismo mineral;
- Disponibilização de um veículo para a ação do extencionista mineral

(***) Intervenção direta em áreas de conflito (processos DNPM nº 830203/1985 e 830204/1985) no sentido de diagnosticar, mediar o conflito e propor um plano de ação visando à regularização das atividades de lavra na região. Este plano teve como uma das ações a intervenção conjunta com Polícia Federal e Polícia Militar Ambiental para interdição de áreas clandestinas, dado o alto do grau de melindre do conflito, haja vista que as áreas em questão estão com proposta de caducidade e criação de área garimpeira além de um TAC articulado pelo Ministério Público Estadual, gerando expectativas de direito e acirramento dos ânimos.

- Análises Processuais no 3º DS/DNPM

Análise processual	Quantidade
Prorrogação de Alvará de Pesquisa	78
Regime de Licenciamento	31
Guia de Utilização	24
Análise de PAE	01
TOTAL	134



9º Distrito do DNPM – Rio de Janeiro

As atividades efetuadas no 9º Distrito do DNPM / RJ visaram o suporte técnico nos aspectos da fiscalização da lavra bem como o auxílio a análises de documentos técnicos em processos para autorização de títulos minerários.

Os trabalhos estiveram voltados a complementação do plano de ação para regularização das atividades de lavra desenvolvidas no município de Santo Antônio de Pádua, Seropédica e Itaguaí. Também foi iniciado o processo de cadastramento de áreas de extração de areia no município de Duque de Caxias, resultando no cadastramento de 10 áreas.

Em relação ao auxílio a análises de documentos técnicos, as atividades estiveram voltadas a análises de Plano de Aproveitamento Econômico, Análises de Rótulos de Água Mineral, Análises de Projeto Técnico para Guia de Utilização e Análises de Planos de Lavra.

O quadro resumo abaixo mostra os resultados alcançados durante o período de vigência do convênio:

META	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade realizada no período
I	Assessoramento no Programa de Fiscalização	59 inspeções técnicas em atividades de lavra
II	Assessoramento no Cadastro das Atividades Minerárias	10 cadastramentos de atividades minerarias
III	Análise de Documentos Técnicos	49 análises de processos

Os cadastramentos e inspeções técnicas realizadas no município de Santo Antônio de Pádua atenderam a um Plano de Ação desenvolvido pela Diretoria de Fiscalização do DNPM, que teve como objetivo numa primeira etapa, buscar todos os mineradores de Santo Antônio de Pádua para a formalidade, orientando para que possam estar regularizando suas atividades, e assumam compromissos mínimos para o aproveitamento de substâncias minerais, de forma disciplinada e sustentável na região.

Durante a segunda etapa, desenvolvida no período do presente Convênio, foi aplicado o Código de Mineração e legislação correlata, bem como as Normas Reguladoras de Mineração, resultando na interdição de 11 áreas e regularização de 91 empreendimentos. Para a regularização quanto à legislação ambiental e recuperação do passivo ambiental foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta entre as empresas, órgãos fiscalizadores e Ministério Público Federal, com a duração de dois anos.

As atividades realizadas em Seropédica e Itaguaí visaram dar continuidade a um trabalho de inspeção de frentes de lavra de areia, trabalho este que vem sendo realizado com o objetivo de trazer os mineradores de areia para legalidade perante o DNPM. Como estas áreas já vinham sendo lavradas há muitos anos na ilegalidade, foi firmado um termo de ajustamento de conduta entre os mineradores e os órgãos fiscalizadores no qual estão participando 69 empresas. Nesta segunda etapa foram aplicados os preceitos do Código de Mineração e legislação correlata, bem como as Normas Reguladoras de Mineração, resultando na interdição de 8 áreas e regularização de 50 empreendimentos.

Demais Distritos do DNPM

As ações no âmbito do Convênio voltadas para outros Distritos do DNPM abrangeram os Estados do Maranhão, Pará, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Tocantins e Pernambuco.

No 22º Distrito do DNPM (Maranhão) foi realizado o cadastramento de 26 áreas de extração de areia e argila, que tiveram todas as orientações voltadas para sua regularização. Numa segunda etapa foi realizada uma campanha de interdição de áreas clandestinas que gerou um total de 8 áreas paralisadas. A ação contou com o apoio do Departamento de Polícia Federal do Estado do Maranhão.

No 5º Distrito do DNPM (Pará) foi realizado o cadastramento de 8 áreas de garimpo na região de Serra Pelada e também efetuado um trabalho de levantamento geográfico por meio de GPS visando subsidiar a Diretoria de Fiscalização do DNPM em decisões acerca do problema do garimpeiro na região.

No 20º Distrito do DNPM (Espírito Santo) foi elaborado um Plano de Ação voltado para a regularização das atividades minerárias de calcário no distrito de Itaóca, município de Cachoeiro de Itapemirim, que deverá ser implementado em 2005.

No 6º Distrito do DNPM (Goiás) foram realizados assessoramentos técnicos em análises processuais, totalizando 374 processos analisados.

No 15º Distrito do DNPM (Paraíba) foi elaborado um Plano de Ação para campanhas de fiscalização e análise processual visando minimizar o passivo do Distrito nessas atividades, com força tarefa para análise do passivo processual e uma campanha de campo totalizando 63 vistorias.

No 17º Distrito do DNPM (Tocantins) foram realizados assessoramentos na análise processual resultando na análise de 7 processos.

No 4º Distrito do DNPM (Pernambuco) foi elaborado um Plano de Ação para assessorar campanhas de fiscalização visando regularizar os empreendimentos minerários, detectados no cadastramento de 264 áreas de extração de areia e argila executado pelo Convênio DNPM / CPRH.

No 11º Distrito do DNPM (Santa Catarina) foram realizadas duas campanhas onde se totalizou 156 análises processuais na fase de lavra.

RESULTADOS REFERENTES À APROVAÇÃO DE NOVAS RESERVAS MINERAIS NO ANO DE 2004

RESERVAS MINERAIS APROVADAS 2004

SUBSTÂNCIA	RESERVAS MINERAIS			RESERVAS TOTAIS
	MEDIDA	INDICADA	INFERIDA	
ÁGUA MINERAL - l/h	2.201.767			2.201.767
ALEXANDRITA - m ³	11.000	66.000	196.061	600.734,2 g de alexandrita
ALUMÍNIO - t	63.826.736	27.040.454	11.365.263	102.232.453
ANDESITO - m ³	12.690.000			12.690.000
ARDÓSIA - m ³	4.334.800	2.096.800	2.023.000	8.454.600
AREIA - m ³	258.049.117	41.638.167	8.053.161	307.740.445
AREIA - t	54.998.385	10.344.854	34.880.110	100.223.349
ARENITO - t	464.683	92.936	92.936	650.555
ARGILA - m ³	36.710.348	5.643.070	5.370.803	47.724.221
ARGILA - t	279.847.106	125.000.196	29.359.543	434.206.845
ARGILITO - t	100.834.219	16.891.917	7.842.339	125.568.475
ARGILITO - m ³	1.660.729	3.658.021		5.318.750
BASALTO - m ³	139.486.526	26.827.201	7.297.100	173.610.827
CALCARENITO - t	43.422.946			43.422.946
CALCÁRIO - m ³	136.499.852	14.811.043	8.388.452	159.699.347
CALCÁRIO - t	927.341.264	442.274.339	87.070.218	1.456.685.821
CALCITA - t	8.424	33.696		42.120
CARVÃO - t	811.147			811.147
CASCALHO - m ³	7.419.802	2.978.313	3.479.135	13.877.250
CAULIM - m ³	209.868	663.676		873.544
CAULIM - t	25.980.464	10.776.706	9.403.587	46.160.757
CIANITA - t	343.500	110.000	21.000	474.500
CHARNOQUITO - m ³	18.941.891	12.027.356		30.969.247
CONCHAS CALCÁRIAS - t	119.732			119.732
CONGLOMERADO - m ³	11.850.659			11.850.659
DIABÁSIO - m ³	5.486.652	1.249.873	1.365.280	8.101.805
DIAMANTE - m ³	1.758.209	436.868	148.865	108.956 ct de diamante
DIORITO - m ³	24.910.048			24.910.048
DOLOMITO - m ³	27.243.125	76.427.260	137.290.615	240.961.000
DOLOMITO - t	4.465.824	8.229.165		12.694.989
ESMERALDA - t	6.337.500	11.992.500		20.529.600 kg de esmeralda
ESMERALDA - m ³	195.000			663.000 g de esmeralda
FELDSPATO - t	8.365.887	261.972	135.137	8.762.996
FERRO - t	16.910.338	27.067.029	95.426.755	83.859.696 t de Fe
FOLHELHO - t	3.238.200			3.238.200
FILITO - t	25.189.052	16.292.578	6.720.000	48.201.630
FONOLITO - t	36.700.372			36.700.372
GABRO - m ³	764.883			764.883
GIPSO - t	8.980.544	3.805.576		12.786.120
GNAISSE - m ³	80.668.744	9.695.076	12.480	90.376.300
GRAFITA - t	946.900	48.617	8.504	1.004.021
GRANITO - m ³	704.815.388	165.021.922	43.053.567	912.890.877
GRANODIORITO - m ³	1.090.434			1.090.434
GRANULITO - m ³	35.443.353	21.239.144		56.682.497

MANGANÊS – t	274.891	78.111	161.489	* 187.575 t de Mn
MÁRMORE – t	87.009.164	30.357.159	776.434	118.142.757
MÁRMORE – m ³	54.247.536	4.756.560	4.756.560	63.760.656
METACONGLOMERADO - m ³	1.369			1.369
MIGMATITO - m ³	5.542.473			5.542.473
MONZONITO - m ³	912.750	553.500		1.466.250
MILONITO – t	27.744.946	55.942.427		83.687.373
NEFELINA SIENITO - t	24.249.420			24.249.420
NÍQUEL – t	396.000	41.000		437.000
OPALA – t	299.520	119.808	59.904	** 2.875 t de Opala
OPALA - m ³	1.435.000			** 5.567.800 g de Opala
OURO – t	166.287	79.177	110.927	2.313.832 g de ouro
PIROXENITO - t	33.006.874	57.030.852		90.037.726,00
PEGMATITO -t	8.453.326			8.453.326,00
QUARTZITO – m ³	26.501.217	23.577.519	1.473.490	51.552.226
QUARTZO – t	12.342.939	7.713.620	124.008	20.180.567
QUARTZO – m ³	4.280.934	60.000		4.340.934
RIOLITO – t	801.360	480.816	240.408	1.522.584
SAIBRO - m ³	103.861.479	11.500.740	6.797.042	122.159.261
SIENITO - m ³	5.187.075	6.802.180		11.989.255
SIENITO – t	2.702.661.088			2.702.661.088
TALCO - m ³	4.684.940	1.889.000		6.573.940
TALCO – t	656.527			656.527
TITÂNIO – t	5.926.500	1.736.000	357.000	8.019.500
TONALITO – t	591.333	910.780	1.502.113	3.004.226
TOPÁZIO - m ³	1.352.700	670.370	333.125	406.947 ct de topázio
TURFA - m ³	1.684.291	148.215	286.278	2.118.784
TURFA – t	1.261.374	193.086	448.023	1.902.483
ZIRCONITA – t	553.000	190.000	35.000	778.000

OBSERVAÇÕES

* Manganês contido

** Opala contida

REAVALIAÇÃO DE RESERVAS APROVADAS NO ANO DE 2004

SUBSTÂNCIA	RESERVAS MINERAIS			RESERVAS TOTAIS
	MEDIDA	INDICADA	INFERIDA	
ÁGUA MINERAL - l/h	106.800			106.800
AREIA – m ³	2.812.455			2.812.455
FERRO – t	8.700.505	19.659.008		65.109.809 t de ferro
GNAISSE – m ³	5.835.983			5.835.983
GRANITO – m ³	11.507.600			11.507.600

RESERVAS DE ÁGUA MINERAL - APROVADAS NO ANO DE 2004

Unidade Federativa	Vazão em l/h
ACRE	
ALAGOAS	7.128
AMAZONAS	
AMAPÁ	
BAHIA	11.168
CEARÁ	45.000
DISTRITO FEDERAL	18.000
ESPÍRITO SANTO	1.800
GOIAS	107.346
MARANHÃO	39.789
MINAS GERAIS	480.800
MATO GROSSO DO SUL	11.647
MATO GROSSO	87.280
PARÁ	
PARAÍBA	
PERNAMBUCO	38.109
PIAUÍ	
PARANA	210.130
RIO DE JANEIRO	100.600
RIO GRANDE DO NORTE	12.000
RONDONIA	
RORAIMA	23.670
RIO GRANDE DO SUL	91.410
SANTA CATARINA	38.000
SERGIPE	14.500
SÃO PAULO	863.390
TOCANTINS	
TOTAL	2.201.767

FISCALIZAÇÃO DA LAVRA, SEGURANÇA E CONTROLE AMBIENTAL NA MINERAÇÃO.

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO MINERAL

CONTROLE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL

TOTAL 2004

Distrito	Diárias	Mat.cons.	Serv.Terc.	Passagem	Pedágio	TOTAL
1° - RS	23.500,00	9.800,00	2.600,00	-	1.500,00	37.400,00
2° - SP	27.000,00	13.200,00	2.300,00	500,00	2.500,00	45.500,00
3° - MG	15.000,00	9.500,00	2.000,00	-	-	26.500,00
4° - PE	33.000,00	10.700,00	5.300,00	-	-	49.000,00
5° - PA	29.000,00	7.500,00	17.200,00	4.800,00	3.000,00	61.500,00
6° - GO	51.550,00	16.600,00	5.700,00	1.750,00	-	75.600,00
7° - BA	29.000,00	11.000,00	6.000,00	-	-	46.000,00
8° - AM	20.500,00	7.000,00	4.500,00	2.800,00	-	34.800,00
9° - RJ	16.350,00	7.500,00	2.000,00	1.300,00	-	27.150,00
10° - CE	22.000,00	8.000,00	3.000,00	-	-	33.000,00
11° - SC	45.000,00	22.104,00	17.400,00	-	-	84.504,00
12° - MT	20.000,00	9.500,00	3.000,00	-	-	32.500,00
13° - PR	21.000,00	9.000,00	3.800,00	-	-	33.800,00
14° - RN	14.500,00	5.000,00	2.500,00	-	-	22.000,00
15° - PB	9.500,00	2.800,00	1.800,00	-	-	14.100,00
16° - AP	17.100,00	9.500,00	14.750,00	-	-	41.350,00
17° - TO	4.000,00	1.600,00	700,00	-	-	6.300,00
18° - SE	5.000,00	2.100,00	700,00	-	-	7.800,00
19° - RO	12.000,00	4.000,00	2.500,00	-	-	18.500,00
20° - ES	17.500,00	8.500,00	3.500,00	-	-	29.500,00
21° - PI	5.000,00	3.500,00	1.700,00	-	-	10.200,00
22° - MA	7.500,00	5.500,00	900,00	-	-	13.900,00
23° - MS	5.000,00	2.100,00	500,00	-	-	7.600,00
24° - RR	5.500,00	2.100,00	1.300,00	1.500,00	-	10.400,00
25° - AL	4.000,00	2.200,00	1.200,00	-	-	7.400,00
TOTAL	459.500,00	190.304,00	106.850,00	12.650,00	7.000,00	776.304,00

Estatística de Vistorias realizadas pelos Distritos

Totalização do Ano de 2004

Vistoria	Distrito			4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º	25º	Total	
	1º	2º	3º																								
1- Fase de Pesquisa Mineral																											
Acomp.pesquisa	28	2	1	21	14	36	24	10	13	9	6		8	7	2	5			10	22	4		5	1		228	
Acomp.pesq.blc.	15		9		10	1					1									2						38	
R. Final pesquisa	88	280	76	16	9	52	193	3	41	18	150	9	65	12	47		5	6	8	72	22	4	14		10	1200	
Lacre amostra								2			1															3	
Guia Utilização	30		2		6	7		2	2	4	49				6	8	9						3	3		131	
Pesq. Água Min. 1F																											
Ac. Trab. Pesq. 1F1	32		3	1			1		36		4	3	3				2	1		1			2		3	92	
Estudos "in loco" 1F2		12	7				1			2	2	1					1	1								27	
Teste de vazão 1F3	3	1							1			2	3				2					1	1	2		16	
2- Fase de concessão de Lavra / Licenciamento																											
Acomp. Lavra	36	65	28	74	5		10	18	1	31	129		8		5	9	8			6			18	1	7	459	
Licenciamento	67	1		44	33	19		65	52	75	7		25	6							29	45	17			485	
Imis.de posse					1	2				2			17	1						1						24	
Lacre amostra																											
Reav. Reservas		13	2	1	8	2	1				2									3			3			35	
Lavra de Água Min. 2F	4	3	21						20	3	19			6			2		1	2		2	4		3	90	
Monitor. Poços 2G			1			555													2			1				559	
Monit. Bar e outros2H										6																6	
3- Fase de Permissão de Lavra Garimpeira / Registro de Extração																											
Vist.prévia PLG	1					2																				3	
Acomp. PLG						2	9			6	1	8														26	
Regist. Extração		2																								2	
4 - Lavras Clandestinas / Denúncias																											
Área titulada 4A	6	60	59	1	6	16			4	1	3	17	7	3			4			17	15	8	1			228	
Em área não titul. 4B	2	6	5	20		4	55		12	19	4	10		1			1			3						142	
Por determ.judic. 4C	2	4							2	1	19			2	12	3		1		5		1	5			57	
Cadast. área 4D		11	6	13		45				8	18			2	1							24			6	134	
Lav. clandest.4E		20	45	60	3	31			20		30	2	4		1	2	4			3	31	9	7	3		275	
Outras 4F		10	4		18	14	5		102	7		4		3				1								168	
Total	314	490	269	251	113	788	299	100	306	192	445	56	140	41	75	28	38	10	21	137	72	79	108	27	29	4428	

Áreas Regulares = **3424**

Áreas Irregulares = **1004**

Resultados na Normatização

A Diretoria de Fiscalização se fez representar em diversos Grupos de Trabalho e Comissões Técnicas encarregados de regulamentar à atividade mineradora, em seus múltiplos aspectos, participando ativamente de seus trabalhos, alcançando os seguintes resultados:

- 1) Revisão e publicação da Portaria nº 178/2004 que regulamenta a Permissão de Lavra Garimpeira – PLG;
- 2) Elaboração da Resolução CONAMA/MMA que trata da Preservação das Cavidades Naturais Subterrâneas;
- 3) Elaboração de Proposta de Resolução CONAMA sobre Mineração em Área de Preservação Permanente – APP, que tramita na Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas;
- 4) Elaboração de Proposta de Resolução CONAMA sobre a Regulamentação do Planejamento, Recepção e Aplicação das Medidas Compensatórias de que trata o Artigo 36 da Lei do SNUC, em tramitação na Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas;
- 5) Elaboração da documentação que fundamenta e balisa a posição do MME no GT Interministerial do Amianto – Portaria Interministerial nº 08/2004;
- 6) Elaboração da Resolução CONAMA/MMA, que trata das Diretrizes Gerais para a Classificação do Material Dragado Visando o Gerenciamento de sua Disposição em Águas Jurisdicionais Brasileiras;
- 7) Elaboração da proposta do Manual de Fiscalização do DNPM em fase de discussão;
- 8) Elaboração de Proposta de Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.181/2003, que estabelece Diretrizes para Verificação da Segurança de Barragens de Cursos de Água para quaisquer fins e para Aterros de Contenção de Resíduos Líquidos Industriais em tramitação no CNRH/MMA;
- 9) Elaboração do Regulamento Técnico/MTE que define Procedimentos para a Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Chapas de Mármore, Granito e Outras Rochas;
- 10) Realização de levantamentos e elaboração de estudos, em parceria com a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, visando investigar a ocorrência de eventual contaminação radiológica da população que trabalha nos garimpos da Região da Borborema/RN;
- 11) Execução do Programa de Capacitação dos Servidores do DNPM e elaboração do Plano de Capacitação para 2005.
- 12) Elaboração de Portaria do DG DNPM aperfeiçoando critérios para o ressarcimento de vistorias.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Ação FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA

Assessoria Técnica no Controle e Fiscalização das Atividades Minerárias.
Convênio Gorceix:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE).

Meta	Especificação	Atividades	Área de atuação	Indicador Físico	Início	Término
I	Assessoramento no Programa de Fiscalização	Vistorias em áreas de mineração	2°, 3°, 9° e 11° Distrito do DNPM.	300 laudos de vistorias	Jun./04	Dez/04
II	Assessoramento no Cadastro das Atividades Minerárias	Cadastramento de atividades minerárias	2°, 3°, 9° e 11° Distrito do DNPM.	200 unidades cadastradas	Jun./04	Dez/04
III	Análise de Documentos Técnicos	Análises de PAE, Relatórios, etc.	Todos os Distritos	300 análises	Jun./04	Dez/04

Dispêndios do Convênio

CONCEDENTE:

Valores em R\$

Meta	Junho/04	Ago/04	Out/04	Nov/04
I a III	188.000,00	180.000,00	140.000,00	140.000,00

PROPONENTE/CONVENENTE (Contrapartida) – FUNDAÇÃO GORCEIX:

Valores em R\$

Meta	Junho/04	Julho/04	Ago/04	Set/04	Out/04	Nov/04
I a III	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00

Resultados referentes ao Convênio DNPM / Gorceix – Assessoria Técnica à Fiscalização e Controle da Atividade Minerária

Esse Convênio teve sua origem na necessidade da manutenção e ampliação de atividades de inspeções técnicas, análises de documentações técnicas e cadastramentos de atividades de mineração, a fim de subsidiar os programas de

fiscalização e controle dessas atividades. Os trabalhos desenvolvidos foram direcionados segundo as necessidades do DNPM, em áreas críticas de atividades de extração mineral nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, respectivamente o 2º, 3º, 9º e 11º Distritos do DNPM, porém também direcionada ao assessoramento a outros Distritos do DNPM visando atender as demandas de análises de documentos técnicos e inspeções em áreas de lavra.

Para o presente Convênio foram traçadas três metas principais tendo como base à demanda existente nos Distritos envolvidos:

Meta	Especificação	Atividades	Área de Atuação	Qtd.	Indicador Físico
I	Assessoramento ao Diagnóstico Tecnológico da Atividade Mineral	Inspeções em áreas de mineração	2º, 3º, 9º e 11º Distrito do DNPM.	300	Nº de depósitos inspecionados
II	Assessoramento no Cadastro Técnico das Atividades Minerárias	Cadastramento de atividades minerárias	2º, 3º e 9º Distrito do DNPM.	200	Nº de depósitos Cadastrados
III	Assessoramento na análise dos Processos Técnicos na Lavra	Análises de Documentos, Relatórios, etc.	2º, 3º, 9º e 11º Distrito do DNPM.	300	Nº de documentos analisados

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS – CONVÊNIO DNPM – ADIMB

TIPO	CÓDIGO SIAF/SIASG	IDENT.	OBJETO	DATA	VALOR	VLR. TRANSF.
Convênio de 15/10/02		Termo Aditivo nº 01/02	Caracterização de Depósitos Mi -		474.912,00	

CONTRAPARTIDA	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO
237.456,00	01387084/0001-20	70% das atividades realizadas

Planejamento e Arrecadação

Em 2004, a arrecadação (CFEM, TAH, emolumentos, multas, reembolsos e compras de publicações) indicou um acréscimo em torno de 24,5% em relação ao ano anterior: passou de R\$ 54,5 milhões para R\$ 67,9 milhões.

Em relação a CFEM, por exemplo, houve uma reestruturação em seu sistema de processamento, com recuperação de dados estatísticos referentes a 2003. Os valores recolhidos por município, empresa e substância mineral em breve estarão disponíveis, bem como a atualização automática de débito. De posse dessas informações, a Diretoria de Planejamento e Arrecadação-DIPAR/DNPM poderá agir mais veementemente junto aos municípios no sentido de ampliar o número de fiscalizações e efetivar, conseqüentemente, os termos de acordos de cooperação técnica.

A arrecadação total da CFEM (anexo 1) atingiu o patamar de R\$ 325 milhões. Desses, 12% cabem à União, distribuídos entre o DNPM (9,8%), Ibama (0,2%), MCT (2%), estados (23%) e municípios (65%).

Minas Gerais continua registrando o maior recolhimento da CFEM, em 2004, com cerca de 47% da participação nacional (anexo 2). O município de Parauapebas, no Pará, assinalou a maior arrecadação, com 15% da CFEM recolhida (anexo 3). Com 39,6%, a Cia Vale do Rio Doce ocupou a primeira posição em relação às empresas que mais recolheram a Compensação (anexo 4). Considerando a substância mineral, a que contou com uma maior arrecadação da CFEM foi o minério de ferro, com 51,9% do total Brasil (anexo 5).

DIPAR - Processos Pagos por Distrito - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço http://intranet/dipar/cfem/relatorios/arrecadacaoDetalhada.asp

• CFEM: sistema da CFEM

• Usuário: DNPM|Miguel Nery

DNPM
Departamento Nacional de Produção Mineral

Diretoria de Planejamento e Arrecadação

Emissão de Boleto Atualização Monetária Relatórios Acordos Programação 2005 a 2008 Legislação **ARRECADAÇÃO DETALHADA**

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
Relatório de Arrecadação Detalhada

Exibir Tabela de Consulta

Série Histórica

Anual: Ano Inicial: Mensal:
Ano Final: Ano Base: 2005

Filtrar por:

UF:
 Município:
 Substância:
 Empresa:
 No do Processo-DNPM:

Imprimir Campos:

Data de Pagamento Nosso Número Valor da Operação
 Quantidade Observação Mes/Ano Ref. Todos

Classificar por Ordem:

Alfabética CFEM Decrescente Maiores arrecadadores

Registros exibidos:

Intranet local

Tela do Sistema CFEM na Internet

Já a Taxa Anual por Hectare – TAH teve toda a sua base transferida para o ambiente web e toda a sua sistemática redefinida. Hoje é possível acompanhar meticulosamente o comportamento da arrecadação/receita, que opera em tempo real.

O montante da TAH arrecadado no Brasil (anexo 6), referente ao exercício 2004 (vencido), foi de R\$ 22,7 milhões: um desempenho positivo em relação ao ano anterior. Somado a esse valor, inclui-se parcelamentos, pagamentos antecipados e pagamentos de exercícios anteriores, totalizando no referido ano, R\$ 27 milhões. Destaca-se o Distrito do Paraná, que arrecadou cerca de 96% do inicialmente previsto.

Ano	Hectares	Processos	Proc. Pagos	%Proc. Pagos	Prev. Receita	Rec. Arrec.	%Rec. Arrec.
2004	27.681.510,66	24.671	20.543	83,26	30.301.225,81	22.748.385,46	75,07
2003	21.778.105,58	23.650	19.098	80,75	23.862.108,77	17.519.024,88	73,41
2002	25.651.765,06	27.046	20.150	74,50	27.821.360,48	19.004.017,89	68,30
2001	26.384.062,17	31.960	23.151	72,43	28.841.649,28	17.772.131,72	61,61

Obs: o quadro acima representa a arrecadação ocorrida em diversos períodos com reflexo na arrecadação presente.

Dentre as demais receitas do DNPM, sobressaíram-se as referentes aos emolumentos de requerimento de autorização de pesquisa e as multas (resultado da efetiva ação fiscalizatória), como observa-se a seguir:

Receitas		Quantidade	Valor Arrec. (R\$)
Emolumentos	Autorização Pesquisa	15.482	4.999.296,48
	Imissão de Posse	327	200.823,74
	Pesquisa Lavra Garimpeira	167	58.310,93
	Registro de Licença	2.127	123.146,28
Multas	Inadimplência TAH	1.005	1.157.221,76
	Não apresentação Relat. Pesquisa	1.869	820.551,56
	Outras Multas	559	300.944,64
Compras e Publicações e Outros		2.006	218.209,78
Vistoria de Fiscalização		1.904	316.879,47
Parcelamento		6.125	3.077.352,39

Para atender a uma necessidade da Autarquia e reunir os aspectos físico e financeiro de todos os programas de trabalho, otimizando os mecanismos de planejamento e acompanhamento da execução, foi criado o SISPLAN – Sistema de Planejamento do DNPM. Na prática, os Distritos e as Diretorias do Órgão o abastece com seus dados, que são analisados, aprovados em função dos limites orçamentários e condensados no referido Sistema.

O SISPLAN trabalha de forma integrada com sistemas do Governo Federal, como o SIAFI, e está sendo estruturado para trabalhar em conjunto com o SISCONTA TCU.

A modernização do sistema de controle da arrecadação e do planejamento permitiu ao DNPM oferecer a seus usuários um serviço mais eficaz, uma maior transparência às suas ações e, principalmente, facilitar o pagamento das obrigações do minerador para com o Órgão.

Vinte e sete boletos das receitas da Autarquia, com exceção do boleto da CFEM, foram disponibilizados, em 2004, na Internet e Intranet – uma das maiores realizações da DIPAR/DNPM, pois proporcionou a diminuição de custo e tempo empregado na administração dessas receitas. A exigência do registro de dados, como o CNPJ/CPF e nome/razão social, trouxe mais consistência na apuração.

Importante ressaltar, ainda, que a implantação da segunda versão do sistema da TAH, disponibilizada em dezembro, além de tornar possível a emissão do boleto pela Internet, também disponibilizou a emissão do boleto de exercícios anteriores, com o débito atualizado monetariamente.

Quanto às demais receitas, o Ressarcimento de Vistoria, por meio da Portaria/DNPM nº 378, de 16/11/04, teve seus critérios de cálculo redefinidos. A DIPAR/DNPM ficou responsável pela estruturação de toda a sistemática de funcionamento do Ressarcimento. O sistema permite a emissão do boleto via Intranet e a elaboração de relatórios gerenciais sobre a arrecadação e de gestão operacional da Diretoria de Fiscalização.

A modernização dos processos e sistemas de arrecadação e planejamento possibilitaram ao DNPM aumentar sua capacidade de avaliar suas ações e os resultados sociais da aplicação dos recursos públicos.

Ações na área administrativa

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL (1069)

- Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia (MME)
 - Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de mineração.
 - Público Alvo: Governo
 - Ação: Estudos para o Planejamento do Setor Mineral (U394A)
 - Localizador: Nacional
 - Produto: Estudo realizado
 - Modalidade de Implementação: Direta
 - Unidade Responsável: Departamento Nacional de Produção Mineral
 - Meta Física: 01 Estudo
 - Meta Física Realizada: 03
 - Meta Financeira: R\$ 500.000,00 (redimensionada, em função do contingenciamento, para R\$ 150.000,00)
 - Meta Financeira Realizada: R\$ 147.873,00 (\cong 98,58%)

AÇÕES	METAS	ORÇAMENTO
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	2.996	R\$ 1.759,00
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	149	R\$ 179.000,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	891	R\$ 1.069.000,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	929	R\$ 1.059.000,00
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	292	R\$ 700.000,00
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO, INATIVO, PENSIONISTA E ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 34.706.000,41

Ação ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES

São 126 (cento e vinte e seis) os servidores cadastrados para o recebimento do referido benefício. Em vista de ser um programa implantado desde 1993, não houve grandes alterações nos atendimentos, que atingiram 100 % dos dependentes que poderiam ser beneficiados e o custo total com este benefício foi de R\$ 124.080,00 (cento e vinte e quatro mil e oitenta reais).

Ação ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES

O contrato com a FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL – GEAP, nº001 assinado em 25 de junho de 1998, sendo este renovado com validade até 30.06.2005.

Estão cadastrados no programa de assistência à saúde (GEAP) 2.608 (dois mil, seiscentos e oito) servidores ativos, inativos, dependentes e pensionistas, e o custo com este benefício foi de R\$ 1.104.000,00 (um milhão e cento e quatro mil reais).

Ação AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES

SERVIDORES	VALOR
875	R\$ 978.000,00

Ação AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES

SERVIDORES	VALOR
795	R\$ 1.112.400,00

Ação CAPACITAÇÃO de SERVIDORES

Foram treinados e capacitados cerca de 302 servidores, conforme quadro:

Evento	Participantes
I Semana de administração Orçamentária e Financeira	5
13º Congresso Brasileiro da Industria de Águas Minerais	5
Pesquisas Paleontólogas	1
XX Simpósio Nacional dos Conselheiros de Economia	1
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	1
Curso Internacional sobre Ferramentas Geológicas	1
V Encontro de Dirigentes do DNPM	37
Treinamento Interno – Patrimônio Fossilífero	15
42º Congresso Brasileiro de Geologia	13
Curso de Relações Humanas	1
Estudo de caso: Evento Termalismo	6
Pós-Graduação em Direito Civil e Processual	1
17º Feira Internacional de Mármore e Granitos	2
Pós-Graduação em Direito Administrativo	1
Congresso Mercosul de Direito Ambiental	2
Curso de Educação Emocional	1
Legislação de Pessoal, aplicada ao Sistema de Folha de Pagamento de Servidor Público e Cadastro	1
Fórum sobre Implementação de Políticas sobre Conflito de Interesses no Serviço Público	3
A Importância da Mineração no Desenvolvimento Sustentável da Região dos Tapajós	2
Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral	11
Gestão Ambiental	2
Contas a Pagar e Receber – CPR	33
Taxa Anual por Hectare	33
13º Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas	1
Capacitação para Pregoeiros	1
Programa de Gestão Financeira e Orçamentário	1
Treinamento Interno – Depósito Fossilíferos	11
Seminário sobre Gestão de Documentos e Informações	2
Treinamento Sismine/Ral	19
Aperfeiçoamento de Secretários	16
Seminário de Transferências Voluntárias	14
Treinamento Economia Mineral	25
2ª reunião de trabalho de Procuradores Federais em Exercício no DNPM	33
Sinergia 2004 – Geotecnia, Presas, Geologia	1
Total de Servidores Treinados	302
Total do custo	R\$ 361.945,00

INDICADORES E PARÂMETROS DE GESTÃO

AÇÕES	METAS	ORÇAMENTO
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	2.996	R\$ 1.759,00
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	149	R\$ 179.000,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	891	R\$ 1.069.000,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	929	R\$ 1.059.000,00
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	292	R\$ 700.000,00
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO, INATIVO, PENSIONISTA E ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 34.706.000,41

Ação ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Foi estimado cadastrar 2.996 pessoas na GEAP, entre servidores ativos e inativos, pensionistas e dependentes, no entanto foram solicitadas um total 2.608, sendo todas atendidas.

Ação ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

A previsão era cadastrar 149 servidores, no entanto todas as solicitações foram atendidas.

Ação AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES

Foi estimado atender a 891 servidores, sendo que todas as solicitações ocorridas no exercício foram atendidas.

Ação AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES

A estimativa foi atender 929 servidores e o nº efetivo é de 795, o qual foi prontamente atendido.

Ação CAPACITAÇÃO de SERVIDORES

A previsão era capacitar 292 servidores ao custo de R\$ 350.000,00, no entanto houve um descontingenciamento e foi possível realizar mais alguns treinamentos, resultando em 302 capacitações.

PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL (1069)

Ação Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM

A ação “Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM” está contemplada no PPA 2004/2007 com recursos da ordem de R\$ 61.000.000,00, dos quais R\$ 19.000.000,00 inseridos na dotação do primeiro ano e R\$ 14.000.000,00 nos 3 anos seguintes. Em 2004, quando da aprovação da LOA/2004, em decorrência de emendas de parlamentares, houve uma redução para R\$ 16.340.000,00. Ainda no início do exercício de 2004, em decorrência do Decreto 4.992 de 18 de fevereiro de 2004, esta ação sofreu um forte contingenciamento, resultando seus valores em R\$ 10.240.000,00. A partir do segundo semestre de 2004, em decorrência do comportamento da sua execução, esta ação teve um descontingenciamento gradativo, incrementando os seus valores até R\$ 11.082.340,00 dos quais se executou cerca de R\$ 9.598.311,42. Em decorrência dessas sucessivas alterações, acreditamos que o projeto deverá sofrer atrasos no seu cronograma, pois já se sabe que para 2005, haverá uma redução na mesma ordem de grandeza.

Em que pese esse cenário adverso, o Programa de Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM tem possibilitado a realização de um conjunto de ações, desde a revisão dos macro-processos da Autarquia, com a adoção de novos procedimentos baseados na utilização de tecnologia da informação, até a aquisição de vários equipamentos e a contratação de serviços voltados para a melhoria do desempenho institucional. Merece destaque a implantação da Rede DNPM que possibilitou a interligação de toda a Autarquia. Trata-se de uma Rede Corporativa, onde trafegam dados e, brevemente, tráfegarão voz e imagem. Hoje, já estão interligados em Rede, todos os seus 25 Distritos, estendendo-se também para os escritórios regionais de Criciúma/SC, Itaituba/PA e Valadares/MG e para os Museus do Crato/CE e de Ciências da Terra/RJ. A interligação em Rede representa, de fato, um marco divisor no processo de estruturação da Autarquia, permitindo uma comunicação direta entre suas unidades, via Intranet, o que tem conferido maior agilidade, economicidade, eficiência e segurança no repasse das informações, principalmente, no que concerne às bases do Cadastro Mineiro. Houve também o aumento em 4 vezes a capacidade do Link de acesso pela Internet para o público usuário. A implantação integral da Rede DNPM ainda permitirá uma importante economia com ligações interurbanas, por meio da implementação futura do serviço de voz na rede.

Foi contratado junto ao SERPRO a elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), bem como a concepção de um novo modelo de dados para o DNPM, com previsão de conclusão em 2005. Para dar suporte físico a esses sistemas, vários investimentos foram feitos na aquisição de mais veículos de serviço e de campo, de notebooks e mobiliário em geral. Até o momento, já foram adquiridos 390 computadores de mesa (desktop), 6 computadores servidores de dados/aplicativos, 75 computadores portáteis (notebooks), 41 camionetes para

serviços de campo e 10 veículos para cidade em todo o Brasil, fortalecendo as ações de fiscalização.

O sítio do DNPM na Internet foi totalmente reestruturado, sendo agora dotado de um visual moderno e com atualização dinâmica, tornando-se, hoje, um referencial em confiabilidade e credibilidade para a comunidade acadêmica, para a sociedade usuária e para todo o setor mineral brasileiro. Outra realização importante foi o levantamento de toda infra-estrutura de Tecnologia da Informação, realizado com o apoio de instituição especializada. Além disso, várias obras de reforma predial em diversos Distritos têm sido empreendidas. Para o edifício-sede, em Brasília, os projetos básicos de reforma encontram-se em fase final de elaboração, devendo iniciar sua reforma dentro em breve.

Ressalta-se, ainda, a contratação recente de outra Instituição especializada para a elaboração de solução e método objetivando a modernização da Sistemática de Outorga do DNPM. Trata-se de um Projeto para o estabelecimento de novas condições para a gestão dos recursos minerais do País que implicará no desenvolvimento de um novo sistema de outorga para pesquisa e lavra de bens minerais. A implantação de um novo sistema de requerimentos de forma on-line, por intermédio da WEB, minimizará e simplificará os fundamentos do Controle de Áreas e, conseqüentemente, reduzirá os conflitos, aumentando a segurança, confiabilidade e imprimindo-lhe uma maior transparência aos procedimentos da outorga.

GESTÃO DE PESSOAS

DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS

A carência de recursos humanos disponíveis no DNPM tornou indispensável o desenvolvimento do Programa de Estágio Remunerado, proporcionando, a estudantes de nível médio e de nível superior da rede regular de ensino, o aperfeiçoamento de suas habilidades funcionais e individuais.

Foram concedidos estágios a 143 (cento e quarenta e três) estudantes, sendo 85 (oitenta e cinco) de nível médio e 58 (cinquenta e oito) de nível superior, de diversas áreas, na Sede/DNPM-DF e nas Unidades Regionais nos Estado.

Os Programas desenvolvidos pelo Benefício e suas especificidades estão relacionadas a seguir:

- Assistência Pré-Escolar
- Assistência à Saúde, Terceirizada (GEAP).
- Auxílio Transporte
- Auxílio Alimentação

- Auxílio Funeral
- Auxílio Natalidade

Em 2004 o Benefício, pagou os auxílios FUNERAIS e NATALIDADE, dentro dos prazos estabelecidos, de acordo com o quadro abaixo:

Quantidade	FUNERAL	NATALIDADE
Solicitações	04	08
Pagamentos	04	08

PAGAMENTO

1- FINALIDADES ESPECÍFICAS

O Pagamento tem como principais atividades, a orientação, o controle, a execução e o pagamento dos servidores ativos, aposentados, beneficiários de pensão, requisitados de outros órgãos e nomeados para cargo em comissão do Departamento Nacional de Produção Mineral, num total aproximado de 1.064 pessoas em folha.

No decorrer do exercício de 2004, desenvolveram-se as seguintes atividades:

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	01
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (INCLUSÃO E EXCLUSÃO)	01
AJUDA DE CUSTO	07
ANUÊNIOS (ACERTOS)	05
APOSENTADORIAS	02
ATUALIZAÇÃO DO PERCENTUAL DE 28,86%	01
COBRANÇA DE PESSOAL CEDIDO A OUTROS ÓRGÃOS	08
EXTRAÇÃO DE FICHAS FINANCEIRAS	12.000
FOLHA DE PAGAMENTO (NORMAL)	12
FOLHA DE PAGAMENTO (SUPLEMENTAR)	06
INCLUSÃO DE DEPENDENTES PARA IMPOSTO DE RENDA	04
LIBERAÇÃO DE SENHA REDE PARA OS DISTRITOS	02
PENSÕES	03
PROGRESSÕES FUNCIONAIS	183
SUBSTITUIÇÕES	23

Alem das concessões acima citadas a Turma de Pagamento também desenvolve as seguintes atividades de rotina:

- 1) Efetuar o cálculo e pagamento dos processos de revisão de quintos incorporados (décimos);
- 2) Implantar em folha de pagamento, as determinações judiciais, para desconto de pensão alimentícia;

- 3) Efetuar a manutenção dos procedimentos e tarefas de atualização da folha de pagamento junto ao sistema SIAPE;
- 4) Elaborar o cálculo e pagamento de todas as gratificações de substituição ocorridas no exercício de 2004;
- 5) Elaborar os cálculos rescisórios de exoneração de servidores do DNPM;
- 6) Elaborar os cálculos e efetuado o pagamento dos processos de ajuda de custo;
- 7) Efetuar as análises, cálculo e atualização no SIAPE, quanto aos processos de revisão decorrentes da integralização dos 28,86%;
- 8) Elaborar os cálculos e efetuar o pagamento de espólios, por meio de alvará judicial;
- 9) Elaborar cálculos e pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade;
- 10) Elaborar planilha de atrasados de 3,17% de servidores com processos ganho judicialmente;
- 11) Elaborar informações de processos, para subsidiar respostas da PROJUR.

Gastos com Pessoal e Manutenção da Folha de Pagamento
Exercício de 2004

A) Aposentados

Rubrica	Valor R\$
Aposentadorias Fixas Civil	3.888.269,00
Gratificação Natalina	339.946,00
Despesas Exercício Anteriores	102.543,00
Sentenças Jud. Transit. Julgados	27.888,00
Vantagem Administrativa 28,86%	141.736,00
Sub-total	4.500.382,00

B) Pensionistas

Rubrica	Valor R\$
Pensões Fixas	479.915,00
Gratificação Natalina	42.715,00
Despesas Exercícios Anteriores	11.329,00
Vantagem Administrativa 28,86%	22.687,00
Sub-total	556.646,00

C) Ativo Civil

Rubrica	Valor R\$
Vencimentos Vantagens Fixas	21.381.573,00
Gratificação Natalina	1.929.069,00
Adicional de Férias	628.500,00

Despesas Exercícios Anteriores	1.590.363,00
Outras Despesas Variáveis	27.156,00
Sentenças Jud. Transit. Julgados	108.713,00
Vantagem Administrativa 28,86%	1.475.894,00
Obrigações Patronais	3.679.137,00
Sub-total	30.820.405,00

Total A + B + C	35.877.433,00
------------------------	----------------------

A previsão era executar R\$ 34.706.000,41, no entanto houve um descontingenciamento, para efetuar despesas de gratificação natalina e adicional de férias.

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE EXERCICIOS ANTERIORES		
SERVIDORES	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR
ATIVOS	29	R\$ 149.436,78
INATIVOS	01	R\$ 7.507,45
TOTAL	30	R\$ 156.944,23

OBS: Os processos de exercício anteriores não foram pagos por não terem sido disponibilizados os recursos orçamentário e financeiro.

2 - AVALIAÇÃO, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL.

No decorrer do exercício de 2004 foram realizadas também as seguintes atividades:

ATENDIMENTOS A SERVIDORES (DIVERSOS)	4.500
DESIGNAÇÕES/FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA-FCT	04
DESIGNAÇÕES/FUNÇÃO GRATIFICADA-FG	00
DISPENSAS/FUNÇÃO GRATIFICADA-FG	00
EXONERAÇÕES	01
FALECIMENTOS	04
LICENÇA P/TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES	01
MANDADOS DE SEGURANÇA	07
PORTARIAS ELABORADAS	394
POSSE DE CARGO INACUMULAVEL	01
PROCESSO DE JORNADA REDUZIDA	05
PROCESSO DE LICENÇA INCENTIVADA	04
PROGRESSÕES FUNCIONAIS	118
PRORROGAÇÃO DE LIC.SEM VENCIMENTO	03
REDISTRIBUIÇÕES DE OUTROS ORGÃO PARA O DNPM	10
REDISTRIBUIÇÕES DO DNPM PARA OUTROS ORGÃOS	03
REMOÇÕES A PEDIDO	02
REMOÇÕES EX – OFFICIO	07

SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	23
SUBSTITUIÇÕES	23

3 - CADASTRO DE PESSOAL

O Cadastro de Pessoal tem como principais atividades: conceder aposentadorias, pensões, certidões de tempo de serviço, contagem do tempo de serviço, licença prêmio, declarações diversas, anuênios (acertos), atualizações em carteiras profissionais, concessão de abono provisório, expedição de boletim interno, boletim de frequência mensal, boletim extraordinário, licença para tratar de interesses particulares, processo de jornada reduzida, processo de licença incentivada, apostilamento, retificação cadastral, conforme quadro abaixo:

ABONO DE PERMANÊNCIA	96
ANUÊNIOS (ACERTOS)	03
APOSENTADORIAS	12
APOSTILA	01
ATUALIZAÇÃO DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS	04
BOLETIM DE FREQUENCIA MENSAL	12
BOLETIM EXTRAORDINÁRIO	03
BOLETIM INTERNO	24
CERTIDÕES DE TEMPO DE SERVIÇO	09
CONCESSÃO DE ABONO PROVISÓRIO	09
CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO	36
DECLARAÇÕES DIVERSAS	95
LICENÇA PRÊMIO	37
PECÚNIA	01
PENSÕES	03
PERÍCIAS MÉDICAS	05
RETIFICAÇÃO CADASTRAL	02

a) Nomeados para cargos em comissão

LOTAÇÃO NUMÉRICA – NOMEADOS PARA CARGO COMISSIONADO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	
LOCALIDADE	QUANTIDADE
SEDE-DF	20
2º DISTRITO-SP	01
3º DISTRITO-MG	01
6º DISTRITO-GO	01
9º DISTRITO-RJ	01
10º DISTRITO-CE	01

11ºDISTRITO-SC	02
13ºDISTRITO-PR	01
15ºDISTRITO-PB	01
17ºDISTRITO-TO	01
20ºDISTRITO-ES	01
23ºDISTRITO-MS	01
24ºDISTRITO-RR	01
TOTAL GERAL	33

b) Requisitados de Outros Órgãos

LOTAÇÃO NUMÉRICA – REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS	
LOCALIDADE	QUANTIDADE
SEDE-DF	06
5ºDISTRITO-PA	01
22ºDISTRITO-ES	01
TOTAL GERAL	08

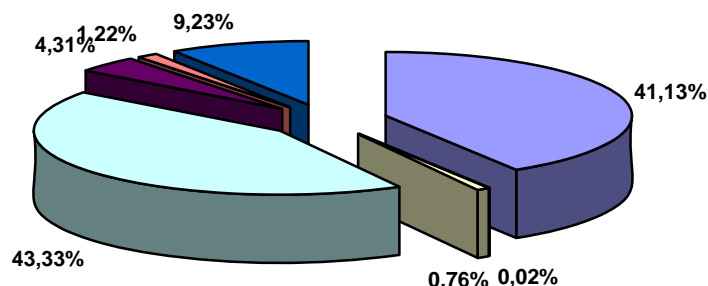
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Lei Orçamentária Anual 2004

A Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, e suas alterações (créditos adicionais), estabeleceu para o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, dotação orçamentária no valor de R\$ 84.062.918,00 (oitenta e quatro milhões, sessenta e dois mil, novecentos e dezoito reais), conforme distribuição abaixo:

	R\$1,00		
	<i>Fiscal</i>	<i>Seguridade</i>	<i>Total</i>
Pessoal e Encargos Sociais	29.331.604,00	5.246.671,00	34.578.275,00
Juros e Encargos da Dívida	16.000,00		16.000,00
Amortização de Dívida	639.541,00		639.541,00
Outras Despesas Correntes	35.244.240,00	1.176.420,00	36.420.660,00
Investimentos	3.625.274,00		3.625.274,00
Sentenças Judiciais	1.023.445,00		1.023.445,00
Reserva de Contingência	7.759.723,00		7.759.723,00
Total	77.639.827,00	6.423.091,00	84.062.918,00

Gráfico 1



■ Pessoal e Encargos Sociais	■ Juros e Encargos da Dívida	■ Amortização de Dívida
■ Outras Despesas Correntes	■ Investimentos	■ Sentenças Judiciais
■ Reserva de Contingência		

Alterações Orçamentárias

	<i>Acréscimo</i>	<i>Decréscimo</i>	<i>Líquido</i>
Pessoal e Encargos	11.973.696,00	9.103.694,00	2.870.002,00
Outras Desp. De Custeio	1.443.931,00	103.931,00	1.340.000,00
Investimento		800,00	(800.000,00)
Total	13.417.627,00	10.007.625,00	3.410.002,00

Dotação Autorizada - Exercício de 2004

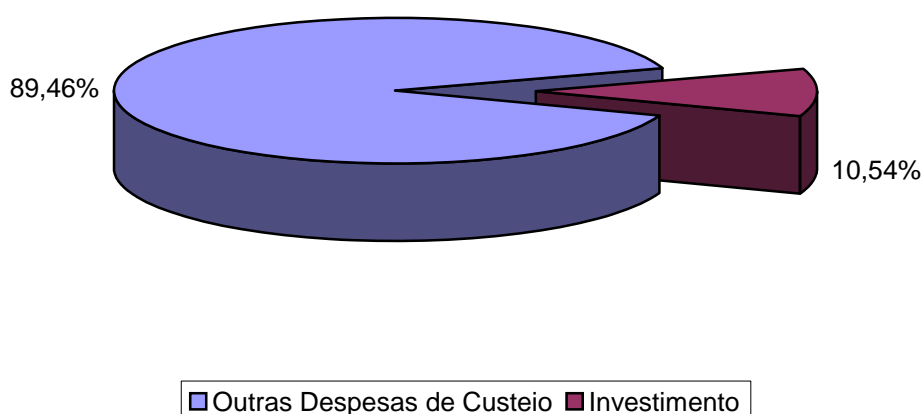
PTRES	Nat. da Despesa	Descrição	R\$1,00
			Mês de Referência - DEZEMBRO
180246	Avaliação de Distritos Mineiros	336039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	126.000,00
		339000 APLICACOES DIRETAS	120.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	2.392,00
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	23.408,00
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.548,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.652,00
			350.000,00
867306	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.023.445,00
			1.023.445,00
867314	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	319000 APLICACOES DIRETAS	259,00
		319001 APOSENTADORIAS E REFORMAS	4.253.663,00
		319003 PENSÕES	792.750,00
		319008 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.195,99
		319092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	199.614,02
			6.246.671,00
964218	Gestão e Administração do Programa	319009 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	6.000,14
		319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.124.293,79
		319013 OBRIGACOES PATRONAIS	3.307.160,15
		319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	25.914,81
		319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	136.367,59
		319092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.625.264,49
		319096 RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	106.612,65
		336039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	376.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	343.771,98
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	649.950,96
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	442.336,30
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	146.945,55
		339037 LOCAÇAO DE MAO-DE-OBRA	6.797.159,61
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.771.035,96
		339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	23.079,12
		339049 AUXILIO-TRANSPORTE	86.074,08
		339091 SENTENÇAS JUDICIAIS	4.205,10
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	171.330,06
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	257.237,75
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	329.088,00
			43.729.792,00
964219	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	1.143.103,34
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	144,66
			1.143.248,00
964220	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	339049 AUXILIO-TRANSPORTE	965.004,04
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	68,96
			965.069,00
964221	Amortização e Encargos de Financ. Da Div. Contratual Externa	329021 JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	16.000,00
		329022 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	4.579,00
		469071 PRINCIPAL DA DIVIDA POR CONTRATO	634.960,00
			655.541,00
971573	Fiscalização da Atividade Minerária	336014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	78.000,00
		336030 MATERIAL DE CONSUMO	9.500,00
		336033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	70.030,00
		336036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15.000,00
		336039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	475.470,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	790.281,96
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	236.313,20
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	292.929,72
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.617,04
		339037 LOCAÇAO DE MAO-DE-OBRA	4.230,56
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	89.287,75
		339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	65,10
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	393,94
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.880,63
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	86.088,00
			2.123.000,00
971574	Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM	339000 APLICACOES DIRETAS	5.304.800,54
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	60.745,55
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	126.330,00
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	90.863,19
		339035 SERVICOS DE CONSULTORIA	343.644,00
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.296,90
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	6.418.266,03
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.159.000,00
			15.640.000,00
971575	Capacitação de Servidores Públicos Federais	339000 APLICACOES DIRETAS	228.500,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	139.959,35
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	6.887,93
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	268.844,09
		339037 LOCAÇAO DE MAO-DE-OBRA	1.200,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	58.598,65
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	40,00
			700.000,00
971576	Outorga de Direitos Minerários	339000 APLICACOES DIRETAS	660.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	181.890,74
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	15.752,95
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	158.508,19
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	500,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	594.897,96
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.011,23
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.213,69
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.455,00
			1.639.030,00
971577	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv. E Empregados	339008 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	148.800,00
			148.800,00
971578	Pesquisas de Depósitos Fossilíferos	339000 APLICACOES DIRETAS	50.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	30.466,82
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	60,00
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.155,70
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.319,48
			100.000,00
971579	Estudos para o Planejamento do Setor Mineral	339000 APLICACOES DIRETAS	350.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	42.314,30
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	2.485,70
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	67.940,00
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	37.240,00
			500.000,00
971580	Divulgação de Tecnologia na Mineração	335000 TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	71.500,00
		339000 APLICACOES DIRETAS	180.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	45.701,67
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	5.669,60
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	32.876,15
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.200,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	243.500,57
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	47.331,00
			622.179,00
971581	Monitoramento Ambiental da Mineração	333000 TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	194.700,00
		336039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	70.000,00
		339000 APLICACOES DIRETAS	25.300,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	32.950,00
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	11.250,00
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	14.750,00
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.000,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	18.250,00
			370.000,00
971582	Monitoramento e Controle de Aquíferos	339000 APLICACOES DIRETAS	50.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	45.993,60
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	8.206,40
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	15.614,40
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	28.973,92
		339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	992,63
			150.000,00
971583	Contribuição ao Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD	338041 CONTRIBUICOES	20.000,00
			20.000,00
971584	Apoio ao Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe	335000 TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.000,00
			50.000,00
971585	Apoio ao Centro de Pesquisa Geológica e Paleontológica MCT	335000 TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.000,00
			50.000,00
971586	Reserva de Contingência	999900 RESERVA DE CONTINGENCIA	7.759.723,00
			7.759.723,00
971587	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados	335039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.176.420,00
			1.176.420,00
	Total		84.062.918,00

Limite para Movimentação e Empenho

Por conta do Decreto nº 4.992, de 18/02/2004, e suas alterações, que trata da compatibilização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo, a SPOA/MME fixou os limites para movimentação e empenho nos seguintes montantes:

	<i>Limites</i>
Outras Despesas de Custeio	28.315.604,75
Investimento	3.337.647,50
Total	31.653.252,25

Gráfico 2



Descentralização de Créditos

A GFEO/DIADM efetuou no exercício de 2004, descentralizações internas de crédito às suas 25 Unidades Estaduais (Distritos), no montante de R\$ 12.130.257,90 (doze milhões, cento e trinta mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), sendo R\$ 324.279,66 (trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos) referentes a Investimento e R\$ 11.805.978,24 (onze mil, oitocentos e cinco mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos), referentes a Outras Despesas de Custeio.

UG Executora		Grupo de Despesa	Tipo de Valor Saldo Atual
323003	01 DISTRITO DO DNPM - RS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	489.732,03
		INVESTIMENTOS	11.243,01
323004	02 DISTRITO DO DNPM/SP	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	608.418,26
		INVESTIMENTOS	8.430,00
323005	03 DISTRITO DO DNPM/MG	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	829.719,48
		INVESTIMENTOS	1.500,00
323006	04 DISTRITO DO DNPM/PE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	684.007,74
		INVESTIMENTOS	25.824,10
323007	05 DISTRITO DO DNPM/PA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.646.358,88
		INVESTIMENTOS	9.380,00
323008	06 DISTRITO DO DNPM/GO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	697.972,35
		INVESTIMENTOS	36.000,00
323009	07 DISTRITO DO DNPM/BA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	866.807,67
		INVESTIMENTOS	8.737,00
323010	08 DISTRITO DO DNPM/AM	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	565.254,34
		INVESTIMENTOS	8.350,00
323011	09 DISTRITO DO DNPM/RJ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	792.591,14
		INVESTIMENTOS	34.104,26
323012	10 DISTRITO DO DNPM/CE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	647.648,40
		INVESTIMENTOS	83.587,53
323013	11 DISTRITO DO DNPM/SC	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	626.574,41
		INVESTIMENTOS	11.383,00
323014	12 DISTRITO DO DNPM/MT	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	383.686,71
323015	13 DISTRITO DO DNPM/PR	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	249.718,03
323016	14 DISTRITO DO DNPM/RN	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	234.656,33
		INVESTIMENTOS	13.200,00
323017	15 DISTRITO DO DNPM/PB	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.980,68
		INVESTIMENTOS	12.860,30
323018	16 DISTRITO DO DNPM/AP	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	347.447,27
		INVESTIMENTOS	7.100,00
323019	17 DISTRITO DO DNPM/TO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	255.194,49
		INVESTIMENTOS	7.161,46
323020	18 DISTRITO DO DNPM/SE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.894,23
		INVESTIMENTOS	5.184,50
323021	19 DISTRITO DO DNPM/RO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	354.653,76
		INVESTIMENTOS	11.725,60
323022	20 DISTRITO DO DNPM/ES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	330.207,94
		INVESTIMENTOS	18.825,90
323023	21 DISTRITO DO DNPM/PI	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180.334,49
323024	22 DISTRITO DO DNPM/MA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	224.037,66
323025	23 DISTRITO DO DNPM/MS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	266.978,31
		INVESTIMENTOS	1.200,00
323026	24 DISTRITO DO DNPM/RR	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	142.626,57
		INVESTIMENTOS	1.300,00
323027	25 DISTRITO DO DNPM/AL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109.477,07
		INVESTIMENTOS	7.183,00
Total de Outras Despesas Correntes			324.279,66
Total de Investimentos			11.805.978,24
Total			12.130.257,90

Recursos Financeiros Transferidos

No exercício de 2004, o DNPM transferiu à União, Estados, Distrito Federal e Municípios recursos financeiros da cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, da ordem de R\$ 283.873.711,90 (Duzentos e oitenta e três milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e onze reais e noventa centavos).

UNIDADE VALOR (R\$)

<i>ESTADOS E DISTRITO FEDERAL</i>	74.236.583,99
MUNICÍPIOS	209.637.127,91
TOTAL	283.873.711,90

Recursos Financeiros Arrecadados

O DNPM arrecadou no exercício de 2004, um montante de **R\$398.673.218,24** (trezentos e noventa e oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, duzentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos), através de suas ações em suas 26 unidades estaduais (25 Distritos e 01 Sede).

Execução do Orçamento

Do total de **R\$84.062.918,00** de créditos aprovados, R\$7.759.723,00 como Reserva de Contingência não utilizada, R\$7.223.660,00 foram contingenciados, R\$1.023.445,00 foram descentralizados para pagamento de precatórios e R\$68.056.090,00 estavam disponíveis para execução, assim, R\$66.306.175,33 foram executados, sendo R\$ 34.578.016,99 com pagamento de Pessoal Ativo e Encargos, Inativo e Pensionistas, R\$1.212.728,00 executados através de Convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, R\$3.370.672,04 com Auxílios aos Servidores e seus Dependentes, R\$23.169.667,32 com Custeio, R\$3.319.549,98 com Investimentos, R\$655.541,00 com pagamento de parcela da Dívida Externa e Encargos e R\$1.749.914,67 ficaram disponíveis.

O Orçamento 2004 teve sua execução prejudicada principalmente pelo contingenciamento determinado pelo Decreto 4.992, de 16 de fevereiro de 2004 e suas posteriores alterações, ocorridas ao longo do exercício.

Foram inscritos em Restos a Pagar o montante de R\$ 5.902.203,38.

Execução Orçamentária no Exercício de 2004

PTRES	Natureza da Despesa	R\$1,00	
		Mês de Referência DEZEMBRO	
095087	Compensação Financeira - CFEM	333081 DISTRIBUICAO DE RECEITAS	74.236.583,99
		334081 DISTRIBUICAO DE RECEITAS	209.637.127,91
			283.873.711,90
180246	Avaliação de Distritos Mineiros	335039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	118.728,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	57.781,06
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	592,00
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.529,80
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	750,40
			198.381,26
867314	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	319001 APOSENTADORIAS E REFORMAS	4.253.663,00
		319003 PENSOES	792.749,99
		319008 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.185,98
		319092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	199.814,02
			5.246.412,99
964218	Gestão e Administração do Programa	319008 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	6.000,14
		319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.124.283,79
		319013 OBRIGACOES PATRONAIS	3.307.180,12
		319016 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	25.914,81
		319091 SENTENCAS JUDICIAIS	136.367,59
		319092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.625.284,70
		319096 RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	106.612,85
		335039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	376.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	340.378,34
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	597.616,66
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	423.775,74
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	141.307,13
		339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	5.746.601,79
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.591.361,87
		339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	22.322,24
		339049 AUXILIO-TRANSPORTE	86.000,00
		339091 SENTENCAS JUDICIAIS	4.205,10
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	147.159,14
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	257.237,78
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.131,20
			43.194.700,99
964219	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	1.143.103,34
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	79,70
			1.143.183,04
964220	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	339049 AUXILIO-TRANSPORTE	965.004,04
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	64,96
			965.069,00
964221	Amortização e Encargos de Financ. Da Div. Contratural Externa	329021 JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	15.000,00
		329022 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	4.578,00
		469071 PRINCIPAL DA DIVIDA POR CONTRATO	634.963,00
			655.541,00
971573	Fiscalização da Atividade Minerária	335014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	78.000,00
		335030 MATERIAL DE CONSUMO	9.500,00
		335033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	70.030,00
		335036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15.000,00
		335039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	475.470,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	736.337,92
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	210.240,39
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	252.285,33
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.208,01
		339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.949,60
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	64.502,61
		339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	65,10
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	393,94
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.890,63
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.690,00
			1.941.863,73
971574	Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	59.581,74
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	48.564,77
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	73.846,73
		339035 SERVICOS DE CONSULTORIA	343.644,00
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.350,28
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.938.991,59
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.130.332,31
			9.599.311,42
971575	Capacitação de Servidores Públicos Federais	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	118.392,29
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	4.907,49
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	220.249,43
		339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	914,96
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	53.169,70
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	40,00
			397.673,87
971576	Outorga de Direitos Minerários	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	170.993,15
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	7.381,08
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	151.905,64
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	260,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	566.938,84
		339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.011,22
		339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.213,89
			918.693,82
971577	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv. E Empregados	339008 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	148.800,00
			148.800,00
971578	Pesquisas de Depósitos Fossilíferos	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	30.222,31
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.093,10
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.318,48
			48.633,89
971579	Estudos para o Planejamento do Setor Mineral	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	38.266,73
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	650,00
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	62.078,91
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	37.028,00
			138.023,64
971580	Divulgação de Tecnologia na Mineração	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	94.709,91
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	5.172,35
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	25.744,62
		339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	400,00
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	225.689,35
		449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41.186,47
			332.902,70
971581	Monitoramento Ambiental da Mineração	335039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	70.000,00
		339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	28.793,27
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	7.876,35
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	9.815,29
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.069,90
			126.554,81
971582	Monitoramento e Controle de Aquíferos	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	24.735,71
		339030 MATERIAL DE CONSUMO	4.441,30
		339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	14.153,26
		339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.696,27
		339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	882,69
			55.009,17
971583	Contribuição ao Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD	339041 CONTRIBUICOES	20.000,00
			20.000,00
971587	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados	335039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.176.420,00
			1.176.420,00
Total			350.179.887,23

INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR - 2004

Unidade Gestora.....Valor R\$1,00

0,00	323002	DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUCAO MINERAL - SEDE	5272176,60	5272176,60 C
0,00	323003	01 DISTRITO DO DNPM - RS	21,40	21,40 C
0,00	323004	02 DISTRITO DO DNPM/SP	9376,75	9376,75 C
0,00	323005	03 DISTRITO DO DNPM/MG	21956,59	21956,59 C
0,00	323006	04 DISTRITO DO DNPM/PE	7525,48	7525,48 C
0,00	323007	05 DISTRITO DO DNPM/PA	301896,04	301896,04 C
0,00	323008	06 DISTRITO DO DNPM/GO	2422,16	2422,16 C
0,00	323009	07 DISTRITO DO DNPM/BA	14531,13	14531,13 C
0,00	323010	08 DISTRITO DO DNPM/AM	46287,00	46287,00 C
0,00	323011	09 DISTRITO DO DNPM/RJ	33822,51	33822,51 C
0,00	323012	10 DISTRITO DO DNPM/CE	18789,87	18789,87 C
0,00	323013	11 DISTRITO DO DNPM/SC	31452,80	31452,80 C
0,00	323014	12 DISTRITO DO DNPM/MT	500,00	500,00 C
0,00	323015	13 DISTRITO DO DNPM/PR	30980,27	30980,27 C
0,00	323017	15 DISTRITO DO DNPM/PB	4215,00	4215,00 C
0,00	323018	16 DISTRITO DO DNPM/AP	17717,56	17717,56 C
0,00	323019	17 DISTRITO DO DNPM/TO	9977,56	9977,56 C
0,00	323020	18 DISTRITO DO DNPM/SE	1620,74	1620,74 C
0,00	323021	19 DISTRITO DO DNPM/RO	8994,31	8994,31 C
0,00	323022	20 DISTRITO DO DNPM/ES	2366,13	2366,13 C
0,00	323023	21 DISTRITO DO DNPM/PI	7598,76	7598,76 C
0,00	323024	22 DISTRITO DO DNPM/MA	9105,89	9105,89 C
0,00	323025	23 DISTRITO DO DNPM/MS	43841,86	43841,86 C
0,00	323026	24 DISTRITO DO DNPM/RR	933,48	933,48 C
0,00	323027	25 DISTRITO DO DNPM/AL	4093,49	4093,49 C

Total

5.902.203,38 C

Fonte: SIAFI

GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS

CONTRATOS VIGENTES 2004

ORDEM	EMPRESA	OBJETO	INÍCIO	FIM	Nº CONTRATO / EMPENHO	ADITIVO	VALOR DO CONTRATO	FISCAL	PROCESSO			EVENTO
1	A.A.A. AABA CHAVEIRO DE PLANTÃO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO	27-set-04	31-dez-04	04NE900371	-	2.201,00	AVELINO HEITOR	48400	001253	2004	Encerrado
2	A.A.A. AABA CHAVEIRO DE PLANTÃO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO	2-mar-04	1-jul-04	04NE900063	-	887,00	AVELINO HEITOR	48400	002321	2003	Encerrado
3	ADIMB	MONTAGEM DE ESTANDE	4-mar-04	22-abr-04	1/4/04	-	50.000,00	PAULO RIBEIRO SANTANA	48400	000357	2004	Encerrado
4	AGROSERVICE	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	24-abr-04	31-dez-04	045/2000	8º termo aditivo	352.064,88	CICERO RODRIGUES	48400	000129	2000	Encerrado
5	AMERICEL - CLARO	TELEFONIA CELULAR	30-set-04	29-set-05	011/2004	1º termo aditivo	4.637,05		48400	000386	2004	Vigente
6	BANCO CENTRAL DO BRASIL	ACESSO AO SISBACEN	19-nov-03	18-nov-07	3747/03	-	5.000,00	ALCEBÍADES LOPES	48400	002053	2003	Vigente
7	BATISTA & LOPES LTDA-ME	LEITURA DE DIÁRIO DA JUSTIÇA	13-fev-04	31-dez-04	04NE900053	-	1.100,00	ROSALLINY PINHEIRO	48400	002052	2003	Encerrado
8	CAESB	FORNECIMENTO DE ÁGUA	22-jan-04	31-dez-04	04NE900001	-	50.000,00	JOSE RENATO	48400	002097	2003	Encerrado
9	CAFE FORTE IND. E COMÉRCIO LTDA	FONECIMENTO DE CAFÉ E AÇUCAR	12-fev-04	31-dez-04	04NE900049	-	7.200,00	HELIO NASCIMENTO	48400	001875	2003	Encerrado
10	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	PRESTAÇÃO DE DEMANDA JUDICIAL	17-mar-04	16-mar-05	S/N	-	0,00	DORACY FERNANDES	48400	000374	2004	Vigente
11	CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA	FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL	27-fev-04	26-fev-05	003/2004	-	5.676,00	CICERO RODRIGUES	48400	001963	2003	Encerrado
12	CEB	FORNECIMENTO DE ENERGIA	22-jan-04	31-dez-04	04NE900004	-	313.000,00	JOSE RENATO	48400	000706	2000	Encerrado
13	CHAVES E RODRIGUES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	13-set-04	31-dez-04	012/2004	-	9.328,90	EDSON DA COSTA	48400	000260	2001	Encerrado
14	CONSERVO SERVIÇOS GERAIS	APOIO ADMINISTRATIVO	1-nov-00	31-out-04	039/2000	5º termo aditivo	2.569.807,68	DAYSE RODRIGUES	48400	000680	2000	Encerrado
15	CONSERVO SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS DE COPEIRAS	4-set-01	3-set-05	032/2001	4º termo aditivo	43.190,52	MORANIA VIANA	48400	002436	2003	Vigente
16	CONSERVO VIGILÂNCIA	VIGILÂNCIA	20-jul-00	19-set-05	032/2000	4º termo aditivo	183.354,72	AVELINO HEITOR	48400	001442	2004	Vigente
17	COP EDITORA LTDA	ASS. ANUAL DA REVISTA SUMA ECONÔMICA	4-mar-04	3-mar-05	04NE900162	-	95,00		48400	001695	2004	Vigente
18	COTRIL MOTORES LTDA	Compra de 10 veículos	31-dez-04	30-dez-05	019/2004	-	829.000,00	EDSON DA COSTA	48400	001877	2003	Vigente
19	CPqD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	30-abr-04	29-abr-05	007/2004	-	138.609,00	ARMANDO MARTINS	48400	001201	2001	Vigente
20	ELEVADORES OTIS LTDA.	MANUTENÇÃO DE ELEVADOR	25-mar-04	24-mar-05	005/2004	-	5.040,00	JOSE RENATO	48400	001203	2001	Vigente
21	EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT	CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA - MALOTE	8-ago-01	7-ago-06	031/2001	2º termo aditivo	158.573,62	GUILHERME	48400	002395	2003	Vigente
22	EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT	FRANQUIA E SEDEX	1-set-01	31-ago-06	030/2001	2º termo aditivo	23.217,65	GUILHERME	48400	001874	2003	Vigente
23	EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT	CONFECCÃO DE CARIMBO COMEMORATIVO	5-mar-04	4-mar-09	002/2004	-	111.550,00		48400	002034	2003	Vigente
24	ERICSSON DAMOVO DO BRASIL	ASSISTENCIA TECNICA EM TELEFONES	1-ago-01	31-jul-05	029/2001	6º termo aditivo	62.978,40	AVELINO HEITOR	48400	001288	2001	Vigente
25	FIAT AUTOMOVEIS S.A.	AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULOS	31-dez-04	30-dez-05	020/2004	-	6.875.000,00	EDSON DA COSTA	48400	001442	2004	Vigente
26	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.	AQUISIÇÃO DE 31 VEÍCULOS	31-dez-03	14-fev-05	014/2003	-	1.674.000,00	EDSON DA COSTA	48400	002138	2003	Vigente
27	FREEDOM - TURISMO LTDA	FORNEC. DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES	23-jan-04	22-jan-05	001/2004	-	488.100,00	APOLONIA NUNES	48400	001537	2002	Vigente
28	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO - FIA	Modernização do Sistema de Outorga do DNPM	20-dez-04	19-mai-05	015/2004	-	821.060,00	TEÓFILO ROSSINI	48400	000397	2004	Vigente

29	GÊNESE INFORMÁTICA	Compra de 50 (cinquenta) notebook	31-dez-04	30-dez-07	018/2004	-	360.500,00	PAULO SOARES	48400	001446	2004	Vigente
30	IBICT	PORTA DE CONECTIVIDADE IP	8-jan-04	7-jan-05	035/2001	2º termo aditivo	114.000,00	EDNALDO RODRIGUES	48400	001786	2001	Rescindido
31	IMPrensa NACIONAL	ASSINATURAS DE DIÁRIO OFICIAL E DJ	23-jan-04	22-jan-05	04NE900031	-	6.076,00	ANTONIO NOGUEIRA	48400	000071	2004	Encerrado
32	INFORMATIC COMERC. REPRESENT. LTDA	Aquisição de 01 filmadora digital	31-dez-04	30-dez-05	024/2004	-	2.800,00	IARA MARIA MARTINS	48400	000400	2004	Vigente
33	ITAUTEC PHILCO S.A.	AQUISIÇÃO DE 150 COMPUTADORES	5-dez-03	4-dez-05	1/11/03	-	429.000,00	ARMANDO MARTINS	48400	002212	2003	Vigente
34	ITAUTEC PHILCO S.A.	AQUISIÇÃO DE 241 COMPUTADORES	16-jul-04	15-jul-06	010/2004	-	689.260,00	PAULO SAORES	48400	000669	2004	Vigente
35	LICENSE COMPANY INFORMATICA LTDA	Aquisição de Solução Corporativa Microsoft	23-dez-04	22-dez-05	017/2004	-	418.000,00		48400	002217	2003	Vigente
36	LINK DATA INFORMATICA	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE	10-jul-02	9-jul-05	017/2002	2º termo aditivo	50.400,00	ALEX RIBEIRO	48400	000266	2002	Vigente
37	M.V.P. AZEREDO - ME.	Área para Exploração de Restaurante	26-dez-03	25-dez-04	026/2002	3º termo aditivo	0,00	PAULO SOARES	48400	001543	2002	Encerrado
38	MICROLOG INFOR. E TECNOLOGIA LTDA	AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES SERVIDORES	29-jun-04	28-jun-07	009/2004	-	649.600,00	ARMANDO MARTINS	48400	002135	2003	Vigente
39	NCT INFORMATICA LTDA.	ANTI-VIRUS	26-dez-03	25-dez-05	024/2002	2º termo aditivo	40.434,33	MAURO VICENTE	48400	000617	2002	Vigente
40	NOVADATA	Aquisição de 25 notebook	31-dez-03	30-dez-06	013/2003	-	173.000,00	ARMANDO MARTINS	48400	001953	2003	Vigente
41	NT SOLUÇÕES	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	21-dez-02	20-nov-05	021/2002	2º termo aditivo	73.110,60	ADELINO PADILHA	48400	001544	2002	Vigente
42	PAULO FACCIO E PEDRO DIAS ARQ. S/C LTDA	Elaboração de projetos de engenharia civil	6-abr-04	6-dez-04	006/2004	-	118.000,00	JOSE RENATO	48400	000484	2002	Encerrado
43	PILOTO CARIMBOS COM. E INDÚSTRIA LTDA.	CONFEÇÃO DE CARIMBOS	1-abr-04	31-dez-04	04NE900161	-	1.300,00	ALEX RIBEIRO	48400	000318	2004	Encerrado
44	POLIEDRO	CONSULTORIA	2-mai-02	30-abr-05	020/2001	4º termo aditivo	2.476.061,12	ARMANDO MARTINS	48400	001548	1998	Vigente
45	RADIOBRAS	SERVIÇOS DE PUBLICIDADES LEGAL	30-jan-02	29-jan-06	001/2002	3º termo aditivo	21.504,00	EDSON DA COSTA	48400	001798	2001	Vigente
46	SERASA S/A	CERTIFICADOS DIGITAIS	10-set-04	9-set-05	04NE900349	-	7.300,00	PAULO SOARES	48400	001073	2004	Vigente
47	SERPRO S/A.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO	10-dez-03	10-dez-05	012/2003	2º termo aditivo	1.906.767,48	EDNALDO RODRIGUES	48400	001207	2003	Vigente
48	SERPRO S/A.	CONSULTORIA EM TEC DA INF E COMUNICAÇÃO - PDTI	20-dez-04	19-dez-05	014/2004	-	230.400,00		48400	001020	2004	Vigente
49	SIGHT GPS IMPORT. REPRESENT. LTDA	AQUISIÇÃO DE SEIS GPS	31-dez-04	30-dez-05	022/2004	-	3.300,00		48400	000400	2004	Vigente
50	TECNOLTA	LOCAÇÃO DE UMA COPIADORA PRETO E BRANCO	26-fev-04	25-abr-04	04NE900056	-	4.500,00	DOMINGOS ALVES	48400	002539	2003	Encerrado
51	TYPE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	27-mai-04	26-mai-05	008/2004	-	35.940,00	DOMINGOS ALVES	48400	000406	2004	Vigente
52	VERELI ENGENHARIA LTDA	REFORMA DAS SALAS	30-nov-04	29-jan-05	013/2004	1º t. aditivo	104.189,06	JOSE RENATO	48400	001258	2004	Vigente
53	VIRTUAL COMERC. SERV. LTDA	AQUISIÇÃO DE SEIS MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS	31-dez-04	30-dez-05	023/2004	-	9.500,00	IARA MARIA MARTINS	48400	000400	2004	Vigente
54	VOLKSWAGEN DO BRASIL	AQUISIÇÃO DE 10 VEÍCULOS	31-dez-04	30-dez-05	021/2004	-	324.000,00	EDSON DA COSTA	48400	001442	2004	Vigente

CONVÊNIOS VIGENTES 2004 - COM REPASSES FINANCEIROS

TIPO	CÓDIGO SIAFI	PROCESSO Nº	ASSINATURA	VIGÊNCIA	TERMO ADITIVO	OBJETO	PUBLICAÇÃO DOU	VALORES				BENEFICIÁRIO	RAZÃO SOCIAL OU CNPJ	Situação-Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?
								PACTUADO	REC TRANSF.	Contra partida	TOTAL			
Convênio	466247	48400.002.157/2001	30/12/2004	01/01/2005 A 30/06/2005	3º- Nº013/2004	implementação de estudos e projetos em áreas direcionadas à indústria mineral.	10/1/2005	1.727.042,00	171.728,00	474.912,00	1.727.042,00	ADIMB	01.387.084/0001-20	
Convênio	425221	48400.001.419/2001	12/11/2001	12/12/2001 A 11/12/2006	-	Implementação de estudos e projetos em áreas de mineração em Goiás	12/12/2001	175.000,00	175.000,00	175.000,00	350.000,00	AGIM	04.230.971/0001-89	
Convênio	422435	48400.001780/1998	5/9/2001	25/09/2001 A 24/11/2006	-	Projeto de modernização tecnológica a fiscalização de lavra mineira na amazônia.	19/10/20001	284.124,00	284.124,00	739.840,00	1.408.480,00	CCCIVAN	00.394429/0066-56	
Convênio	424816	48400.002.291/2002	11/12/2003	12/12/2003 A 13/12/2004	1º N 08/2003	Elaboração de programa de trabalho em todas Unidades da Federação no uso da multifuncionalidade da agricultura brasileira.	13/12/2002	300.000,00		76.000,00	376.000,00	FUMPAR	78.350.188/0001-95	
Convênio	358422	48400.001024/2004	30/12/2004	01/01/2005 A 30/06/2005	2º Nº015/2004	Proporcionar aos servidores do DNPM a possibilidade de acesso aos planos de saúde e de assistência social.	10/1/2005		9.500,00			GEAP	03.658432/0001-82	
Convênio	501248	48400.000.633/2004	15/6/2004	15/06/2004 A 31/12/2004	-	Assessorar e aprimorar a execução do programa de Fiscalização e Controle da Atividade Minerária	17/6/2004			129.600,00		GORCEIX	23.063.118/0001-64	
Convênio	454667	48400.940.228/2002	04/07/2002	05/07/2002 A 04/07/2007	-	Dotar ao ITEP de recursos à realização dos estudos das águas	5/7/2002	367.024,00				ITEP	10.926.111/0001-87	
Convênio	454722	48400.000.692/2002	3/7/2002	05/07/2002 A 04/07/2007	1º Nº17/2002	Implementação de estudos e projetos em áreas de mineração no Paraná.	5/7/2002	211.000,00		20.000,00	231.000,00	MINEROPAR	77.635.126/0001-67	
Convênio	450668	48400.000.316/2002	10/5/2002	16/05/2002 A 15/05/2007	2º TA	Estudo de implementação de sistema de Monitoramento dos aquíferos e águas minerais na região do Recife.	16/5/2002	466.890,00	466.890,00	116.890,00	583.640,00	SECTMA- CPRH	41.230.103/0001-25	
Convênio	500754	48400.002.059/2003	3/5/2004	03/05/04 A 02/05/2005	-	Programa de estágios de estudantes	10/5/2004	239.000,00			239.000,00	CIEE	61.600.839/0001-55	

HISTÓRICO DAS DISPENSAS - EXERCÍCIO DE 2004

ORDEM	FORNECEDORES	NE	DATA NE	VALOR R\$	EVENTO	OBJETO	Nº PROCESSO	DECLARANTE	CPF
1	ELEVADORES OTIS LTDA	2004NE900048	12/2/2004	5.040,00	Concluído	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS	48.400.000.877 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
2	CPQD - TELECOM & IT SOLUTIO	2004NE900181	19/4/2004	138.609,00	Concluído	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA OBJETIVANDO A SITUAÇÃO REDE DE DADO DO DNPM	48.400.001.695 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
3	AKAD COMPUTAÇÃO GRÁFICA	2004NE900082	9/3/2004	870,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE CORREIA DENTADA	48.400.001.776 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
4	CAFÉ FORTE INDUSTRIA E COM	2004NE900049	12/2/2004	7.200,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR E CAFÉ PARA EXERCÍCIO DE 2004	48.400.001.875 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
5	COMPANHIA ENERGÉTICA DE B	2004NE900004	22/1/2004	1.000,00	Concluído	FORNECIMENTO ENERGIA ELÉTRICA	48.400.002.034 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
6	ATJ ASSESSORIA TÉCNICO - JUR	2004NE900053	13/2/2004	1.100,00	Concluído	SERVIÇO DE LEITURA DE DIÁRIO DA JUSTIÇA PARA DNPM/SEDE	48.400.002.052 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
7	COMPANHIA DE SANEAMENTO	2004NE900001	22/1/2004	1.000,00	Concluído	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE AGUA E ESGOTO	48.400.002.097 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
8	CHAVEIRO AABA	2004NE900063	2/3/2004	887,00	Concluído	CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE CHAVEIRO	48.400.002.321 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
9	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	2004NE900130	18/3/2004	111.550,00	Concluído	CONFECÇÃO DE CARIMBO E ENVELOPE EM COMEMORAÇÃO DOS 70 ANOS DO DNPM	48.400.002.395 /2003	ELINGTON DE BARROS SOARES	448.550.604-53
10	COP EDITORA LTDA	2004NE900162	1/4/2004	95,00	Concluído	ASSINATURA DA REVISTA SUMA ECONOMICA	48.400.002.436 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
11	ENCOM COMÉRCIO E REPRESE	2004NE900055	13/2/2004	841,68	Concluído	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA.	48.400.002.443 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
12	ITACARAMBI FERRAMENTAS LT	2004NE900122	18/3/2004	6.030,52	Concluído	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA AR CONDICIONADO	48.400.002.494 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
13	TECNOLTA - EQUIPAMENTOS EL	2004NE900056	17/2/2004	4.500,00	Concluído	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE UM MÁQUINA COPIADORA	48.400.002.539 /2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
14	TRANSQUADRO ARMAZÉNS GE	2004NE900026	28/1/2004	3.500,00	Concluído	MUDANÇA DOS BENS MÓVEIS DO SERVIDOR LOURIVAL CRUZ.	48.400.000.039 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
15	GRÁFICA E EDITORA REAL IND	2004NE900101	12/3/2004	300,00	Concluído	CONFECÇÃO DE FOTOLITOS	48.400.000.042 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91

16	KACO EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	2004NE900023	28/1/2004	2.800,00	Concluído	SERVIÇOS GRÁFICOS DE CONFEÇÃO DE FOLDERS	48.400.000.063 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
17	SMAFF AUTOMÓVEIS LTDA	2004NE900024	28/1/2003	3.786,21	Concluído	MANUTENÇÃO VEICULO "BLEZER"	48.400.000.067 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
18	IMPrensa NACIONAL	2004NE900031	30/1/2004	6.076,10	Concluído	ASSINATURA DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	48.400.000.071 /2004	ANTÔNIO JOSÉ NOGUEIRA DOS SANTOS	183.550.301-25
19	INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ETI	2004NE900163	1/4/2004	2.160,00	Concluído	CONFEÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	48.400.000.079 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
20	IMPrensa NACIONAL	2004NE900437	9/12/2004	500.000,00	Concluído	CONTRATAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES	48.400.000.117 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
21	CASA OLÍMPICA ARTIGOS DESP	2004NE900052	13/2/2004	245,00	Concluído	AQUISIÇÃO BANDEIRA DO BRASIL E CORDA PARA HASTEAMENTO DE BANDEIRA EM MASTRO	48.400.000.161 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
22	HB ENGENHARIA LTDA	2004NE900050	13/2/2004	4.707,81	Concluído	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DO ALMABRADO REPARO DAS ESCADAS DE ENTRADA E LATERAL DO DNPM	48.400.000.171 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
23	ALAMO COMÉRCIO DE CAPACH	2004NE900051	13/2/2004	1.194,96	Concluído	AQUISIÇÃO DE TAPETES (CAPACHOS)	48.400.000.172 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
24	RT MAQUINAS COM. E SERVIÇO	2004NE900084	10/3/2004	518,00	Concluído	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NA MÁQUINA DE FRANQUEAR DE MARCA PITNEY BOWES 5600 E TINTA ESPECIAL VERMELHA PARA MÁQ. FRANQUEAR	48.400.000.281 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
25	PILOTO CARIMBOS COMÉRCIO	2004NE900161	1/4/2004	1.300,00	Concluído	CONFEÇÃO DE CARIMBO PARA O EXERCÍCIO DE 2004	48.400.000.318 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
26	TWISTER'S INFORMÁTICA LTDA	2004NE900061	27/2/2004	360,00	Concluído	AQUISIÇÃO 03 (TRÊS) CAMARA WEBCAM	48.400.000.327 /2004	ELINGTON DE BARROS SOARES	448.550.604-53
27	ARTE VERDE PAISAGISMO LTD	2004NE900070	5/3/2004	6.595,00	Concluído	LOCAÇÃO TENDAS, CADEIRAS, MESA E SISTEMA AUDIO VISUAL E SOM	48.400.000.346 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
28	CARPLAC COMÉRCIO E SERVIÇO	2004NE900069	5/3/2004	4.350,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE PLACA DE COMEMORAÇÃO DOS 70 ANOS DO DNPM	48.400.000.347 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
29	ARQ - TETUS FORROS LTDA	2004NE900075	5/3/2004	1.000,00	Concluído	LOCAÇÃO PAINÉIS PANORÁMICOS	48.400.000.365 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91

30	GRAFICA E EDITORA POSITIVA	2004NE900286	6/7/2004	7.630,00	Concluído	PUBLICAÇÃO DO D&M - DESENVOLVIMENTO & ECONOMIA MINERAL - INFORME DIDEM/DNPM	48.400.000.395 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
31	TEIXEIRA GRÁFICA E EDITORA	2004NE900206	7/5/2004	4.320,00	Concluído	CONFEÇÃO DE FOLDER PRODUÇÃO INTELCTUAL DO DNPM	48.400.000.396 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
32	BANCO DO BRASIL S/A	2004NE900206	7/5/2004	523,82	Concluído	SEGURO OBRIGATÓRIO DA FROTA DO DNPM	48.400.000.424 /2004	EDNALDO RODRIGUES DA CUNHA	560.015.767-34
33	EXPRESS INFORMÁTICA E PAPE	2004NE900182	19/4/2004	1.474,50	Concluído	QUISIÇÃO DE MATEIRAL DE EXPEDIENTE	48.400.000.435 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
34	INFORBRÁS INFORMÁTICA DE B	2004NE900186	23/4/2004	6.830,88	Concluído	AQUISIÇÃO DE ETIQUETA PARA PROTOCOLO E JUNTADA	48.400.000.443 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
35	DISBRAVE DISTRIBUIDORA DE	2004NE900180	19/4/2004	786,44	Concluído	AQUISIÇÃO RADIO AM/FM E ALTOS FALANTES	48.400.000.444 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
36	GILVANA ELETRICA LTDA - ME	2004NE900189	26/4/2004	224,90	Concluído	AQUISIÇÃO DE PISTOLA PROFISSIONAL PARA COLA EM BASTÃO	48.400.000.501 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
37	GRAUS COM. DE PRODUTOS E S	2004NE900192	30/4/2004	1.475,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE PARELHO TELEFÔNICO	48.400.000.502 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
38	BRINDART COMÉRCIO E ARTEF	2004NE900193	30/4/2004	3.560,00	Concluído	CONFEÇÃO DE PASTA	48.400.000.525 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
39	OFFICE MIX ATACADISTA LTDA	2004NE900291	7/7/2004	265,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE QUADRO ANT-REFLEXO	48.400.000.552 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
40	A.D.O.F TRADUÇÕES E SERVIÇO	2004NE900217	17/5/2004	7.339,00	Concluído	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO PORTUGÊS/INGLÊS DO SUMÁRIO MINERAL 2004	48.400.000.568 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
41	NASTEC SERVIÇOS MATERIAIS	2004NE900309	22/7/2004	2.735,00	Concluído	MANUTENÇÃO / CONserto IMPRESSORA	48.400.000.594 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
42	EDITORA MUNDO GEO LTDA	2004NE900369	27/9/2004	42,55	Concluído	AQUISIÇÃO DE LIVRO TÉCNICO - TRABALHOS TÉCNICOS DE GEODÉSIA	48.400.000.598 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
43	BARROS AUTOMÓVEIS LTDA.	2004NE900190	29/4/2004	451,67	Concluído	MANUTENÇÃO DE VEÍCULO SANTANA JFO 3373	48.400.000.607 /2004	ELINGTON DE BARROS SOARES	448.550.604-53
44	INFORDADOS COM. E SERVIÇOS	2004NE900210	12/5/2004	265,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE HD	48.400.000.620 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
45	ATIVO COMERCIALFA LTDA - M	2004NE900232	26/5/2004	939,40	Concluído	AQUISIÇÃO DE VENTILADOR	48.400.000.629 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
46	DECÁLOGO LIVRARIA E EDITOR	2004NE900233	26/5/2004	399,60	Concluído	AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS	48.400.000.630 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91

47	GLOBAL DISTRIBUIDORA DE CO	2004NE900215	14/5/2004	5.850,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA)	48.400.000.661 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
48	KRISTA ELETRÔNICA E CONECT	2004NE900282	1/7/2004	7.545,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE SWITCH PARA REDE LOCAL DA SEDE/DNFM	48.400.000.675 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
49	DIGIMAQ SERVIÇOS E MÁQ. P/E	2004NE900234	1/6/2004	550,00	Concluído	CONSERTO DE FAX	48.400.000.677 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
50	ETIGRAF ETIQUETAS GRÁFICA L	2004NE900269	24/6/2004	640,00	Concluído	SERVIÇO CONFECÇÃO DE BANNER	48.400.000.682 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
51	IRECYR FRANCO - ME (STUDIO	2004NE900208	12/5/2004	7.600,00	Concluído	CONFECÇÃO CD ROM	48.400.000.683 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
52	ELÉTRICA MAYA LTDA	2004NE900251	16/6/2004	7.996,70	Concluído	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO	48.400.000.706 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
53	FERRAGENS LIDER LTDA	2004NE900248	15/6/2004	1.434,26	Concluído	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE FERRAGEM	48.400.000.709 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
54	CAVALHEIRO MATERIAIS DE C	2004NE900250	16/6/2004	893,10	Concluído	AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO	48.400.000.712 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
55	OMA COMÉRCIO DE MÓVEIS LT	2004NE900256	21/6/2004	1.350,00	Concluído	SERVIÇO DE TRANSFERÊNCIA E MANUTENÇÃO DE ARMÁRIO DE SISTEMA DE ARQUIVAMENTO DESLIZANTE	48.400.000.742 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
56	WE LIVRARIA JURÍDICA LTDA	2004NE900242	11/6/2004	181,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS	48.400.000.746 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
57	PAPELARIA ABC LTDA	2004NE900257	21/6/2004	1.126,30	Concluído	AQUISIÇÃO DE GRAMPEADOR	48.400.000.748 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
58	GARBO S/A	2004NE900296	7/7/2004	394,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE UNIFORME	48.400.000.749 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
59	NEW SOL COMERCIO DE MATER	2004NE900268	24/6/2004	495,00	Concluído	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERTO DE CONTRAINER	48.400.000.786 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
60	GRBS COMÉRCIO E ASSESSORIA	2004NE900255	16/6/2004	588,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE ROLO DE REVESTIMENTO	48.400.000.787 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
61	RX INFORMÁTICA LTDA	2004NE900289	6/7/2004	280,00	Concluído	LOCAÇÃO DE SOFTWARE (ABACUS 4.0)	48.400.000.829 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
62	BARROS AUTOMÓVEIS LTDA.	2004NE900288	6/7/2004	238,29	Concluído	AQUISIÇÃO DE RODA DE RESERVA PARA VEÍCULO BLAZER	48.400.000.863 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
63	CTIS INFORMÁTICA LTDA (GRÁ	2004NE900281	30/6/2004	400,00	Concluído	SERVIÇO GRÁFICO/EMIÇÃO DE BOLETOS BANCÁRIOS - TAH - PERÍODO 2º/2004	48.400.000.864 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91

64	CENTRAL CARIMBOS (JR CARIM	2004NE900260	21/6/2004	690,00	Concluído	CONFEÇÃO DE PLACA DE AÇO PARA INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO 20º DISTRITO/ES	48.400.000.866 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
65	MAX FRIO AR CONDICIONADO			482,00	Concluído	MANUTENÇÃO/AR CONDICIONADO/DNPM	48.400.000.896 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
66	RM COMERCIAL LTDA - ME	2004NE900419	2/12/2004	330,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE TELEFONE SEM FIO	48.400.000.901 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
67	DIGIMAQ SERVIÇOS E MÁQ. P/E	2004NE900290	7/7/2004	328,00	Concluído	MANUTENÇÃO DE APARELHO DE FAX	48.400.000.917 /2004	ELINGTON DE BARROS SOARES	448.550.604-53
68	START UP SUPRIMENTOS DE IN	2004NE900403	23/11/2004	1.354,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE MEMÓRIA, PLACA DE REDE, FONTES DE ALIMENTAÇÃO DE COMPUTADORES	48.400.000.918 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
69	START UP SUPRIMENTOS DE IN	2004NE900312	26/7/2004	284,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE GRAVADORA DE CD ROM	48.400.000.921 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
70	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESS	2004NE900414	26/11/2004	230.400,00	Concluído	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	48.400.001.020 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
71	SERASA	2004NE900349	10/9/2004	7.300,00	Concluído	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CERTIFICADO DIGITAL	48.400.001.073 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
72	SIGNUS EDITORA LTDA	2004NE900412	26/11/2004	84,00	Concluído	ASSINATURA ANUAL DA REVISTA BRASIL MINERAL	48.400.001.110 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
73	ANTONIO UELESON M. SAMPAI	2004NE900361	17/9/2004	1.835,00	Concluído	CONCERTO DA PLOTER	48.400.001.123 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
74	DIGIMAQ SERVIÇOS E MÁQ. P/E	2004NE900347	9/9/2004	1.625,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE CALCULAR ELETRONICA	48.400.001.125 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
75	GAZETA MERCANTIL PARTICIP	2004NE900380	4/10/2004	1.764,00	Concluído	ASSINATURA ANUAL DO JORNAL GAZETA MERCANTIL	48.400.001.129 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
76	WORLD COMPUTER LTDA (MIC	2004NE900348	9/9/2004	7.988,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PENTIUM IV E IMPRESSORAS JATO DE TINTA	48.400.001.165 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
77	J.N. MÁQUINAS (JOÃO NATAN C	2004NE900365	23/9/2004	150,00	Concluído	CONCERTO/MANUTENÇÃO DE FRAGMENTADORA	48.400.001.219 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
78	SW INFORMÁTICA LTDA	2004NE900352	14/9/2004	7.400,00	Concluído	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO/SERVIDORES ACER	48.400.001.244 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
79	GLOBAL DISTRIBUIDORA DE CO	2004NE900368	27/9/2004	6.270,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA)	48.400.001.250 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
80	CHAVEIRO AABA	2004NE900371	27/9/2004	2.201,00	Concluído	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO	48.400.001.253 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91

81	ARFRIO - COMÉRCIO DE REFRIG	2004NE000000	23/11/2004	6.070,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO	48.400.001.256 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
82	CONFIANÇA EXTINTORES DE IN	2004NE900378	1/10/2004	1.268,00	Concluído	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DOS EXTINTORES	48.400.001.302 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
83	PERSIANAS BANDEIRANTES LT	2004NE900379	1/10/2004	534,75	Concluído	AQUISIÇÃO/INSTALAÇÃO DE PERSIANA	48.400.001.303 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
84	DLEALP INDUSTRIAL DE MÓVEIS	2004NE900391	15/10/2004		Concluído	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO	48.400.001.305 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
85	DIGIMAQ SERVIÇOS E MÁQ. P/E	2004NE900413	26/11/2004	400,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE CALCULADORA	48.400.001.348 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
86	IRECYR FRANCO - ME (STUDIO	2004NE900398	8/11/2004	7.860,00	Concluído	SERVIÇO DE CONFEÇÃO - CD ROM	48.400.001.357 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
87	START UP SUPRIMENTOS DE IN	2004NE900439	10/12/2004	6.210,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE LEITORA ÓTICA	48.400.001.359 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
88	KRISTA ELETRÔNICA E CONECT	2004NE900404	23/11/2004	212,88	Concluído	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS	48.400.001.456 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
89	HIDRALUZ MATERIAIS ELETRIC	2004NE900401	19/11/2004	2.421,50	Concluído	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REDE DO DNP	48.400.001.461 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
90	RJ INFORMATICA	2004NE900411	26/11/2004	260,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE PLACA P/ CONEXÃO DE SCANNER	48.400.001.465 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
91	DECÁLOGO LIVRARIA E EDITOR	2004NE900431	6/12/2004	654,30	Concluído	AQUISIÇÃO DE LIVROS	48.400.001.477 /2004	ELINGTON DE BARROS SOARES	448.550.604-53
92	CENTRO AUTOMOTIVO IRMÔAS	2004NE900463	22/12/2004	4.773,14	Concluído	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA GOL PLACA JFP 4074 E SANTANA QUANTUM PLACA JYE 4542	48.400.001.484 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
93	LOGGOS JORNAIS, REVISTAS E P	2004NE900443	15/12/2004	1.730,00	Concluído	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DE JORNAIS	48.400.001.494 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
94	ATJ ASSESSORIA TÉCNICO - JUR	2004NE900440	10/12/2004	1.200,00	Concluído	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITURA DE DJ	48.400.001.496 /2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
TOTAL									

HISTÓRICO DE INEXIBILIDADES - EXERCÍCIO DE 2004

ORDEM	FORNECEDOR	NE	VALOR (R\$)	ANDAMENTO	OBJETO	Nº PROCESSO	DECLARAÇÃO	CPF
1	DAMOVO DO BRASIL S/A	2004NE900080	27.085,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE PLACA EI E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	48.400.000.076/2003	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
2	MILANEZ MILANEZE S/C LTDA	2004NE900032	15.780,00	Concluído	LOCAÇÃO DE ÁREA E MONTAGEM DE ESTANDE ESPECIAL DO DNP EM VITÓRIA - ES	48.400.000.076/2004	EDNALDO RODRIGUES DA CUNHA	560.015.767-34
3	DAMOVO DO BRASIL S/A	2004NE900083	6.450,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE TELEFONES DIGITAIS ERICSSON	48.400.000.076/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
4	AGENCIA DESENV TECNOLÓGICO INDUSTRIA MINERAL BRASILEIRA	2004NE900073	50.000,00	Concluído	SERVIÇOS DE VIABILIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO " BRAZIL ADDRESE NA PROSPECTOR & DEVELOPERS ASSOCIATION OF CANADA, PDAC 2004 - ANUAL INTERNACIONAL CONVENCION & TRAD SHOW" NO PERÍODO DE 7 A 10 DE MARÇO DE 2004	48.400.000.076/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
5	ATAME - ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA	2049NE00164	8.910,00	Concluído	PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL DO SERVIDOR DORACY FERNANDEZ A JÚNIOR	48.400.000.076/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
6	KIT STANDE MONTAGENS PROMOCIONAIS LTDA	2004NE900167	11.000,00	Concluído	LOCAÇÃO E MANTAGEM DE ESTANDE DNP NO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE MUNICÍPIOS.	48.400.000.437/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
7	DESAFIO EVENTOS E PUBLICIDADE S/C	2004NE900168	24.000,00	Concluído	LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DO ESTANDE DO DNP NO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE MUNICÍPIOS E IX EXPOM EM SALVADOR	48.400.000.202/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
8	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOENVILLE	2004NE900176	140,00	Concluído	CURSO PROCURADORA	48.400.000.413/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
9	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOENVILLE	2004NE900177	140,00	Concluído	PARTICIPAÇÃO PROCURADORA NO CONGRESSO MERCOSUL DE DIREITO AMBIENTAL	48.400.000.411/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
10	AGENCIA DESENV TECNOLÓGICO INDUSTRIA MINERAL BRASILEIRA	2004NE900216	30.000,00	Concluído	LOCAÇÃO DE ÁREA PARA MONTAGEM DE ESTANDE DO DNP	48.400.000.608/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
11	NAKANO & NAKANO EQUIPAME	2004NE900218	15.000,00	Concluído	MONTAGEM DE ESTANDE NO SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EXPLORAÇÃO MINERAL - SIMEXMIN	48.400.000.698/2004	ELINGTON DE BARROS SOARES	151.384.291-91
12	AGENCIA DESENV TECNOLÓGICO INDUSTRIA MINERAL BRASILEIRA	2004NE900230	600,00	Concluído	PARTICIPAÇÃO PROCURADORA NO CSIMPÓSIO BRASILEIRO DE EXPLORAÇÃO MINERAL	48.400.000.510/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91

13	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2004NE900245	6.000,00	Concluído	CURSO DE CONTAS A PAGAR E A RECEBER	48.400.000.627/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
14	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2004NE900272	3.200,00	Concluído	CURSO DE CONTAS A PAGAR E A RECEBER	48.400.000.144/2004	ELINGTON DE BARROS SOARES	448.550.604-53
15	EDITORA SIGNER LTDA	2004NE900278	5.240,00	Concluído	AQUISIÇÃO DE LIVROS TÉCNICOS	48.400.000.515/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
16	CLASSE A CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	2004NE900283	1.200,00	Concluído	CURSO LEGISLAÇÃO DE PESSOAL APLICADA A FOLHA DE PAGAMENTO	48.400.000.597/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
17	CONSULTRE CONSULTORIA E ENTRETERIMENTO PROFISSIONAL	2004NE900321	1.428,00	Concluído	CURSO DE ADMINSTRAÇÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO	48.400.001.062/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
18	MILANEZ MILANEZE S/C LTDA	2004NE900335	14.280,00	Concluído	LOCAÇÃO E MONTAGEM ESTANDE PARA 18º FEIRA INTERNACIONAL DE MÁRMORE E GRANITO	48.400.001.124/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
19	LIVRARIA ADUANEIRAS LTDA	2004NE900336	2.100,00	Concluído	ASSINATURA DE PERIÓDICOS	48.400.001.070/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
20	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA DA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS	2004NE900370	10.500,00	Concluído	LOCAÇÃO/MONTAGEM - 13º EXPOABINAM/04	48.400.001.243/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
21	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ÁGUA MINERAIS	2004NE900373	2.400,00	Concluído	13º CONGRESSOS DE INDÚSTRIAS DE ÁGUAS MINERAIS	48.400.001.169/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
22	SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA	2004NE900394 2004NE900393	70.000,00	Concluído	MONTAGEM DE ESTANDE DO XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA EM ARAXÁ-MG	48.400.001.373/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
23	CONSULTRE CONSULTORIA E ENTRETERIMENTO PROFISSIONAL	2004NE900434	600,00	Concluído	SEXTA JORNADA DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS	48.400.001.493/2004	MAURÍCIO T. M. MARQUES	151.384.291-91
24	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA APLICAÇÕES E TECNOLOGIA PROFISSIONAL	2004NE900442	23.400,00	Concluído	CURSO DE ECONOMIA MINERAL	48.400.001.509/2004	ELINGTON DE BARROS SOARES	448.550.604-53
TOTAL			329.453,00					

Ações Jurídicas

Assistência de Assuntos Minerários

No tocante a assuntos importantes para o desenvolvimento do setor mineral foram definidos procedimentos relativos a anulação de alvará de pesquisa por não pagamento de taxa anual por hectare eliminando uma média de 300 alvarás que oneravam áreas de interesse meramente especulativo.

Bens Minerais Apreendidos

Tendo em vista que a Lei n.8.876 estabelece que os minérios apreendidos são considerados receita da Autarquia, procedeu-se o levantamento dos minérios apreendidos em decorrência de lavra clandestina, e verificou-se a existência de vários minérios em especial pedras preciosas como diamantes.

Como a quantidade de bens minerais apreendidos apresentou grande ocorrência na região norte, a Procuradoria realizou um levantamento completo perante a Justiça Federal e a Polícia Federal e requereram a posse e guarda dos bens para o DNPM. Considerando que os requerimentos foram deferidos, foi providenciada minuta de convênio entre o DNPM e Caixa Econômica Federal – CEF para fins de guarda e avaliação dos minérios.

Vários diamantes apreendidos já se encontram sob a responsabilidade do DNPM, devidamente guardados em cofre da CEF, aguardando autorização judicial para alienação em hasta pública.

Em face da autorização judicial para alienação dos minérios de cassiterita apreendidos em Porto Velho – Rondônia, procedeu-se o leilão do minério, tendo sido revertido para os cofres da Autarquia o montante de quinhentos mil reais. Ressalte-se que todo procedimento de localização, identificação e alienação dos minérios está sendo coordenado pela Procuradoria.

Dívida Ativa

Apesar da existência de duas grandes receitas do DNPM, a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais - CFEM e Taxa Anual por Hectare – TAH, devidas respectivamente na fase de lavra e de pesquisa mineral, foi dada prioridade em relação a segunda receita (TAH), em face da ausência de

pronunciamento da Advocacia Geral da União - AGU sobre a quem compete cobrar judicialmente os créditos decorrentes da CFEM, digo, Fazenda Nacional ou DNPM.

Por meio do PARECER/PROGE Nº 218/2004-RMP, foram sugeridas uma série de modificações nas regras adotadas no Manual de Procedimentos da TAH e da CFEM, buscando dar maior celeridade nos procedimentos administrativos e fomentar a arrecadação da Autarquia. O Parecer foi aprovado pela Diretoria-Geral do DNPM, desencadeando as seguintes medidas:

a) primeira, acolhida a propositura de que a correção monetária nada acrescenta e tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um *plus*, mas sim um *minus*, devidamente referendado pelo Poder Judiciário, decidiu-se aplicar os indexadores utilizados pelo Poder Judiciário, para atualização dos créditos do DNPM referente a TAH, Multa sobre a TAH, Multas Específicas, emolumentos e serviços prestados, consoante o estabelecido no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, *in verbis*:

“1. De mar/86 a jan/89, utiliza-se a OTN, observando-se, porém, que os débitos anteriores a jan/89 deverão ser multiplicados, neste mês, por 6,17;

2. De fev/89 a fev/91, utiliza-se o BTN, observando-se que o último BTN corresponde a 126,8621;

3. De mar/91 a dez/91, utiliza-se o INPC;

4. A partir de jan/92, utiliza-se a UFIR (Lei nº 8.383/91);

5. a partir de jan/2001, utiliza-se o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, em razão da extinção da UFIR como indexador, pela MP nº 1.973-67, art. 29, § 3º.”

Logo, em conjunto com a DIPAR e o Setor de Informática desenvolvemos o Programa de Atualização Monetária (disponibilizado na intranet), bem como realinhamos todos os valores do DNPM (Portaria DNPM nº 304, de 08/09/2004 – publicada no DOU de 09/09/2004).

b) segunda, apesar do DNPM já utilizar juros no percentual de 0,5% ao mês (Lei nº 3.071/16 – arts. 1062/1063) em suas planilhas de cálculos, necessitou-se da adequação para a nova realidade do Código Civil, qual seja, aplicar o percentual de 1% ao mês, a partir de 11/01/2003, data do início da vigência do Novo Código Civil (art. 406 – Lei nº 10.406/02).

Portanto, definiu-se no Programa de Atualização Monetária que até 10/01/2003 se aplica os juros de 0,5% ao mês, sendo que, a partir da vigência do Novo Código Civil (11/01/2003) o percentual passa a ser de 1% ao mês.

c) terceira, refazimento do Termo de Dívida Ativa (TDA), da Certidão da Dívida Ativa (CDA) e da petição de Execução Fiscal – Lei nº 6.830/80, incluindo os fundamentos legais da aplicação da correção monetária, juros legais e etc, tudo buscando o atendimento do que determina a Lei de Execução Fiscal.

d) quarta, incluiu-se no Manual de Procedimentos de Cobrança da TAH, Multa sobre a TAH e Multa Específica à aplicação da multa em dobro, quando da reincidência da infração (art. 20, § 3º, inciso II, alínea “a” e art. 64, § 1º, ambos do Código de Mineração, combinados com o art. 100, § único, do Regulamento do Código de Mineração).

e) quinta, redefiniu-se no Manual de Procedimentos de Cobrança da TAH, Multa sobre a TAH e Multa Específica a verdadeira competência de cada Setor, isto é, sanando a inversão de competências na formação do processo administrativo de cobrança, bem como na gestão dos processos de parcelamento;

f) sexta, criou-se mecanismos (a Procuradoria-Geral disponibilizou arquivos de assuntos pacificados) para estancar a remessa indiscriminada de processos de cobrança para análise do Órgão Jurídico da Autarquia;

g) sétima, estabeleceu-se que as prestações mensais do parcelamento serão acrescida de atualização monetária (IPCA-E), acumulada mensalmente, e juros simples de 1%, relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Além do mais, pelo atraso no pagamento das parcelas, fixou-se a aplicação de juros de 1% ao mês e multa moratória de 2% sobre o valor apurado.

Importante frisar, por último, que o acolhimento das questões supramencionadas redundou na elaboração por parte da Procuradoria-Geral do Manual de Procedimentos de Cobrança da TAH, Multa sobre a TAH e Multa Específica, que, posteriormente, foi aprovado pela Portaria DNPM nº 323, de 15/09/2004 (DOU de 16/09/04).

Elaboração do Sistema Dívida Ativa do DNPM

Foi verificado que não havia condições da Procuradoria-Geral permanecer sem um Sistema Informatizado de Dívida Ativa, frente ao crescente número de processos encaminhados pela Direção de Planejamento e Arrecadação e os seus Setores correlatos nos Distritos do DNPM, além da ausência de um banco de dados confiável e seguro que reflita a real situação dos créditos do DNPM.

Desta forma, foi decidido desenvolver, no âmbito da Procuradoria, um Sistema para facilitar o desenvolvimento do trabalho, bem como o controle dos créditos do DNPM.

Controle Interno: uma ação permanente

A Auditoria Interna – AUDIN encontra-se vinculada diretamente à Diretoria-Geral e compete assessorar o Diretor no cumprimento dos objetivos institucionais; prestar apoio, acompanhar as diligências e o atendimento às solicitações dos órgãos que compõem o sistema de Controle Interno e Externo da União; planejar e executar auditorias preventivas e corretivas nas Unidades do DNPM; subsidiar os Distritos na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação nas ações voltadas para modernização institucional; examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual; elaborar relatórios sobre exames realizados e acompanhar a regularização das ocorrências; e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Diretor-Geral.

ÁREAS AUDITADAS

- 7º DISTRITO do DNPM na cidade de Salvador/BA – RELATÓRIO DE AUDITORIA de Gestão nº 014 - fevereiro/2004;
- DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL / DIADM – Registros e Controles Patrimoniais - RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 015 - maio/2004;
- DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARRECADAÇÃO / DIPAR – CFEM -REGISTROS E CONTROLES DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO – RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 016 de maio/2004;
- DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL / DIADM – Suprimento de Fundos - RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 017 de junho/2004;
- DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL / DIADM - Auxílios Alimentação e Transporte – Reembolso de Passagens Aéreas - RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 018 de julho/2004;
- DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL / DIADM - Execução Orçamentária e Financeira – RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 019 de agosto/2004;
- 5º DISTRITO do DNPM na cidade de Belém/PA – RELATÓRIO DE AUDITORIA de Gestão nº 020 - setembro/2004;

➤ Atendimento a 69 (sessenta e nove) Recomendações/Diligências do Tribunal de Contas da União (34) e Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União (35) no exercício de 2004, cominando com a elaboração dos "Follow-up" TCU e SFC/CGU.

RESULTADOS ALCANÇADOS

1) Atendendo às recomendações da Auditoria Interna apostas no Relatório de Auditoria nº 016//2004, a Diretoria de Planejamento e Arrecadação informa que trabalhou na recuperação de dados relativos ao exercício de 2003, estruturou a base de 2004 e em 15 de fevereiro do corrente, foi transferida toda a sistemática de conciliação para a DIPAR, ficando a Diretoria de Administração Geral com a responsabilidade da emissão da Ordem Bancária relativa a transferência da Cota Parte CFEM para o Distrito Federal, Estados e Municípios. Dando continuidade promoveu a capacitação técnica do corpo de Fiscais do DNPM, das Prefeituras e Secretarias de Fazenda de Estado conveniadas e o conhecimento técnico, legal e regulamentar das Entidades Patronais e Empresas Mineradoras, com o lançamento do Programa Fiscalização / CFEM – Modelo, elaborado para o quadriênio 2005-2008. Com o objetivo de estabelecer as metas de arrecadação, visando a intensificação de ações para a sua fiscalização e cobrança. As metas para 2005 foram realinhadas com base no ano civil de 2004, com acréscimo de 80% do valor arrecadado, foi considerada também, uma redução gradual da inadimplência em torno de 6,9% para o período e recuperação do passivo. Para a projeção do quadriênio considerou-se um crescimento do Valor da Produção Mineral Brasileira (PMB) a uma taxa média de 7% ao ano, impactando assim, em um acréscimo médio anual de 11,64% no potencial de arrecadação da CFEM.

2) Sobre o Relatório de Auditoria na Área de Execução Orçamentária e Financeira, a DIADM regularizou cerca de 25% (vinte cinco por cento) das pendências contábeis, quantidade aquém das expectativas, considerando-se a nova gestão administrativa implantada pela atual diretoria. Contudo, as principais Equações Contábeis geradas pelo SIAFI encontram-se em harmonia, os registros e os controles estão satisfatórios.

No decurso do exercício de 2004, estes foram os resultados obtidos pela Auditoria Interna, que continuará acompanhando as Áreas auditadas para verificação dos pontos de auditoria indicados e ainda não implementados.

DNPM 70 Anos

No dia oito de março, o DNPM comemorou 70 anos de existência como órgão gestor do patrimônio mineral brasileiro, ocasião marcada por uma confraternização, na sua sede em Brasília. As comemorações foram iniciadas às 9 horas da manhã com o hasteamento da bandeira acompanhada pela execução do Hino Nacional, pela Banda da Polícia do Exército. No período da tarde, as atividades comemorativas no dia 8 de março envolveram uma saudação às autoridades presentes e demais convidados, que totalizaram cerca de 500 pessoas, ato este seguido do descerramento da placa alusiva aos 70 anos do DNPM e bênção proferida pelo Arcebispo Emérito de Brasília, Dom José F. Falcão.

Na festa, houve o lançamento do Carimbo Comemorativo dos 70 anos do DNPM, contando-se com a participação do Diretor Comercial dos Correios e Telégrafos que estava ainda representando o Presidente dos Correios e Telégrafos. A obliteração do Carimbo foi feita pelo Diretor-Geral do DNPM, Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery e pelo Secretário de Minas e Metalurgia, Dr. Giles Carricone de Azevedo. Com a efetivação do lançamento, o Carimbo foi aplicado sobre o selo "Riquezas Minerais Topázio e Granada", que assinala uma das mais importantes atividades econômicas e sociais da atualidade, a mineração.

Em seguida, ocorreu o lançamento da Rede-DNPM, que interliga definitivamente Brasília com as suas vinte e cinco unidades regionais a partir do SERPRO, permitindo implantação de sistemas integrados de gestão, consolidando o processo de modernização da gestão da instituição. Com isso, será possível elevar o nível de agilidade, transparência, eficiência e eficácia nas ações de outorga, fiscalização, controle da arrecadação e do fomento da mineração. Com a otimização dos processos operacionais do DNPM, ganham o cidadão-usuário, os mineradores e a comunidade técnica-científica que passarão a dispor de serviços, de tecnologia de ponta, a serem desenvolvidos com o processo de modernização tecnológica.

O encerramento do evento se deu em grande estilo com o pronunciamento da Ministra Dilma Rousseff. A Senhora Ministra fez a sua saudação e, também falando em nome do Presidente da República, transmitiu a todos os votos de que os 70 anos do DNPM signifiquem um rejuvenescimento da Autarquia. Nesse sentido, destacou que o Governo do Presidente Lula dará uma grande prioridade ao setor mineral, imprimindo a ele o destaque que já teve no passado, seja pela importância que possui no PIB nacional, seja pela capacidade de gerar saldos na Balança Comercial, agregando a esse potencial e geração de empregos e renda.

Durante todo o ano de 2004, foram feitas várias homenagens ao DNPM, pela passagem dos seus 70 anos em, em quase todos os Distritos Regionais e em muitos outros eventos do setor mineral.



A Ministra discursando na solenidade dos 70 anos.

Brasil participa do PDAC no Canadá

Em março, a Ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, esteve em Toronto, no Canadá, liderando a delegação oficial do Brasil no mais importante evento internacional relacionado à investimentos na indústria mineral. Trata-se de iniciativa da Prospectors and Developers Association of Canada - PDAC, importante associação internacional representativa dos setores de exploração e desenvolvimento da indústria de mineração, que promove anualmente sua convenção integrada com uma feira que reúne mais de 400 expositores e cerca de 12.000 visitantes dos mais representativos países produtores e exportadores de recursos minerais.

Na oportunidade, a Ministra manteve encontros com diversos investidores que demonstraram interesse em aportar no Brasil recursos da ordem de US\$ 2 bilhões, em projetos de ouro, níquel, cobre e diamante, dentre os mais importantes. Esse volume de recursos engloba prospecção e pesquisa, desenvolvimento e modernização de plantas de mineração, além de ampliar a oferta de empregos e geração de renda para milhares de brasileiros. Empresas como a Desert Sun, Jaguar Mining, Canico estão com suas carteiras de investimento já comprometidas com a opção Brasil.

Em pronunciamento a investidores, a Ministra afirmou ser o Brasil um país seguro para garantir seus investimentos, com potencial geológico altamente

favorável às novas descobertas minerais e com diferencial competitivo em relação a outros mercados mais tradicionais na recepção de capitais de risco, tendo em vista os últimos indicadores macroeconômicos.



Uma vista do Brazil Pavilion

Lei nº 11.046, de 2004

Após dez anos de criação da Autarquia, os servidores técnicos e administrativos do DNPM tiveram seu sonho realizado, pois viram atendida, a sua reivindicação histórica: a implantação do Plano de Cargos e Carreiras. O PCC-DNPM que havia sido proposto por iniciativa da Ministra Dilma Rousseff, foi viabilizado a partir da sanção pelo Presidente Lula da Lei Nº 11.046/2004, o que ocorreu após uma tramitação sumária do respectivo Projeto de Lei nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no decorrer do mês de dezembro.

A Lei cria um Plano Especial de Cargos para os atuais servidores do Quadro do DNPM e novas Carreiras para futuros ingressantes, trazendo consigo patamares remuneratórios compatíveis com valores de mercado. Tais remunerações incluem tabelas de vencimentos e gratificações de desempenho para servidores das atividades-fim, inerentes às atribuições da Autarquia e, para os atuais servidores da atividade-meio, indistintamente, serão pagos vencimentos equivalentes aos finalísticos, sendo que continuarão a perceber a GDATA (Gratificação de desempenho de Atividade Técnico-Administrativa). O DNPM, assim, ganha uma estrutura salarial com plano de carreiras exatamente igual ao das autarquias especiais caracterizadas como Agências Reguladoras.

As gratificações relacionadas ao desempenho da atividade-fim serão compostas por uma parcela decorrente da avaliação individual (20% ou 57 pontos)

calculada sobre o vencimento básico do servidor e outra, institucional (até 15% ou 43 pontos) calculada sobre o maior vencimento básico do cargo.

Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, a remuneração será obtida pelo cálculo da média aritmética dos valores percebidos nos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão ou no valor correspondente a trinta por cento seu valor máximo, quando percebida por período inferior a sessenta meses.

Também está prevista no PCC-DNPM, a adoção de Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos servidores de Nível Superior, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais, em percentual variável de dez a vinte por cento do maior vencimento básico do cargo.

Os aposentados e pensionistas farão jus à gratificação no valor correspondente a 30% de seu valor máximo. Com a criação de novos cargos, é prevista a realização de concurso público, em 2005, para preenchimento de vagas para Especialista em Atividade de Mineração, Analista de Mineração, Técnico em Atividade de Mineração, Técnico Administrativo, criados com a implantação do PCC-DNPM.

Destaca-se que o conjunto das ações que conduziram a aprovação da Lei 11.046/2004 decorreram de uma ação política conjunta, a qual contou com apoio incondicional do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil da Presidência da República, bem como do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, permitindo aos servidores resgatar sua auto-estima e, ao DNPM, retomar o seu lugar de destaque na Administração Pública Federal como Órgão gestor do patrimônio mineral brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, há que se reconhecer os avanços do processo de Modernização Tecnológica (Rede-DNPM), associado ao Programa de Capacitação dos Servidores do DNPM, nos médio e longo prazos, importantes instrumentos de superação de dificuldades para viabilizar a operacionalização das atividades programadas — dentro de uma dinâmica de execução compatível com os cronogramas físicos e orçamentários das Ações inseridas na concepção do PPA 2004-2007.

Vale ressaltar que todas as atividades afins às ações foram financiadas com recursos do Tesouro Nacional, assim como a medida de contingenciamento, associada muitas vezes a descontinuidade do fluxo dos recursos financeiros e

escassez de pessoal³, impactam negativamente no alcance dos 100% da execução das atividades e projetos programados inicialmente.

Com efeito, em decorrência das limitações orçamentárias, procurou-se redefinir a hierarquização de prioridades à busca da realização de metas físicas compatíveis às novas realidades orçamentárias afins às Ações.

Na perspectiva de minimizar esses efeitos negativos, procurou-se tomar iniciativas visando o descontingenciamento em determinadas Ações, junto aos coordenadores setoriais e interministeriais de orçamento e finanças. Paralelamente, como alternativa atenuante às limitações de pessoal da área fim e meio, assim como de recursos, buscou-se na sinergia de esforços e interesses, parcerias (ACTs⁴ ou Convênios) para a execução de projetos.

DNPM: Realizações previstas até o final de 2006 – Uma agenda positiva

Aqui, são elencados temas para uma agenda positiva com vistas a serem realizados até o final do ano 2006.

- 1) Concurso público – Este ano de 2005 será realizado um concurso, estando previstas 300 vagas para novos servidores, podendo ser elevado este quantitativo em mais 150, no mesmo certame, para contratação em 2006. No momento, está sendo aguardada a competente autorização do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ressalta-se que há vinte e sete anos o DNPM não realiza concurso.
- 2) Modernização da Outorga – Está sendo ultimado o Projeto Básico para o novo Sistema de Outorga, em que os títulos autorizativos para pesquisa mineral serão emitidos em tempo real, eliminando os conflitos gerados pelo Sistema atual. No novo Sistema, o cidadão acessará o sítio eletrônico do DNPM, selecionará a área que deseja explorar, o fazendo via Internet, sem fila, do conforto do seu escritório ou de sua residência. A outorga ocorrerá com total segurança, agilidade e transparência.
- 3) Modernização Institucional e da Gestão – Este projeto tem o objetivo de redesenhar os macro-processos e respectivos procedimentos das diversas áreas finalísticas e de atividade meio da Autarquia, nos seus vários aspectos, com vistas a dotar a Autarquia de procedimentos. No bojo do Projeto ESTAL, instituição especializada foi contratada, estando previsto o início dos trabalhos

³ A Promulgação da Lei nº 11.046/2004, sinaliza concretamente para a solução do problema de pessoal, com a previsão de concurso público em 2005.

⁴ ACTs – Acordos de Cooperação Técnica.

no mês de agosto de 2005, devendo a sua conclusão ocorrer até o março de 2006.

- 4) Erradicação do Trabalho Infantil – O DNPM e MME, juntamente com outras instituições públicas, como Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, estão iniciando ações voltadas para o combate e erradicação do trabalho infantil nas atividades de extração mineral, contando com o apoio da OIT. Pretende-se envolver diversas entidades representativas da sociedade civil e construir, em data a ser oportunamente agendada, um Ato de adesão ao Pacto para a Erradicação do Trabalho Infantil na Mineração, com a presença dos diversos Ministros.
- 5) Sistema Georreferenciado – O DNPM desenvolveu um Sistema Georreferenciado – SIGMINE, em que todas as áreas oneradas estão sendo disponibilizadas para consulta direta pela internet, acessível a qualquer cidadão. O sistema vem se tornando um grande instrumento de trabalho para todos aqueles que têm interesses em elaborar requerimentos voltados para a atividade de mineração. Dos vinte e sete estados da federação, faltam apenas dois para serem disponibilizados no Sigmine.
- 6) Sistemas de Arrecadação – Já se encontram em operação os sistemas de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, da Taxa Anual por Hectare – TAH, bem como de outros emolumentos. Estes Sistemas funcionam pela Internet: o cidadão não precisa dirigir-se ao DNPM para pagar suas taxas, emolumentos etc, bastando visitar a página do DNPM, imprimir os boletos para pagamento e quitá-los junto à rede bancária, o que também pode ser feito pela Internet, visto que toda a rede bancária brasileira opera na grande rede. A previsão de arrecadação da CFEM e da TAH, que em 2002 corresponderam a R\$ 186 milhões e R\$ 18 milhões, para o presente exercício é de que serão R\$ 470 milhões e R\$ 40 milhões, respectivamente.
- 7) Projeto de revisão do Código de Mineração – O ante-Projeto de Lei encontra-se formatado para ser submetido ao Ministro de Minas e Energia, tendo como objetivo adequar os procedimentos definidos no Código de Mineração às mudanças decorrentes do processo de modernização da outorga, bem como atualizá-lo em função da evolução tecnológica, adaptando aos tempos atuais.
- 8) Nova Estrutura Regimental – A nova estrutura vem com o objetivo de proporcionar um reordenamento das funções da Autarquia, com vistas a propiciar uma maior profissionalização dos órgãos descentralizados e da

administração central, além de elevar os níveis de eficiência e eficácia técnico-gerenciais, dentre outros aspectos. Com a Autarquia do DNPM em 1994, ampliaram-se as competências legais, aumentou-se o número de Distritos, que antes eram 12, passando a 25 unidades regionais, permanecendo o mesmo quantitativo de cargos em comissão.

- 9) **Sala de Situação da Mineração** – criada recentemente com o objetivo de diagnosticar entraves existentes na implantação de projetos de mineração relacionados a outros segmentos de governo, assim como de encaminhar soluções com vistas à superação desses conflitos. Foram elencados 12 grandes projetos pela Sala de Situação, em que se espera promover as necessárias desobstruções junto às diversas instituições, tais como as de meio ambiente, (MMA, IBAMA, órgãos estaduais), Ministério Público Federal e Estaduais, Funai, Iphan e Inbra. São projetos de vultuosos investimentos tais como: Ampliação da Província de Carajás (PA); Projeto de Níquel Onça Puma (PA); Projeto de Expansão do Pitinga –Tantalita – Cassiterita (AM); Projeto Santa Elina – Ouro (MT); Duplicação do Mineroduto da Samarco, (MG –ES). São projetos que somados significam alguns bilhões de dólares, milhares de empregos, superávit na balança comercial brasileira, dentre outros pontos positivos.

BRASÍLIA, 1º DE JUNHO DE 2005

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY
Diretor-Geral